

ALEX ANTÔNIO VANIN | DJIOVAN VINÍCIUS CARVALHO
ORGANIZADORES

CADERNO DE RESUMOS

VOLUME 1 - Nº 1

I ENCONTRO DISCENTE DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

*HUMANIDADES DIGITAIS E OS DIÁLOGOS
INTERDISCIPLINARES NO ENSINO, PESQUISA
E EXTENSÃO EM HISTÓRIA*

I SEMINÁRIO DE FORMAÇÃO CONTINUADA EM
HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO

IV MOSTRA DE PESQUISA EM HISTÓRIA DA
GRADUAÇÃO E DA PÓS-GRADUAÇÃO



PPGH
Programa de Pós-Graduação
em História

IFCH - Instituto de
Filosofia e Ciências Humanas



Associação dos Pós-graduandos em História - UPF/RS



Associação dos Pós-graduandos em História - UPF/RS

REALIZAÇÃO

Associação dos Pós-graduandos em História do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo



PPGH
Programa de Pós-Graduação
em História

IFCH - Instituto de
Filosofia e Ciências Humanas

APOIO

Curso de Graduação em História e
Programa de Pós-Graduação em História da UPF

REVISÃO

Djiovan Vinícius Carvalho
Aléxia Lang Monteiro
Raíssa Gehring Ulrich

Editoração e capa

Alex Antônio Vanin



ACERVUS EDITORA

Av. Aspirante Jenner, 1274 - Lucas Araújo - 99074-360
Passo Fundo - Rio Grande do Sul - Brasil
Tel.: (54) 99676-9020
E-mail: acervuseditora@gmail.com
Site: acervuseditora.com.br

**COMISSÃO ORGANIZADORA DO
I ENCONTRO DISCENTE DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

Jênifer de Brum Palmeiras

Representante discente da Linha de Pesquisa
Política e Relações de Poder

Áxsel Batistella de Oliveira

Representante discente de Linha de Pesquisa
Espaço Economia e Sociedade

Djiovan Vinícius Carvalho

Representante discente da Linha de Pesquisa
Cultura e Patrimônio

**IV MOSTRA DE PESQUISA EM HISTÓRIA DA GRADUAÇÃO E DA
PÓS-GRADUAÇÃO**

Raíssa Gebring Ulrich

Representante discente do curso de Graduação
em História

Alana Follador

Representante discente do Programa
Institucional de Bolsas de Iniciação Científica

Vanessa Taís Fritzen

Representante discente do Programa
Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência

Pamela Pongan

Representante discente da Linha de Pesquisa
Política e Relações de Poder

Alex Antônio Vanin

Representante discente de Linha de Pesquisa
Espaço Economia e Sociedade

Vanessa Gomes de Campos

Representante discente da Linha de Pesquisa
Cultura e Patrimônio

I SEMINÁRIO DE FORMAÇÃO CONTINUADA EM HISTÓRIA DA
UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO

Marcelo Marcon

Representante discente da Linha de Pesquisa
Política e Relações de Poder

Tiara Cristiana Pimentel dos Santos

Representante discente da Linha de Pesquisa
Espaço Economia e Sociedade

Andressa Domanski

Representante discente da Linha de Pesquisa
Cultura e Patrimônio

Prof. Dr. Fabrício Nazzari Vicroski

Representante Egresso da Linha de Pesquisa
Cultura e Patrimônio

Profa. Angelita Vanessa Scottá

Representante da Secretaria Municipal de
Educação de Passo Fundo

Prof. Tiago Machado

Representante do Centro Municipal de
Professores de Passo Fundo

COMISSÃO CIENTÍFICA

- Alan Dutra Cardoso (UFF)
Alex Antônio Vanin (PPGH/UPF)
Alexandre Borella Monteir (PPGH/UPF)
Ana Inés Arce (UFRGS/Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo)
Ana Luisa Rocha (UFPA/Paris 1)
Andressa Domanski (PPGH/UPF)
Áxsel Batistella de Oliveira (PPGH/UPF)
Camila de Sousa Freire (UERJ)
Carolina Martins Etcheverry (PUCRS)
Caroline da Silva (PPGH/UPF)
Cleverton Luis Freitas de Oliveira (UFRGS)
Darlan de Oliveira Reis Jr. (URCA)
Diego José Baccin (PPGH/UPF)
Djiovan Vinícius Carvalho (PPGH/UPF)
Eduardo R. Palermo (UDELAR, Uruguai)
Fabricio J. Nazzari Vicoski (PPGH/UPF-PNPD Capes)
Indaia Dias Lopes (PPGH/UPF)
Isabella Czamanski Rota (PPGH/UPF)
Ivo dos Santos Canabarro (UNIJUÍ)
Jaqueline Schmitt da Silva (PPGH/UPF)
Jênifer de Brum Palmeiras (PPGH/UPF)
Jeremyas Machado da Silva (PPGH/UPF)
Juliana Martins Castro (UFMG)
Kalinka de Oliveira Schmitz (Unisinos)
Karulliny Silverol Siqueira (UFES)
Marcelo Marcon (PPGH/UPF)
Marinilse Marina (PPGH/UPF)
Maurício Hepp (UFMG)

Pâmela Pongan (PPGH/UPF)
Patrícia Romeu (UFRJ/IBICT)
Pedro Henrique Ferreira Danese Oliveira (PPGHCS- COC-
FIOCRUZ)
Ronaldo Bernardino Colvero (UNIPAMPA)
Simone Lopes Dickel (PPGH/UPF)
Taciane Neres Moro (PPGH/UPF)
Tiara Cristiana Pimentel dos Santos (PPGH/UPF)
Vanessa Gomes de Campos (PPGH/UPF/AHCMPA)

COMISSÃO DE DIVULGAÇÃO

Ana Carolina Lorenzet Galvan
Alessandra da Silva
Vitória Comiran
Caroline da Silva
Lorilei Secco

COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO E RELACIONAMENTO

Bruno Almeida
Antonio Augusto Zanoni
Taciane Neves Moro
Matheus Pinto Furtado
Isabella Rotta Czamanski
Eliane Salete Bruneto
Lorilei Secco

COMISSÃO DE APOIO TÉCNICO-CIENTÍFICO

Andrei Tonini

Mariana Aparecida de Oliveira Santana

Ana Carolina Lorenzet Galvan

Gabriela Luiza Magro

Vitória Comiran

COMISSÃO CIENTÍFICA DE APOIO

Dr. Adelar Heinsfeld

Dr. Alessandro Batistella

Dra. Ana Luiza Setti Reckziegel

Dr. Felipe Cittolin Abal

Dr. Gerson Luís Trombetta

Dra. Gizele Zanotto

Dra. Ironita A. P. Machado

Dra. Jacqueline Ahlert

Dra. Janaína Rigo Santin

Dr. João Carlos Tedesco

Dr. Luiz Carlos Tau Golin

Dr. Marcos Gerhardt

Dra. Rosane Márcia Neumann

Dr. Fabricio José Nazzari Vicroski

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	11
PROGRAMAÇÃO	13
CRONOGRAMA DAS COMUNICAÇÕES	30
RESUMOS	52

APRESENTAÇÃO

O ano de 2020 tem se mostrado um definidor de novos rumos sociais e educacionais. Além do impacto provocado nos meios econômicos, político e social, com a morte de mais de 160 mil pessoas, a crise experimentada pela pandemia de COVID19 alterou a forma de *fazer e ensinar* História, anunciando algumas mudanças momentâneas e outras permanentes nos métodos e nas práticas docentes e discentes.

Atentos para as questões que perpassam o papel da Universidade e da pós-graduação *stricto sensu* nesse cenário, nós, da Associação dos Pós-graduandos em História do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo, propomos o I Encontro Discente de Pós-Graduação em História (IEDPH), primeiro evento totalmente promovido e organizado pela APGH/UPF, em seus mais de vinte anos de atuação. O IEDPH tem por finalidade proporcionar um espaço para discussão e divulgação de pesquisas, reunindo profissionais da área de História, Artes, Museologia, Direito, Arqueologia, Ciências Sociais e áreas afins, incentivando a formação continuada de professores e de pós-graduandos, além da ampliação e consolidação de redes de pesquisa. Desse modo, IEDPH pretende fomentar a troca de experiências entre profissionais e estudantes de diversos níveis acadêmicos e difundir o conhecimento produzido dentro e fora do ambiente acadêmico, colaborando assim, para a construção do conhecimento histórico.

Para dar conta da proposição, o IEDPH engloba a IV Mostra de Pesquisa em História da Graduação e da Pós-Graduação e o I Seminário de Formação Continuada em História, espaços que tem como objetivo reunir graduandos e graduados em diferentes áreas do conhecimento, para a exposição de problemáticas atuais, além de pesquisas de alunos de graduação, a apresentação de fontes e a reflexão sobre a metodologia da pesquisa em História, enquanto área de produção do conhecimento, considerando suas intersecções interdisciplinares com a Filosofia, Direito, Arquitetura, Comunicação, Música, Artes, Ensino, Saúde, Geografia, entre outras.

Em sua primeira edição, a partir da temática “Humanidades Digitais e os diálogos interdisciplinares no ensino, pesquisa e extensão em História”, e reunindo mais de duzentos participantes, o IEDPH visa ampliar as discussões sobre as Humanidades Digitais, os métodos de fazer e ensinar História e a maneira como a História relaciona-se e dialoga com outras disciplinas. A proposta vem ao encontro do atual momento histórico que estamos vivenciando, tendo ainda em vista o atual contexto de desvalorização das Ciências Humanas nas políticas educacionais brasileiras em curso.

De antemão agradecemos a colaboração dos membros da Comissão Organizadora, dos docentes do Programa de Pós-Graduação em História e de todos aqueles que se dispuseram a participar desse importante espaço de interlocução e trocas.

Desejamos um excelente evento a todos!

Comissão Organizadora
Passo Fundo, novembro de 2020.

PROGRAMAÇÃO

DIA 9/11/2020 - MANHÃ

MESAS TEMÁTICAS DO I SEMINÁRIO DE FORMAÇÃO
CONTINUADA EM HISTÓRIA

8H30 ÀS 10H - HISTÓRIA E ATUALIDADE
(DEMOCRACIA, POLÍTICA, NECROPOLÍTICA)

MESA TEMÁTICA

HISTÓRIA E
ATUALIDADE:

DEMOCRACIA,
POLÍTICA,
NECROPOLÍTICA

VIA **GOOGLE MEET**

DIA 09/11
8H30 ÀS 10H



Prof. Dr. Fábio Francisco
Feltrin de Souza
(UFFS)



Prof. Tiago Machado
(CMP Passo Fundo)



Prof. Dr. Adelar Heinsfeld
(UPF - Mediador)



PPGH
Programa de Pós-Graduação
em História

IFCH - Instituto de
Filosofia e Ciências Humanas



Associação dos Pós-graduandos em História - UFFS

I ENCONTRO DISCENTE
DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM HISTÓRIA (EDPH)



CLIQUE NA IMAGEM PARA ASSISTIR!

PROF. DR. FÁBIO FRANCISCO FELTRIN DE SOUZA

Possui graduação em História pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), Mestrado em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e Doutorado em História também pela UFSC. É professor associado do Curso de História da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS - Erechim) e do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas (PPGICH). É coordenador do Laboratório de Historiografia, Linguagens e Temporalidades e atua nos seguintes temas: nação, linguagens, experiência do tempo, modernidades, biopolítica/necropolítica, trauma, estudos culturais e pós-coloniais.

PROF. TIAGO MACHADO

Possui graduação em História – Licenciatura Plena pela Universidade de Passo Fundo. Professor da Rede Municipal de Passo Fundo desde 2011. A partir de 2019 se encontra sediado com exclusividade para as atividades do CMP-Sindicato dos professores municipais de Passo Fundo.

DIÁ 9/11/2020 - MANHÃ

**10H30 ÀS 12H - NEGACIONISMO HISTÓRICO E A
ASCENSÃO DAS NOVAS DIREITAS**

MESA TEMÁTICA

**NEGACIONISMO
HISTÓRICO E A
ASCENSÃO DAS
NOVAS DIREITAS**

VIA *GOOGLE MEET*

DIÁ 09/11

10H30 ÀS 12H



Prof. Dr. Odilon Caldeira Neto
(UFJF)



Prof. Dr. Fabiano Barcellos Teixeira
(Professor no Município de
Passo Fundo)



**Profª Dra. Ana Luiza
Setti Reckziegel**
(UPF - Mediadora)



PPGH
Programa de Pós-Graduação
em História

IFCH - Instituto de
Filosofia e Ciências Humanas



Associação dos Pós-graduados em História - UPF/RS

*I ENCONTRO DISCENTE
DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM HISTÓRIA (EDPH)*



CLIQUE NA IMAGEM PARA ASSISTIR!

PROF. DR. ODILON CALDEIRA NETO (UFJF)

PROF. DR. FABIANO BARCELLOS TEIXEIRA (MUNICÍPIO DE PASSO FUNDO)

MEDIAÇÃO: PROF. DRA. ANA LUIZA SETTI RECKZIEGEL (UPF)

PROF. DR. ODILON CALDEIRA NETO

Possui graduação e especialização em História pela Universidade Estadual de Londrina, Mestrado em História pela Universidade Estadual de Maringá e Doutorado em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) com período sanduíche na Universidade de Lisboa, e Pós-Doutorados na PUCRS e na UFSM. É Professor Adjunto de História Contemporânea e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Atua principalmente nos seguintes temas: Neofascismos, Direita Radical, transições democráticas e processos transnacionais da extrema direita.

PROF. DR. FABIANO BARCELLOS TEIXEIRA

Possui graduação em História pela Universidade de Passo Fundo. Mestrado e Doutorado em História também pela UPF. Pesquisa as áreas de História do Brasil e dos países platinos, Argentina, Paraguai e Uruguai, especialmente temas como a Guerra do Paraguai e a crítica positivista ao Império no conflito. Desde 2010 é professor de História da rede pública de Passo Fundo. Colaborou para a elaboração do Documento Orientador Curricular da Rede Pública de Ensino de Passo Fundo no componente curricular de História (2019).

DIA 9/11/2020 - TARDE

14H - CONFERÊNCIA DE ABERTURA:
HUMANIDADES DIGITAIS

CONFERÊNCIA

**09/11
14h**



CONFERÊNCIA DE
ABERTURA:

**Humanidades
Digitais**

Prof. Daniel Ribeiro Alves

Universidade Nova de Lisboa, Portugal



VIA GOOGLE MEET



PPGH
Programa de Pós-Graduação
em História

IPH - Instituto de
Filosofia e Ciências Humanas



Associação dos Pós-graduados em História - UPF/RS

I ENCONTRO DISCENTE
DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM HISTÓRIA (EDPH)



CLIQUE NA IMAGEM PARA ASSISTIR!

PROF. DANIEL RIBEIRO ALVES
UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA, PORTUGAL

PROF. DANIEL RIBEIRO ALVES

Possui doutorado em História Econômica e Social Contemporânea pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (FCSH) da Universidade Nova de Lisboa (2010), mestrado em História Contemporânea pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (2001), licenciatura em História pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (1995). É Professor Auxiliar no Departamento de História da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade NOVA de Lisboa e Investigador Integrado no doutorado do Instituto de História Contemporânea (IHC) da Universidade NOVA de Lisboa. Sua atuação na área da História é nas seguintes temáticas: História de Portugal, História Econômica e Social, História das Revoluções, História Urbana, SIG aplicado à História e Humanidades Digitais. Possui 17 artigos publicados em revistas com *referee* e dentre suas produções destacam-se os livros: *A República atrás do balcão: os Lojistas de Lisboa e o fim da Monarquia (1870-1910)* de 2012; *Lisboa, lugares da literatura: História e Geografia na Narrativa de Ficção do Século XIX à Atualidade*, 2012; *Os dízimos no final do Antigo Regime: aspectos econômicos e sociais (Minho, 1820-1834)* de 2012. Foi coordenador da linha temática de investigação “Humanidades Digitais e Investigação Histórica” no IHC, membro da Comissão Executiva da *European Association for Digital Humanities* (2016-2017), membro da Comissão Fundadora da AHDig - Associação das Humanidades Digitais, revisor científico da revista *Journal of Urban History*, desde 2017, revisor científico da revista *Literary and Linguistic Computing* (Oxford Journals), desde 2013 e representante do IHC no *CenterNet. An international network of digital humanities centers*.

DIÁ 9/11/2020 - NOITE

19H30 - A SUBSTITUIÇÃO DA MEMÓRIA:
PATRIMÔNIO, IDENTIDADES E RESSENTIMENTOS

MESA TEMÁTICA

A SUBSTITUIÇÃO

DA MEMÓRIA:

*PATRIMÔNIO,
IDENTIDADES E
RESSENTIMENTOS*

VIA GOOGLE MEET

DIÁ 09/11

19H30MIN



**Prof. Dr. Pedro Paulo
Abreu Funari**
(UNIPAMPA)



Prof. Dr. Ronaldo Colvero
(UNIPAMPA)



Prof. Sandra Barrichello
(Professora no Município
de Passo Fundo)



**Prof. Dr. Fabrício
Nazzari Vicroski**
(PPGH/UPF - Mediador)



PPGH
Programa de Pós-Graduação
em História

IPH - Instituto de
Filosofia e Ciências Humanas



Associação de Pós-graduados em História - UPF/RS

*I ENCONTRO DISCENTE
DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM HISTÓRIA (EDPI)*



CLIQUE NA IMAGEM PARA ASSISTIR!

PROF. DR. PEDRO PAULO ABREU FUNARI (UNICAMP)

PROF. DR. RONALDO COLVERO (UNIPAMPA)

PROF. SANDRA BARRICHELLO (MUNICÍPIO DE PASSO FUNDO)

MEDIAÇÃO: PROF. DR. FABRÍCIO NAZZARI VICROSKI (PPGH-UPF)

PROF. DR. PEDRO PAULO ABREU FUNARI

É bacharel em História (1981), Mestre em Antropologia Social (1986), Doutor em Arqueologia (1990), pela USP, livre-docente em História (1996) e Professor Titular (2004 Unicamp), além de diversos pós-doutorados. Professor de programas de pós da UNICAMP, Distinguished Lecturer University of Stanford, Research Associate - Illinois State University, Universidad de Barcelona, Université Laval (Canadá), líder de grupo de pesquisa do CNPq, assessor científico da FAPESP, orientador em Stanford e Binghamton, colaborador da UFPR, UFPel, docente da UNESP (1986-1992) e professor de pós das Universidades do Algarve (Portugal), Nacional de Catamarca, del Centro de la Provincia de Buenos Aires, UFRJ, UERJ Publicou e organizou mais de 470 livros, reedições e capítulos. Atua na área de História e Arqueologia, História Antiga e Arqueologia Histórica, além de Latim, Grego, Cultura Judaica, Cristianismo, Religiosidades, Ambiente e Sociedade, Estudos Estratégicos, Turismo, Patrimônio, Relações de Gênero, Estudos Avançados.

PROF. DR. RONALDO BERNARDINO COLVERO

Possui graduação em Estudos Sociais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (1998), graduação em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (1999), mestrado em História pela Universidade de Passo Fundo (2003) e doutorado em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2009). É professor adjunto na Universidade Federal do Pampa, atuando no curso de Ciências Sociais - Ciência Política e Licenciatura em Ciências Humanas, atualmente professor do Pós-Graduação de Políticas Públicas da Universidade Federal do Pampa e do Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio da Universidade Federal de Pelotas. Desde 2003 vem participando, elaborando e orientando projetos de pesquisa nas áreas de História, Relações Internacionais,

Ciências Sociais, Ciência Política, Educação, Memória, Patrimônio e Políticas Públicas.

PROFA. SANDRA MARA BARICHELLO

Graduada em História (UPF/1998) com especialização em Pedagogia Social (UPF/2001). Bolsista da CAPES como Supervisora na área de História (UPF 2014/2018). Professora na Rede Pública Municipal e Estadual de Ensino de Passo Fundo.

DIA 9/11/2020 - NOITE

**IV MOSTRA DE PESQUISA EM HISTÓRIA DA GRADUAÇÃO
E DA PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DA UPF**

**19H 30 MIN - ST14 JOVENS PESQUISADORES:
DIÁLOGOS ENTRE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO EM HISTÓRIA**

Conferir ordem dos trabalhos que serão apresentados no ST

DIA 10/11/2020 - MANHÃ

**MINICURSOS
(VIA GOOGLE MEET)**

**DESENVOLVIMENTO DE JOGOS NARRATIVOS DE FORMA
DESCOMPLICADA (8H)**

HORÁRIO: 8H30 ÀS 11H30 E 14H ÀS 17H

**GESTÃO DA SALA DE AULA:
CONHECIMENTOS, HABILIDADE E ATITUDES (4H)**

HORÁRIOS:

8H30 ÀS 11H30 (1ª EDIÇÃO)

14H ÀS 17H (2ª EDIÇÃO)

**O USO DO CINEMA E DA LITERATURA COMO FONTES
PARA A PESQUISA HISTÓRICA (4H)**

GOOGLE MEET DIA 10/11/2020 HORÁRIO: 8H30 ÀS 11H30

IMIGRAÇÃO E CINEMA (4H)

GOOGLE MEET DIA 10/11/2020 HORÁRIO: 8H30 ÀS 11H30

SIMPÓSIOS TEMÁTICOS

ST 1 - HISTÓRIA ATRAVÉS DE IMAGENS

**ST 2 - TRAJETÓRIAS INTELECTUAIS E HISTÓRIA
POLÍTICA NO BRASIL**

(FINAL DO SÉCULO XIX E INÍCIO DO SÉCULO XX)

ST 3 - HISTÓRIA POLÍTICA BRASILEIRA:

DA DEMOCRATIZAÇÃO DE 1946 À

REDEMOCRATIZAÇÃO DE 1988

ST 4 - MÍDIA, HISTÓRIA E POLÍTICA

**ST 6 - IMIGRAÇÃO, COLONIZAÇÃO E MOVIMENTOS
SOCIAIS**

**ST 7 - HISTÓRIA, ACERVOS E INSTITUIÇÕES DE
MEMÓRIA**

**ST 9 - PROPRIEDADES, MUNDO RURAL E
CONFLITOS:**

UM DEBATE INTERDISCIPLINAR

**ST 11 - HISTÓRIA AGRÁRIA E A LUTA PELA TERRA
NO BRASIL:**

DEBATES E CAMINHOS PARA A PESQUISA

DIA 10/11/2020 - NOITE

19H30MIN - CONFERÊNCIA:

EDUCAÇÃO, HISTÓRIA PÚBLICA, ENSINO DE HISTÓRIA

CONFERÊNCIA

**10/11
19h30**

**Educação,
História Pública,
Ensino de
História**

Profa. Juniele Rabêlo de Almeida
Universidade Federal Fluminense (UFF)

VIA GOOGLE MEET

UPF | PPGH Programa de Pós-Graduação em História
| ICH Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

apgh
Associação dos Pós-graduandos em História - UFF/RS

**I ENCONTRO DISCENTE
DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM HISTÓRIA (EDPH)**

CLIQUE NA IMAGEM PARA ASSISTIR!

PROFA. DRA. JUNIELE RABÊLO DE ALMEIDA

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE (UFF)

PROFA. DRA. JUNIELE RABÊLO DE ALMEIDA

Professora do Instituto de História da Universidade Federal Fluminense (UFF). Professora do Programa de Pós-Graduação em História (PPGH-UFF). Doutora em História Social (USP) e mestre em História (UFMG). Pós-doutorado em 2011 (UFMG) e Professora Visitante Pós-Doc a partir de jan. 2020 (University of California, UC Berkeley; UFRGS). Pesquisadora e integrante da coordenação do “Laboratório de História Oral e Imagem” (LABHOI / UFF). Professora de História do Brasil Contemporâneo atuando na interface: história oral; história pública; trajetórias de vida; história do tempo presente e ensino de história. Ênfase nos seguintes temas: repertório da ação coletiva; culturas políticas; memória e narrativa autobiográfica; debates públicos; corpo-educação. Coordenação das atividades do Programa de Iniciação à Docência em História (PIBID, 2014-2018) e do Programa Residência Pedagógica em História (PIRP, 2018-2019). Integra as comissões administrativas/científicas da Rede Brasileira de História Pública - RBHP e da Associação Brasileira de História Oral - ABHO.

DIA 11/11/2020 - MANHÃ

**MINICURSOS
(VIA GOOGLE MEET)**

**A IMPRENSA EM SALA DE AULA – POSSIBILIDADES DE
USO A PARTIR DE ACERVOS DIGITAIS (4H)**

HORÁRIO: 8H30 ÀS 11H30

**JOGOS ELETRÔNICOS E SUAS POTENCIALIDADES:
SALA DE AULA COMO CAMPO DE ALTERIDADE (4H)**

HORÁRIO: 8H30 ÀS 11H30

SIMPÓSIOS TEMÁTICOS

ST 3 - HISTÓRIA POLÍTICA BRASILEIRA:

DA DEMOCRATIZAÇÃO DE 1946 À
REDEMOCRATIZAÇÃO DE 1988

ST 4 - MÍDIA, HISTÓRIA E POLÍTICA

ST5 - HUMANIDADES DIGITAIS:

NOVOS OBJETOS E METODOLOGIAS

ST 6 - IMIGRAÇÃO, COLONIZAÇÃO E MOVIMENTOS SOCIAIS

ST 7 - HISTÓRIA, ACERVOS E INSTITUIÇÕES DE MEMÓRIA

ST 9 - PROPRIEDADES, MUNDO RURAL E CONFLITOS:

UM DEBATE INTERDISCIPLINAR

ST 11 - HISTÓRIA AGRÁRIA E A LUTA PELA TERRA NO BRASIL:

DEBATES E CAMINHOS PARA A PESQUISA

DIa 11/11/2020 - NoITE

19h30MIN - CONFERÊNCIA DE ENCERRAMENTO:
HISTÓRIA E INTERDISCIPLINARIDADE

CONFERÊNCIA

11/11
19h30 

CONFERÊNCIA DE
ENCERRAMENTO

**História e
Interdisciplinaridade**

Prof. José D'Assunção Barros

Universidade Federal Rural do
Rio de Janeiro (UFRRJ)



VIA GOOGLE MEET

 **UPF** | PPGH
Programa de Pós-Graduação
em História
| IFCH - Instituto de
Filosofia e Ciências Humanas

 **apgh**
Associação dos Pós-graduandos em História - UFRRJ

*I ENCONTRO DISCENTE
DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM HISTÓRIA (EDPH)*



CLIQUE NA IMAGEM PARA ASSISTIR!

PROF. DR. JOSÉ D'ASSUNÇÃO BARROS
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO (UFRRJ)

PROF. DR. JOSÉ D'ASSUNÇÃO BARROS

Possui doutorado em História pela Universidade Federal Fluminense (1999), mestrado em História pela Universidade Federal Fluminense (1994), graduação em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1993), graduação em Música (Composição Musical) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1989). É Professor Associado da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), nos cursos de Graduação e Pós-Graduação em História, e Professor-Permanente do Programa de Pós-Graduação em História Comparada da UFRJ. Na área de História, tem atuado principalmente com temáticas ligadas às áreas de Historiografia, Teoria da História, Metodologia da História, História Cultural, História da Arte, Cinema-História. Na área de Música, tem desenvolvido pesquisas no campo da Musicologia Histórica e História da Música. Publicou 30 livros e cerca de cento e oitenta artigos, trinta e cinco dos quais em revistas internacionais (Portugal, Espanha, Itália, Dinamarca, Canadá, Colômbia, Chile, México). É coordenador e líder do LAPETHI - Laboratório de Pesquisas em Teoria da História e Interdisciplinaridades. Sua inserção internacional expressa-se - além da publicação de artigos internacionais e atuação como parecerista de revistas estrangeiras - através da orientação de pesquisadores do exterior em estágio doutoral (México, Israel), assim como através da publicação de trabalhos com pesquisadores de outros países (Portugal), também partilhando seus orientandos de doutorado através de 'bolsas sandwiche'.

CRONOGRAMA DAS COMUNICAÇÕES

Os Simpósios Temáticos serão realizados nos dias 10 e 11 de novembro, de maneira virtual. O link para acesso aos STS será encaminhado para o e-mail dos autores, até o dia 07 de novembro.

Cada apresentador terá entre 10 e 15min para explanação, podendo utilizar, caso desejar, apresentação multimídia. Lembramos ainda que o artigo completo para publicação nos anais deverá ser enviado até dia 11/11/2020 no e-mail apgh@upf.br, conforme modelo disponível no site. Dúvidas sobre o andamento dos Simpósios devem ser encaminhadas diretamente aos coordenadores.

ST 1 - HISTÓRIA ATRAVÉS DE IMAGENS

COORDENADORES:

ISABELLA CZAMANSKI ROTA (PPGH/UPF)

IVO DOS SANTOS CANABARRO (UNIJUÍ)

CAROLINA MARTINS ETCHEVERRY (PUCRS)

TERÇA-FEIRA, 10 DE NOVEMBRO

A ILUSTRAÇÃO CIENTÍFICA COMO FONTE DE PESQUISA EM HISTÓRIA

Alessandra da Silva

**AS LACUNAS DA MEMÓRIA SOVIÉTICA:
UMA COMPREENSÃO COSPÓREO IMAGÉTICA DE SVETLANA
ALEKSIÉVITCH**

João Camilo Grazziotin Portal

**REFLETINDO SOBRE IMAGENS DE TAPEÇARIAS ARTÍSTICAS
NUM ESTUDO HISTORIOGRÁFICO**

Lorilei Secco

O COLONIALISMO ATRAVÉS DE SUAS FOTOGRAFIAS

Marcus Vinicius de Oliveira

**AFRORRELIOSOS E FACEBOOK:
REDES, DINÂMICAS, JUSTAPOSIÇÕES E HIBRIDISMOS**

Sílvia G. Mateus

**A (RE)APRESENTAÇÃO DE INQUISIDORES: A CONSTRUÇÃO
DA MASCULINIDADE HEGEMÔNICA NAS IMAGENS FÍLMICAS
"O POÇO E O PÊNDULO" (1961 e 1991)**

Luciana Mecking Arantes

**O USO DAS IMAGENS NO COTIDIANO DAS PESSOAS: A
FOTOGRAFIA MORTUÁRIA**

Natália Fioravanso Vieira Brizola

**A REPRESENTAÇÃO DO COLONIZADOR ERECHINENSE NAS
IMAGENS DA OBRA LITERÁRIA MINHA MORTE E OUTRAS
VIDAS DE GLADSTONE OSÓRIO MÁRSICO**

Gláucia Elisa Zinani Rodrigues

ST 2 - TRAJETÓRIAS INTELECTUAIS E HISTÓRIA POLÍTICA NO BRASIL

COORDENADORAS:

JAQUELINE SCHMITT DA SILVA (PPGH/UPF)

CAMILA DE SOUSA FREIRE (UERJ)

TERÇA-FEIRA, 10 DE NOVEMBRO

A MUDANÇA HISTORIOGRAFIA NA HISTÓRIA DAS MISSÕES JESUÍTICAS

Tiara Cristiana Pimentel dos Santos

RELAÇÕES ENTRE CONSUMO E ATIVIDADES SOCIOECONÔMICAS NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX: A FRONTEIRA OESTE COMO ESPAÇO DINÂMICO (ALEGRETE, 1846-1891)

Taís Giacomini Tomazi

CASTILHISMO E PODER JUDICIÁRIO: AS RELAÇÕES E TROCA DE FAVORES ENTRE O PODER JUDICIÁRIO DO RIO GRANDE DO SUL E OS GOVERNOS DO PARTIDO REPUBLICANO RIOGRANDENSE (1891-1928)

Andrei Tonini

GRAÇA ARANHA: DA ESCOLA DE DIREITO, PARA A ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS AO MODERNISMO

Débora Priscila Graeff

INTERNAMENTO NA PERSPECTIVA DO INTERNO: O ASILO DE SAINT PAUL NAS CARTAS DE VINCENT VAN GOGH (1889-1890)

Geane Caroline Wiltemburg

EDUCAÇÃO AOS MOLDES DO BRASIL COLÔNIA: PROCESSO CONSTITUTIVO DAS ESCOLAS CIVICO MILITARES

Tatiana Teixeira dos Santos

AS DOENÇAS MATAM MAIS DO QUE A METRALHA

Alexandre Borella Monteiro

AS REPRESENTAÇÕES DA OBRA "HACE 100 AÑOS: CRÓNICAS DE LA GUERRA DE 1864 - 1870" DE EFRAÍM CARDOZO SOBRE A GUERRA DA TRÍPLICE ALIANÇA

Jeremyas Machado Silva

ST 3 - HISTÓRIA POLÍTICA BRASILEIRA: DA DEMOCRATIZAÇÃO DE 1946 À REDEMOCRATIZAÇÃO DE 1988

COORDENADORES

MARCELO MARCON (PPGH/UPF)

CLEVERTON LUIS FREITAS DE OLIVEIRA (UFRGS)

TERÇA-FEIRA, 10 DE NOVEMBRO

A CONFERÊNCIA DOS RELIGIOSOS DO BRASIL: TRADIÇÃO E PROFECIA NA PRODUÇÃO DE UMA OIKONOMIA SOCIAL-CATÓLICA (1954-1978)

Edson Claiton Guedes

CRISTIANISMO DA LIBERTAÇÃO, DESIGUALDADES SOCIAIS E DEMOCRACIA DURANTE A TRANSIÇÃO POLÍTICA BRASILEIRA (1974 - 1985)

Geovanni Rocha Junior

A APROVAÇÃO DA LEI DO DIVÓRCIO NO BRASIL (1977): OS DEBATES E AS POLÊMICAS NO CONGRESSO NACIONAL E NAS REVISTAS MANCHETE E VEJA (1975-1977)

Lauren Cavichioli Quissini

"DEUS, PÁTRIA E FAMÍLIA: A TRAJETÓRIA DA AÇÃO DEMOCRÁTICA FEMININA GAÚCHA (1964-1968)

Eduardo Chaves

REDEMOCRATIZAÇÃO, MOVIMENTO LGBTQ+ E CONSTITUIÇÃO CIDADÃ - O CAMINHO FEITO ATÉ O PROGRAMA BRASIL SEM HOMOFOBIA

Edhilson Dantas Alves

"ENTENDEMOS, AGORA, QUE É HORA DE FEMINILIZAR A POLÍTICA": O RETORNO DAS EXILADAS BRASILEIRAS E A LUTA POR DIREITOS DURANTE A REDEMOCRATIZAÇÃO

Eloisa Rosalen

LEONEL BRIZOLA E A ALIANÇA PARA O PROGRESSO: OS ESTADOS UNIDOS DURANTE O GOVERNO JOÃO GOULART (1961-1964)

Marcelo Marcon

QUARTA-FEIRA, 11 DE NOVEMBRO

O RURALISMO SUL-RIO-GRANDENSE E SUA ATUAÇÃO NO PROCESSO DE REDEMOCRATIZAÇÃO (1981-1988)

Felipe Vargas da Fonseca

**A CAMPANHA OURO PARA O BEM DO BRASIL: A BUSCA POR
UMA LEGITIMIDADE DEMOCRÁTICA DURANTE A GÊNESE DA
DITADURA CIVIL-MILITAR DE 1964**

Éderson Ricardo Schmitt

**“LEMBRAR E NUNCA ESQUECER”: O CASO DARCY
RODRIGUES PERANTE A COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE.**

Bruno Almeida Silva

**A DITADURA MILITAR REVISITADA NOS REGISTROS DO
TEMPO: HISTÓRIA, MEMÓRIA E REPRESENTAÇÃO ESCOLAR
NA BAHIA (1970-1982)**

Maryana Gonçalves Souza

**MEMÓRIA, FAMÍLIA E REPARAÇÃO: AS DISPUTAS EM TORNO
DO DECRETO ESTADUAL (PE) n° 25.069/03**

Cecil Vinicius Olivar Oliveira Guerra

**PALADINOS DA DEMOCRACIA OU LEGITIMADORES DO
SISTEMA? O PAPEL DO MDB NA TRANSIÇÃO POLÍTICA ENTRE
1974 E 1979**

Pedro Henrique Gomes de Queiroz

**HISTÓRIA ORAL DIGITAL: ENTREVISTAS COM FUNDADORES
DO PT**

Maurílio Barreto de Araújo

ST 4 - MÍDIA, HISTÓRIA E POLÍTICA

COORDENADORES

PÂMELA PONGAN (PPGH/UPF)

TACIANE NERES MORO (PPGH/UPF)

KARULLINY SILVEROL SIQUEIRA (UFES)

TERÇA-FEIRA, 10 DE NOVEMBRO

HIPÓTESE DE AGENDAMENTO E O PLEBISCITO DE SÃO BORJA: ANALISANDO AS MATÉRIAS DO JORNAL A FEDERAÇÃO

Taciane Neres Moro

VISITA DE ROOSEVELT AO BRASIL EM 1936: A INFLUÊNCIA NORTE AMERICANA INTERNA DURANTE O ESTADO NOVO

Silvio Zanin da Silva Lisboa

APONTAMENTOS SOBRE A CAMPANHA DE DESESTABILIZAÇÃO CONTRA O GOVERNO GOULART

Dayane Cristina Guarnieri

O GOLPE DE 1966 NA ARGENTINA SOBRE INFLUÊNCIA DA REVISTA PRIMERA PLANA: DO DERROCAMENTO DE LLLIA A ASCENSÃO DE ONGANA

Mariana Aparecida de Oliveira Santana

A CONSTRUÇÃO DO INDIVÍDUO COMUM COMO AGENTE IDEOLÓGICO NO CINEMA ESTADUNIDENSE DA DÉCADA DE 1980

Carlos Cesar de Lima Veras

QUARTA-FEIRA, 11 DE NOVEMBRO

**A COLUNA PRESTES 60 ANOS DEPOIS: REPRESENTAÇÕES
NA IMPRENSA ESCRITA DE SANTO ÂNGELO/RS**

Amilcar Guidolim Vitor

**“O PARLAMENTO É AZUL”: A CAMPANHA REPUBLICANA
PARLAMENTARISTA DE 1993, SEGUNDO VEJA**

Roberto Biluczyk

**OCULTAMENTO DAS MULHERES NA HISTÓRIA: A REPERCUS-
SÃO DA ATUAÇÃO FEMININA NA ASSEMBLEIA NACIONAL
CONSTITUINTE DE 1988**

Marina Broch

**A MÍDIA COMO INSTRUMENTO DE EVANGELIZAÇÃO E CATE-
QUIZAÇÃO: UMA ANÁLISE DO USO DA MÍDIA PELA DIOCESE
DE PALMAS – FRANCISCO BELTRÃO**

Pâmela Pongan

**FONTE JUDICIAL NA PESQUISA HISTÓRICA: ANÁLISE DO
TRABALHO DOMÉSTICO**

Bárbara Galli de Oliveira

**O FEMINISMO É UMA FARSA: DISCURSO SOBRE A
REPRESENTAÇÃO FEMINISTA NO BRASIL DURANTE
CONQUISTA PELO SUFRÁGIO NO YOUTUBE**

Isadora Carvalho da Silva

ST 5 - HUMANIDADES DIGITAIS:

NOVOS OBJETOS E METODOLOGIAS

COORDENADORAS

JÊNIFER DE BRUM PALMEIRAS (PPGH/UPF)

JULIANA MARTINS CASTRO (UFMG)

PATRÍCIA ROMEU (UFRJ/IBICT)

QUARTA-FEIRA, 11 DE NOVEMBRO

**JOGANDO COM A HISTÓRIA: OS JOGOS ELETRÔNICOS
COMO FERRAMENTA DE ENSINO E APRENDIZAGEM NA SALA
DE AULA**

Jorgeana Roberta Alcantara Teixeira

Kássia Maria de Souza Barros

**FOTOGRAFIA CIENTÍFICA NO ACERVO MAST:
POSSIBILIDADES A PARTIR DA HISTÓRIA DIGITAL**

Mariza Pinheiro Bezerra

**METODOLOGIAS DIGITAIS: UM ESTUDO DE CASO SOBRE A
APLICAÇÃO DE SOFTWARES DE ANÁLISE TEXTUAL PARA A
PESQUISA EM HISTÓRIA**

Gabriel Favretto

**DESAFIOS METODOLÓGICOS NA PESQUISA COM FÓRUMS
DIGITAIS DE DISCUSSÃO DE HISTÓRIA**

Daniela Linkevicius de Andrade

**HUMANIDADES DIGITAIS: PASSOS EM PROL DA
CONSTRUÇÃO DA COMUNIDADE DE PRÁTICAS DIGITAIS
INTERDISCIPLINAR NO BRASIL**

Priscila Ramos Carvalho

Ricardo Medeiros Pimenta

EXPLORAÇÃO DAS NOVAS TECNOLOGIAS NA DISLEXIA

Elias Casamali

**OS JOGOS ELETRÔNICOS E O PENSAMENTO CRÍTICO:
APLICAÇÕES E POTENCIALIDADES NA EDUCAÇÃO**

Antonio Augusto Zanoni

Marcos Vinícius Paludo Festa

O PATRIMÔNIO CULTURAL NAS CIDADES INTELIGENTES

Juliana Martins de Castro Barroso

**MOBILE HISTORY: PRESERVAÇÃO HISTÓRICA NO CONTEXTO
DAS SMART CITIES**

Jênifer de Brum Palmeiras

**ST 6 - IMIGRAÇÃO, COLONIZAÇÃO E
MOVIMENTOS SOCIAIS**

COORDENADORAS

INDAIA DIAS LOPES (PPGH/UPF)

MARINILSE MARINA (PPGH/UPF)

KALINKA DE OLIVEIRA SCHMITZ (UNISINOS)

TERÇA-FEIRA, 10 DE NOVEMBRO

NARRATIVAS E PRÁTICAS COLONIAIS EM PORTUGAL E FRANÇA: ADMINISTRAÇÃO, LAICIDADE E ISLÃO

Camila Guidolin

TRAJETÓRIAS MIGRATÓRIAS E AS SUAS REDES: EMIGRAÇÃO DE BRASILEIROS AO PARAGUAI (1970-1980)

Vanucia Gnoatto

A QUESTÃO ASSÍRIA E A CAMPANHA ANTIIMIGRATÓRIA DA IMPRENSA FLUMINENSE (1932-1934)

Rodrigo Luis dos Santos

AS RELAÇÕES DE GÊNERO E O PATRIARCADO: UM OLHAR PARA A IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

Eliane Salete Bruneto

A FACE INVISÍVEL DAS MULHERES IMIGRANTES POLONESAS NO BRASIL

Isabella Czamanski Rota

A IDENTIDADE CABOCLA

Jane Cunha

ORIGEM, CONCEPÇÃO E LÓGICA RECENTE DO PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR (PRONAF)

Indaia Dias Lopes

REDUÇÃO DE SANTO ÂNGELO CUSTÓDIO: DECADÊNCIA E REPOVOAMENTO

Andressa Domanski

QUARTA-FEIRA, 11 DE NOVEMBRO

**A CONDIÇÃO DAS MULHERES COLONAS (I) MIGRANTES
ALEMÃES DO SUL DO BRASIL: REVISÃO HISTORIOGRÁFICA**

Carlise Schneiders

**A IGREJA METODISTA NA COLÔNIA ITALIANA DA SERRA
GAÚCHA (1887-1947)**

Vicente Dalla Chiesa

**REDES E ESTRATÉGIAS MIGRATÓRIAS FRIULANAS PARA A
REGIÃO DE COLONIZAÇÃO ITALIANA DO RIO GRANDE DO SUL
(1882-1960)**

Marinilse Marina

**O PROCESSO DE FORMAÇÃO DAS COLÔNIAS DE SERRO
AZUL**

Carla Cristine Spies Stalbaum

**ANALISANDO A "ENXAMAGEM" A PARTIR DAS FONTES
(COLÔNIA CONVENTOS, SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX)**

Júlia Leite Gregory

**"PARA LONGE VAI O IMIGRANTE, PRA OUTRA TERRA
DISTANTE" – REPORTAGENS SOBRE A SOCIEDADE
TERRITORIAL MOSELE, EBERLE E AHRONS LTDA (DÉCADA DE
1930)**

Gabriela Luiza Magro

**A COLONIZAÇÃO NO NORTE RIO-GRANDENSE E O AVANÇO
COLONIAL A TERRAS CATARINENESES NA PERSPECTIVA
DOS FUNCIONÁRIOS DO GOVERNO DO RIO GRANDE DO SUL**

Kalinka de Oliveira Schmitz

ST 7 - HISTÓRIA, ACERVOS E INSTITUIÇÕES DE MEMÓRIA

COORDENADORES

DJIOVAN VINÍCIUS CARVALHO (PPGH/UPF)

VANESSA GOMES DE CAMPOS (PPGH/UPF/AHCMPA)

ANA INÉS ARCE (UFRGS/MUSEU DE PORTO ALEGRE JOAQUIM
FELIZARDO)

TERÇA-FEIRA, 10 DE NOVEMBRO

**MUSEU ANTROPOLÓGICO DIRETOR PESTANA:
CONSTITUIÇÃO E ORGANIZAÇÃO**

Dirceu Adolfo Dirk

**REDUÇÕES JESUÍTICAS EM EXPOSIÇÃO: FRAGMENTOS
E REPRESENTAÇÕES DA HISTÓRIA PELOS MUSEUS
MISSIONEIROS**

Natália Reichert Greff

**UM TOUR PELA HISTÓRIA DO E NO MUSEU VIRTUAL
DO ÍNDIO: APONTAMENTOS SOBRE A PRODUÇÃO,
CONSTITUIÇÃO E A CIRCULAÇÃO DOS SENTIDOS**

Ayrton Matheus da Silva Nascimento

**PRÁTICAS EDUCATIVAS NO MUSEU JULIO DE CASTILHOS
(1939-1950)**

Iandora de Melo Quadrado

Ana Carolina Gelmini de Faria

**HISTÓRIAS E SILÊNCIOS NO ACERVO DO MUSEU MUNICIPAL
ALBINO BUSATO DE CASCA/RS (1990-2018)**

Aline Nizzola Berton

**BENS CULTURAIS DA IGREJA: DESAFIOS E RESULTADOS DE
CURADORIA MUSEOLÓGICA**

Caroline Zuchetti

**MEMÓRIAS DE RESISTÊNCIA NA SOCIEDADE POLÔNIA: UMA
PESQUISA MUSEOLÓGICA SOBRE SEUS UNIFORMES DA
SEGUNDA GUERRA MUNDIAL**

Vanessa Astigarraga Leão

Ana Carolina Gelmini de Faria

**SALA "HISTÓRIA E MEMÓRIA" DOS CIDADÃOS DE
PIRACANJUBA-GOIÁS**

Daniele Lopes Oliveira

**PÉ NA ESTRADA: PROGRAMA DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL,
NA E.B.M. SANTA TEREZINA, XAXIM (SC), 2020**

Valdirene Chitolina

QUARTA-FEIRA, 11 DE NOVEMBRO

**ENTRE REVISTAS E ENTREVISTAS: UMA ANÁLISE
ETNOMUSICOLÓGICA E HISTÓRICO DOCUMENTAL DAS
PRÁTICAS MUSICAIS DE MULHERES VIOLONISTAS NO
BRASIL NO SÉCULO XX**

Maria Fetzer Luca

ASSIM NA TERRA COMO NO CÉU: UM ESTUDO COMPARADO ENTRE AS DEVOÇÕES A MARIAZINHA PENNA (SANTA MARIA/RS) E MARIA ELIZABETH (PASSO FUNDO/RS)

Francielle Moreira Cassol

CANTEIROS DA DEVOÇÃO: OS ARCHIVOS DAS IRMANDADES LEIGAS DA VILA DE CACHOEIRA (DO SUL – RS, SÉC. XIX)

Henrique Melati Pacheco

ARQUIVO HISTÓRICO DA CÚRIA METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE: MEMÓRIA E IDENTIDADE

Jamily Veit Scheffer

ENTRE O AHCMPA E O IHGRGS: REFLEXÕES SOBRE AS “ESPESSAS CAMADAS DE INTERVENÇÃO”

Vanessa Gomes de Campos

O INSTITUTO HISTÓRICO DA CÂMARA MUNICIPAL DE DUQUE DE CAXIAS, SEU ACERVO E AS PESQUISAS NA ATUALIDADE

Tania Maria da Silva Amaro de Almeida

OS ARQUIVOS PESSOAIS ENTRE O ARQUIVAMENTO DE SI E A CUSTÓDIA DOCUMENTAL: O CASO DO INSTITUTO HISTÓRICO DE PASSO FUNDO (1954-2020)

Djiovan Vinicius Carvalho

PATRIMÔNIO DOCUMENTAL: REFLEXÕES SOBRE O PROCESSO DE CONSTITUIÇÃO DE ARQUIVOS PESSOAIS

Dhion Carlos Hedlund

“UM MAESTRO DEMASIADO HUMANO”: A CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA NO ARQUIVO PESSOAL DE WALDEMAR HENRIQUE (1905-1995)

Sônia Regina Silva do Nascimento

OS SENTIDOS DA PRESERVAÇÃO: OS DOCUMENTOS DE ARQUIVO DA COMARCA DE BRAGANÇA-PA, MEMÓRIA, HISTÓRIA E CIDADANIA

Filipe de Sousa Miranda

"INFELIZMENTE MUITA COISA SE PERDEU NESTE SÉCULO E MEIO": REFLEXÕES ACERCA DA FORMAÇÃO E PRESERVAÇÃO DO ACERVO DE ARQUIVO HISTÓRICO DE PORTO ALEGRE MOYSÉS VELLINHO (AHPAMV)

Ana Inés Arce

**ST 9 - PROPRIEDADES, MUNDO RURAL E CONFLITOS:
UM DEBATE INTERDISCIPLINAR**

COORDENADORES

DIEGO JOSÉ BACCIN (PPGH/UPF)

ANA LUISA ROCHA (UFGA/PARIS 1)

ALAN DUTRA CARDOSO (UFF)

TERÇA-FEIRA, 10 DE NOVEMBRO

DESAFIOS PARA A CONSTRUÇÃO DE CADEIAS DOMINIAIS DE IMÓVEIS COM ORIGENS FUNDIÁRIAS REMOTAS NO BRASIL

Ana Luisa Santos Rocha

CONCESSÕES DE TERRA, IMIGRAÇÃO E COLONIZADORAS POLONESAS: O CASO DA SOCIEDADE DE COLONIZAÇÃO DE VARSÓVIA LTDA.

Rhuan Targino Zaleski Trindade

**NOTAS SOBRE TRADUÇÃO, AUTORIA E PROPRIEDADE
INTELLECTUAL NO MUNDO LUSO-BRASILEIRO SOB AS LUZES
(1750-1830)**

Gabriel de Abreu M. Gaspar

**HISTÓRIA SOCIAL DA PROPRIEDADE: UMA DISCUSSÃO
ENTRE O RURAL E O URBANO**

Diego José Baccin

QUARTA-FEIRA, 11 DE NOVEMBRO

**O TRABALHO NA TERRA COMO UMA REPRESENTAÇÃO
ONTOLOGICA NA LUTA DOS AFOGADOS DO PASSO REAL**

Pedro Vicente Stefanello Medeiros

**CAMINHO ENTRE O DIREITO CONSUETUDINÁRIO E CONSTI-
TUCIONAL SOBRE A PROPRIEDADE DA TERRA QUILOMBOLA
NO RIO GRANDE DO SUL**

Áxsel Batistella de Oliveira

**GETÚLIO VARGAS: PROPRIEDADE E PRODUÇÃO AGRÍCOLA
NO RIO GRANDE DO SUL**

Vitória Comiran

**DIREITOS DE PROPRIEDADE EM DISCUSSÃO: INFLUÊNCIAS
DO MELHORAMENTO DA AGRICULTURA NUMA REGIÃO
BAIANA**

Antonio Hertes Gomes de Santana

**TERRAS, CONFLITOS E JUSTIÇA: A AFIRMAÇÃO DA
PROPRIEDADE E OS SERINGAIS NO AMAZONAS (1870-1920)**

Alan Dutra Cardoso

**ST 11 – HISTÓRIA AGRÁRIA E A LUTA PELA
TERRA NO BRASIL:
DEBATES E CAMINHOS PARA A PESQUISA**

COORDENADORES

CAROLINE DA SILVA (PPGH/UPF)

SIMONE LOPES DICKEL (PPGH – UPF)

PROF. DR. DARLAN DE OLIVEIRA REIS JR. – (URCA/
PROPRIETAS)

TERÇA-FEIRA, 10 DE NOVEMBRO

**A CONSTITUIÇÃO DA PROPRIEDADE DA TERRA NA COLÔNIA
MILITAR DE CASEROS (PROVÍNCIA DE SÃO PEDRO – 1858-
1878)**

Alex Antônio Vanin

**REFLEXÕES SOBRE A REPRESSÃO AO TRABALHO ESCRAVO
CONTEMPORÂNEO NO BRASIL ENTRE OS ANOS DE 1995 E
2013.**

Marcelo Aleff de Oliveira Vieira

**MEDIÇÕES DE SESMARIA OU MEDIÇÕES DE TERRAS? UMA
ANÁLISE DAS MEDIÇÕES E DEMARCAÇÕES NO RIO GRANDE
DE SÃO PEDRO (1768-1822)**

Giovane Dutra Zuanazzi

**A ELOQUÊNCIA DE UM SILÊNCIO: O PROBLEMA DA TERRA
NOS DEBATES PARLAMENTARES**

Vinicius Diniz Moreira

REASSENTAMENTO COMPULSÓRIO NO SUBMÉDIO SÃO FRANCISCO: REFLEXÕES SOBRE CULTURA E IDENTIDADES A PARTIR DE UMA VISÃO SINDICALISTA

Marcos Manoel do Nascimento Silva

QUARTA-FEIRA, 11 DE NOVEMBRO

DESAPROPRIAÇÃO DE TERRA POR INTERESSE SOCIAL NO RS: O CENÁRIO AGRÁRIO ENTRE AS DÉCADAS DE 1960 E INÍCIO DOS ANOS 2000

Caroline da Silva

NOTAS PARA PENSAR SOBRE A PERMANÊNCIA INDÍGENA NOS VALES DOS RIOS PARDO E TAQUARI: RIO GRANDE DO SUL, SÉCULOS XIX, XX E XXI

Ernesto Pereira Bastos Neto

PERSPECTIVAS SOBRE A REFORMA AGRÁRIA NO CONTEXTO DO GOLPE DE 2016

Simone Lopes Dickel

ST 14 - JOVENS PESQUISADORES:

DÍALOGOS ENTRE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO EM HISTÓRIA

COORDENADORES

ALEX ANTÔNIO VANIN (PPGH/UPF)

ÁXSEL BATISTELLA DE OLIVEIRA (PPGH/UPF)

EIXO 1 – PERSPECTIVAS DE PESQUISA

FIOS AO VENTO: A CRUZ VERMELHA COMO MEDIADORA NA LOCALIZAÇÃO DE FAMILIARES NO PÓS-II GUERRA MUNDIAL

Vanessa Taís Fritzen

João Vítor Sand Theisen

ESTÂNCIAS SUL-RIO-GRANDENSES: EXPERIÊNCIA E EXPECTATIVA NA NARRATIVA DE SOUZA DOCCA E MOYSÉS VELLINHO (1920-1960)

Pâmela Cristina de Lima

“O TERMO DE UM SONHO DOCEMENTE AZUL”: ESTUDOS DE GÊNERO A PARTIR DOS NECROLÓGIOS EM PASSO FUNDO/RS (1890-1950)

Aléxia Lang Monteiro

Raíssa Gebring Ulrich

A LUTA INDÍGENA PELA TERRA NO NORTE DO RIO GRANDE DO SUL – CASO DE IRAÍ / RIO DO MEL (DÉCADA DE 1980)

Alana da Silva Follador

SUBSTITUIÇÃO DO HOMEM PELO GADO: DESMATAMENTO E AGRONEGÓCIO

Yara Costa Golembiesk e Joana Luiza Matté Pagliari

LINGUAGENS DE LIBERALISMO: A DIVERSIDADE DE VOCABULÁRIOS POLÍTICOS NA DÉCADA DE 1860 NO BRASIL IMPERIAL

Driely Neves Coutinho

EIXO 2 – HISTÓRIA, ESCRITAS E HISTORIOGRAFIA

A ARTE BRASILEIRA EM DESOBEDIÊNCIA: UMA PERSPECTIVA DECOLONIAL

Ana Carolina Reolão Stobbe

A VIDA RURAL, AS ROÇAS E OS PROTAGONISTAS DO TRABALHO NA TERRA: PELOS CAMINHOS MONÇOEIROS ENTRE O SUL E O NORTE DE MATO GROSSO (SÉCULOS XVIII E XIX)

Andresa Fernanda da Silva

MANIFESTAÇÕES DA FILOSOFIA ESTÓICA NA ESCRITA DO POETA OVÍDIO

Gabriel Lagos Monteiro da Silva

“PRINCIPIEMOS A REAGIR CONTRA O DESPOTISMO DO HOMEM”: A LINGUAGEM DA EMANCIPAÇÃO FEMININA NA IMPRENSA OITOCENTISTA

Cibele Camargos Pereira

A OBJETIFICAÇÃO E DEPRECIÇÃO DA MULHER SOB A ÓTICA DO LIVRO “SAPATO DE SALTO” EM COMPARAÇÃO COM AS OBRAS “O SEGUNDO SEXO” E “A DOMINAÇÃO MASCULINA”

Beatriz Chitolina

EIXO 3 – EDUCAÇÃO, DEMOCRATIZAÇÃO DO ENSINO E HISTÓRIA

CAFÉ COM CLIO E A DEMOCRATIZAÇÃO DO CONHECIMENTO HISTÓRICO: REFLEXÕES E PERSPECTIVAS

Giovanna de Oliveira Pedroso

Caroline Adam

Ravi Teixeira Zanatto

PROJETO EM EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: GRIÔS NA CIDADE DE PELOTAS - AÇÕES EDUCACIONAIS COM D. SIRLEY DA SILVA AMARO

Bethânia Luisa Lessa Werner

Larissa Ceroni de Moraes

VIAJANDO PELO TEMPO E ESPAÇO: A PRODUÇÃO DE MATERIAIS DIDÁTICOS DO RIO DE JANEIRO NO SÉCULO XIX (1808-1850)

Renan Carvalho Wenderrosck

DIÁLOGOS E RELEITURAS SOBRE O ENSINO DE HISTÓRIA NA PARAÍBA OITOCENTISTA: UMA TRAJETÓRIA DE PESQUISA

Maday de Souza Moraes Pereira

RESUMOS

I ENCONTRO DISCENTE DE
PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

ST 1 - HISTÓRIA ATRAVÉS DE IMAGENS

Ainda que as imagens estejam amplamente disponíveis aos indivíduos contemporâneos, principalmente aqueles com acesso às tecnologias da informação, e que os próprios estudiosos da disciplina histórica aceitem as imagens como fontes completas para a escrita histórica desde a metade posterior do século XX, elas ainda se fazem menos utilizadas em trabalhos acadêmicos do que fontes consideradas mais tradicionais, como as escritas, pelos mais diversos motivos. A imagem como mera ilustração de textos se faz mais comum mesmo atualmente, ainda que trabalhos focados em imagens sejam um campo em constante evolução, principalmente a partir do início do século XXI. Este crescente interesse se deve, em partes, pela expansão que os próprios estudos históricos têm sofrido, como as novas perspectivas acerca de assuntos já estudados, a mudança no foco do sujeito, incluindo aqueles que antes eram excluídos da história (mulheres, negros, LGBTs, entre outros), bem como nas reflexões resultantes da interdisciplinaridade cada vez mais aceita, ou ainda, incentivada. Sendo assim, o campo das imagens na história possui pleno espaço para discussões teórico-metodológicas, que precisam ser colocadas em pauta como uma forma de desmistificar e incentivar os estudos na área, analisando os sucessos empreendidos até então, para que novas pesquisas produtivas em torno das imagens sejam cada vez mais comuns. Este simpósio temático visa, portanto, reunir estudos que façam uso da imagem como documento, em seus mais variados tipos – fotografias, ilustrações, pinturas, quadrinhos, cinema, televisão, entre outros – ou que

façam reflexões acerca dos seus usos dentro da disciplina histórica, em seus mais diversos campos.

Coordenadores:

Isabella Czamanski Rota (UPF)

Ivo dos Santos Canabarro (UNIJUÍ)

Carolina Martins Etcheverry (PUCRS)

A ILUSTRAÇÃO CIENTÍFICA COMO FONTE DE PESQUISA EM HISTÓRIA

Alessandra da Silva

Doutoranda Programa de Pós-Graduação em História/UPF

Essa pesquisa foi desenvolvida a partir de referências bibliográficas e análise de imagens. Os resultados compõem uma revisão sobre a trajetória da ilustração científica, desde a origem do naturalismo científico, evidenciando a importância do século XVIII e XIX, para o desenvolvimento da ilustração científica, período em que artistas e cientistas cruzaram continentes coletando e descrevendo espécies, muitas delas organizadas em museus de ciências naturais, ou em jardins botânicos, locais que se transformam em importantes fontes de pesquisas e ainda hoje inspiram estudiosos da história das ciências naturais. Para explorarmos algumas possibilidades de utilização da ilustração científica como fonte de pesquisa em história, devemos considerar que a ilustração científica é uma imagem ideal, um signo que visa comunicar um conhecimento. Quando utilizamos uma imagem no caso uma ilustração científi-

ca, como fonte de pesquisa é importante questionar: O que essa imagem representa? Em que contexto histórico foram produzidos e utilizados esses signos? O que eles visavam transmitir e comunicar? Uma ilustração científica agrega uma série de informações através de elementos visuais que a compõe, técnicas que são mais características a um determinado período histórico ou mesmo um pensamento de uma determinada época. Pensando a ilustração científica como sistema de signos não-linguísticos, podemos interpretá-la por um viés da semiótica. Para isso são analisadas as proposições do filósofo Charles Peirce (1839-1914) sobre a construção de significado de uma imagem a partir da Tríade Semiótica (Intérprete, Signo e Objeto). Outro pesquisador importante para pensarmos a análise de imagens é o historiador cultural Yuri Lotman (1922-1993), ele sugere denominar de semiosfera o espaço semiótico. Segundo a ele a Semiosfera, é o espaço cultural habitado pelos signos, permitindo pensar a imagem como um espaço de encontro de diferentes culturas. Lotman dedicou-se a compreender a dinâmica dos encontros culturais, no sentido de explicar como duas culturas se encontram, que tipo de diálogo elas travam entre si e como elas criam experiências capazes de reconfigurar o campo das forças culturais. Esse trabalho aponta algumas possibilidades de usarmos a ilustração científica como fonte de pesquisa em história, refletindo sobre a ilustração científica em um dado contexto histórico.

A REPRESENTAÇÃO DO COLONIZADOR ERECHINENSE NAS IMAGENS DA OBRA LITERÁRIA MINHA MORTE E OUTRAS VIDAS DE GLADSTONE OSÓRIO MÁRSICO

Gláucia Elisa Zinani Rodrigues
Doutoranda no PPGH-UPF

Esse artigo objetiva-se a analisar a representação do colonizador erechinense em imagens, optando pelas imagens da obra literária, *Minha Morte e Outras Vidas*, do escritor satírico Gladstone Osório Mársico, publicada em 1958, tendo como cenário a cidade de Erechim. Justifica-se por analisar a forma de representação, produzida pelas imagens de representação do colonizador no norte do Rio Grande do Sul. O estudo, em termos teóricos metodológicos, dialoga com a História Cultural e situa-se na fronteira entre a Literatura e a História. Faz uso do conceito de Representação do teórico Roger Chartier (1988). O cruzamento de fontes inclui revisão bibliográfica, documentos sobre a imigração por fontes orais e literárias.

AS LACUNAS DA MEMÓRIA SOVIÉTICA:

UMA COMPREENSÃO CORPÓREO IMAGÉTICA DE
SVETLANA ALEKSIÉVITCH

João Camilo Grazziotin Portal
Mestrando Programa de Pós-Graduação em História/UFRGS
(bolsista CAPES)

A escritora bielorrussa Svetlana Aleksievitch possui uma obra destinada a escrever sobre “o pequeno homem soviético”. Destinada a recolher milhares de testemunhos soviéticos por décadas, a autora propõe uma literatura baseada numa curadoria biográfica de memórias antes compreendidas como reprimidas, de modo à sua obra ser composta pela transcrição desses testemunhos. Linguisticamente, a ganhadora do Nobel de Literatura de 2015 não cessa em utilizar um jogo de imagens em seu texto, de modo a propor uma visualização dos depoimentos. Tal caráter imagético de sua escrita, haja vista seu caráter testemunhal, vai ao encontro de uma linguagem na qual o leitor habita em silêncio, suspenso na dor de uma biografia baseada na violação e, em última instância, no trauma. Desse modo, o reconhecimento torna-se uma parte fundamental de sua literatura, tendo em vista que o ato de testemunhar sempre volta-se para *outrem*. Interpretando a autora segundo Didi-Huberman, podemos concluir que sua literatura se completa apenas na medida em que o corpo testemunhal abre-se em dois, de modo ao reconhecimento por parte do leitor ser a intencionalidade primeira de sua proposta narrativa. Num ritmo textual que gira em torno de presenças ausentes, a linguagem abre espaço para uma visualidade que inscreve a memória num circuito que faz do próprio texto o seu espaço de experiência. Tendo em vista seu pano de fundo memorial, sua linguagem testemunhal traz consigo não uma presença viva, mas sobretudo uma presença morta, trabalhando o jogo entre distâncias entre o vivido, o narrado e, finalmente, o lido. Essa visualidade imaginativa nos faz observar corpos que se tornam consubstanciais à própria performance do texto. A partir de uma retórica da hospitalidade e do acolhimento, tal como conceitualizada por Derrida, a autora propõe um processo imagético de visualização testemunhal. Nesse sentido, o trabalho se propõe a analisar o caráter tanto corpóreo quanto imagético de sua narrativa, tecendo con-

tribuições imaginativas para a escrita da história contemporânea e propondo uma reflexão a respeito da linguagem literária.

A (RE) APRESENTAÇÃO DE INQUISIDORES:

A CONSTRUÇÃO DA MASCULINIDADE
HEGEMÔNICA NAS IMAGENS FÍLMICAS "O POÇO E
O PÊNDULO" (1961 E 1991)

Luciana Mecking Arantes

Mestranda Programa de Pós-Graduação em História/UFPel

O presente trabalho, ainda em andamento, se propõe a investigar apoiado em uma postura reflexiva e analítica, a figura de masculinidade representada pelo inquisidor em *O poço e o pêndulo*, obras baseadas no conto de Edgar Allan Poe, dos anos de 1961 e 1991. O estudo das narrativas fílmicas como "*O poço e o Pêndulo*", com 30 anos entre a primeira exibição e a sua reedição, permitirá a análise de como uma imagem de poder, aqui mais especificamente, um Inquisidor, representando o poder, a religião e a masculinidade hegemônica (CONNELL, 2003). Compreender essas construções de masculinidade nas narrativas fílmicas é pensar que essas criam e/ou reproduzem modelos que circulam socialmente. Filmes considerados de terror são produzidos para uma determinada comunidade de consumo a qual influencia e é influenciada por esses produtos. Isto posto, a compreensão desses modelos de masculinidade é importante para depreender as relações de gênero e poder erigidas pelas mídias de massa. Para tanto, ao nos basearmos no método da análise comparada das duas narrativas fílmicas, buscaremos

uma análise fílmica baseada nos elementos extras e intra fílmicos (QUINSANI, 2014). A decomposição dos elementos extrafílmicos se baseia na análise da recepção da mídia e do público, debates produzidos e em diferentes esferas sociais, subsídios econômicos e distribuição, que envolvem o roteiro, o enredo, os diretores, a bilheteria e outras produções fílmicas do mesmo gênero durante o período comparando os modelos de masculinidades hegemônicas durante o período das produções. Já para análise intrafílmica, analisar-se-á: Descrição da cena; Diálogos; Planos e Ângulos; Movimentos; Som; Fotografia/ Cor; Personagens; Condensação/alteiração/invenção/metáfora; Estrutura da Narrativa; Espaço; Tempo.

O COLONIALISMO ATRAVÉS DE SUAS FOTOGRAFIAS

Marcus Vinicius de Oliveira
Universidade Federal Fluminense

A fotografia foi apropriada de formas e modos distintos em cada cenário colonial, conseqüentemente, promoveu também experiências fotográficas diferentes, as quais só podem ser problematizadas com uma investigação aprofundada e consolidada para levantar questões e reflexões para além da simples interpretação de “quem fotografou?” e “o que foi fotografado?”. O circuito social das imagens fotográficas era heterogêneo e não retilíneo, a ponto das fotografias serem usadas em diferentes espaços de construção do colonialismo. Essa característica desloca as problemáticas em torno da visualidade para outros âmbitos que não apenas o seu uso governamental, mas também seus usos artístico, privado e comunicativo

(o político se apresenta nessas esferas de outras formas), colocando o desafio de pensar a fotografia em sua dupla dimensão: visual e material. A vida social da imagem fotográfica, compreendida como um problema histórico, permite explorar tanto as formas usada na comunicação visual e suas capacidades de formatarem, construir e reconfigurarem culturas visuais em contexto colonial, quanto colocar em evidência o questionamento da noção generalizada que vê a fotografia apenas como uma ilustração do passado, sem levar em consideração os seus usos, funções e capacidade de expansão e instauração dos costumes sociais. Esse corolário coloca a dimensão visual da experiência colonial de modo diferenciado nos estudos historiográficos, principalmente, porque compreender as dimensões sensoriais como historicamente construídas e situadas, não sendo generalizadas, tampouco dissociadas das relações sociais e históricas da sociedade. No caso proposto, a visão é analisada como um importante sentido usado no processo de expansão colonial contemporâneo, promovida através da interação dos objetos visuais criados em cenários coloniais e consumidos nos diferentes espaços do império colonial. Além disso, convoca a questão para pensar a fotografia ao longo do seu circuito social, ou seja, a produção, consumo e arquivamento do material fotográfico. Nesse sentido, consumir imagens fotográficas do império colonial é visto dentro de uma cadeia de produção fotográfica para diversos usos e fins, que, em certa medida, imprimiam novos sentidos, significados, valores e camadas no circuito social desses artefatos visuais. A diversidade de produção fotográfica em contexto colonial e a fragmentação da documentação coloca um desafio para a historiografia interessada em pensar as formas usadas para mobilizar a visão dentro dos quadros de expansão do colonialismo. Explorar a fotografia em sua dimensão visual e material, inscrevendo-a como um problema histórico do colonialismo é parte deste programa de estudos que convoca a

historiografia a discutir como os sentidos humanos foram mobilizados para expandir o colonialismo contemporâneo.

O USO DAS IMAGENS NO COTIDIANO DAS PESSOAS: A FOTOGRAFIA MORTUÁRIA

Natália Fioravanso Vieira Brizola

Mestranda Programa de Pós-Graduação em História/UPF

A imagem precede a palavra (BERGER, 1999), não só nas garatujas das crianças como na arte rupestre dos homens pré-históricos. A humanidade, em toda a sua existência, utiliza imagens como forma de comunicação e expressão de sua cultura. O que se observa, no entanto, no decorrer dos anos, é que esse uso vai adquirindo novos objetivos e sentidos na vida das pessoas. Desde a função mística, a expressão sagrada, a representação do poder, até a eternização de uma lembrança, as imagens fazem parte da memória individual ou coletiva de um grupo social, sendo constituídas de vários elementos e vários conceitos: forma, material, conteúdo, sentido, linguagem, racionalidade e muitos outros. Com o surgimento da fotografia, o uso da imagem como registro do cotidiano se intensificou, tendo o fotógrafo assumido o papel do pintor nesse processo. Em uma fotografia, ou numa imagem produzida, estão intrínsecos os vários elementos formais, mas também o olhar do registrador, de acordo com sua subjetividade. Conforme Tedesco (2011), o ser humano tem a necessidade de registrar. A fotografia representa o desejo da eternizar objetos, cenas, situações ou pessoas e tal fato justifica a prática da fotografia mortuária observada no

Brasil em meados do século XIX, cujo resultado de pesquisa realizada entre 1997 e 1999 foi apresentado no artigo “Você fotografa os seus mortos?” (KOURY, 2001). Assim como uma representação mística, de uma cena ou contexto e expressão da beleza ou superioridade, as imagens também podem evocar a morte, expressando um comportamento cultural coletivo de determinada época.

AFRO RELIGIOSOS E FACEBOOK:

REDES, DINÂMICAS, JUSTAPOSIÇÕES E
HIBRIDISMOS

Sílvia G. Mateus

Mestre em História/UFPEL

Este trabalho tem por objetivo fazer algumas ponderações sobre as redes sociais, a história e a memória afro religiosa. As religiões de matriz africana são caracterizadas como tradicionais uma vez que são iniciáticas e a transmissão dos ensinamentos se dá, prioritariamente, via oralidade. Todavia, tratam-se de culturas dinâmicas em consonância com a atualidade, pois todas as tecnologias disponíveis na sociedade envolvente podem estar presentes nos terreiros de alguma forma. São analisados dados referentes às culturas religiosas de matriz africana dos terreiros localizados em Porto Alegre. Transitando entre História do Tempo Presente e a História Visual, procura-se compreender como se dá a utilização do Facebook pelos afros religiosos. Para isso é analisada como se dá às relações entre novas tecnologias e os religiosos ao longo dos anos, dando especial atenção à fotografia. Verifica-se que há uma proximidade entre os capitais sociais das redes e das religiões de

matriz africana, pois ambos carregam em seu interior processos de hibridismos e justaposições. Por fim, é feito um estudo de caso em que é analisado um vídeo (composto por várias fotografias antigas) postado em uma página do Facebook voltada para a divulgação da cultura das religiões afro-gaúchas. Uma vez que páginas das redes sociais podem funcionar como um híbrido entre álbum fotográfico e diário, procura-se apontar que o caráter efêmero das imagens e textos constantes nas redes contêm uma série de indícios das memórias e da história das religiões de matriz africana.

ST 2 - TRAJETÓRIAS INTELLECTUAIS E HISTÓRIA POLÍTICA NO BRASIL (FINAL DO SÉCULO XIX E INÍCIO DO SÉCULO XX)

A segunda metade do século XIX e início do século XX foi um período importante no campo político e intelectual no Brasil, com o engajamento de brasileiros nas questões políticas e sociais nas diversas regiões do país, mais especificamente desde a chamada geração de 1870, devido à fragmentação da elite política imperial, entre outros aspectos. Vemos o envolvimento desses intelectuais em movimentos contestatórios ao regime monárquico e sistemas sociais instituídos, como o movimento abolicionista e republicano, combinando crítica e diálogo com o status quo. Conforme Ângela Alonso, o contexto reunia crises políticas e modernização econômica, o que configurou um ambiente favorável à expressão de grupos não excluídos do contexto de debate público, pois tinham recursos para se manifestarem, mas à margem das instituições políticas do Império. Percebemos assim, o campo intelectual e político conectados nessa conjuntura de movimentações sociais, com tensões que se refletiam nas instâncias políticas, através de debates parlamentares e jurídicos, ou populares, que se davam na imprensa, ruas, tabernas etc. A atuação desses homens de Estado e de letras era ampla, e estes eram provinham de diferentes classes sociais, constituindo assim um grupo heterogêneo. O simpósio intenciona reunir pesquisadores e seus trabalhos dentro dos campos da História Política e Intelectual, na segunda metade do século XIX e início do século XX, em suas múltiplas possibilidades de pesquisa: trajetórias políticas e intelectuais, partidos políticos, Estado, nação, região etc., abarcando fontes, métodos e abordagens diversas. Pensar a história do Brasil sob tais perspectivas é tarefa fundamental para compreen-

são das questões políticas e sociais da atualidade, além de reforçar o papel da história na projeção de horizontes futuros.

Coordenadoras: Jaqueline Schmitt da Silva (UPF)
Camila de Sousa Freire (UERJ)

AS DOENÇAS MATAM MAIS DO QUE A METRALHA

Alexandre Borella Monteiro

Doutorando Programa de Pós-Graduação em História/UPF

Neste artigo, discorreremos sobre a Guerra do Paraguai. Mais especificamente sobre as enfermidades que assolaram as forças expedicionárias em ação no Paraguai. Doenças essas que mataram mais do que as balas inimigas. Talvez elas fossem inimigos mais temíveis que os paraguaios. Doenças como o beribéri, o cólera-morbo, o tifo e o escorbuto que devastaram os exércitos, tanto aliados, como o paraguaio conforme veremos nas leituras abordados na literatura, como o autor José Maria Orlando, como nas narrativas dos memorialistas, como Taunay e George Thompson. Combinado com as más condições sanitárias dos acampamentos, a má conservação dos alimentos, a contaminação das águas e mesmo a alimentação deficiente em vitaminas e nutrientes faziam muitas vezes com que grandes números de combatentes acabassem falecendo antes mesmo de chegarem ao campo de batalha. Doenças estas que, ao contrário das batalhas, matavam sem observar táticas ou gradação das patentes. Se em um combate, manda-se os soldados rasos para a frente de batalha, as moléstias atingem indistintamente o general, o soldado, o coronel. Pelotões de um momento para o outro viram seus comandantes falecerem derrotados por um inimigo que

não podiam ver e se viram acéfalos de repente. Militares que foram mortos por um inimigo que mata de dentro para fora. Um inimigo que se aloja dentro do corpo de suas vítimas. E quais foram as doenças que assolaram os soldados? Enumeramos, dentre as principais, a varíola, a febre amarela, o beribéri, o escorbuto e principalmente... a cólera. Qual foi o resultado do alastramento dessas enfermidades entre os militares no Paraguai? Quão grande era a letalidade dessas doenças entre as Forças Armadas? São questões que iremos debater neste artigo. A metodologia aplicada será o estudo de obras de memorialistas e o cruzamento das informações passadas por estes autores com a bibliografia de estudiosos sobre o tema. E a questão que iremos responder é: o que é o inimigo?

CASTILHISMO E PODER JUDICIÁRIO:

AS RELAÇÕES E TROCA DE FAVORES ENTRE O PODER JUDICIÁRIO DO RIO GRANDE DO SUL E OS GOVERNOS DO PARTIDO REPUBLICANO RIO-GRANDENSE (1891-1928)

Andrei Tonini

Mestrando Programa de Pós-Graduação em História/UPF
(bolsista CAPES)

Nesse ensaio se buscará abordar a dinâmica de poder que envolveu o Poder Judiciário do Rio Grande do Sul entre os anos 1891 e 1928. Dessa forma, será trabalhada a era em que o Partido Republicano Rio-Grandense esteve à frente da presidência do Estado, através de Borges de Medeiros e de Júlio de Castilhos. O objetivo principal é estudar como se deu a interferência do Go-

verno Estadual dentro do Poder Judiciário, através de pressão para promulgação de sentenças que defendessem os interesses do Partido Republicano. Para tanto, será utilizada a revisão historiográfica acerca do tema, realizando um diálogo entre os principais historiadores do tema e de suas fontes. No Brasil, muito embora a Constituição de 1891 assegurasse, expressamente, garantias apenas para os juízes federais, a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal estendeu-as aos juízes estaduais. Todavia, muitas vezes os chefes locais, e Presidentes dos Estados, tentaram intimidar magistrados e interferir, de várias maneiras, no Poder Judiciário. Usavam-se de meios como as prerrogativas para substituição de juízes e nomeação de juízes substitutos para intimidar demais julgadores (TINOCO, 2012, p. 182). No Rio Grande do Sul, Borges de Medeiros, buscava interferir em situações municipais, tentando fazer com que essas atendessem seus interesses. Não era incomum que Borges enfrentasse situações de conflito político nos municípios, a fim de colocar no poder chefes locais de sua confiança e que teriam lealdade à sua rede de compromissos, uma vez que divisões locais poderiam se transformar em movimentos para a derrubada do governo. Essas interferências ocorriam, por muitas vezes, por meio do Poder Judiciário (AXT, 2012, p. 41-43). O envolvimento entre Poder Judiciário e Poder Local é caracterizado como um mecanismo das relações de reciprocidade existentes entre chefes locais e governo central. Usado como forma de pagamento e cobrança para as trocas de favores existentes à época, o Poder Judiciário no Rio Grande do Sul praticamente não possuía autonomia, ficando *a mercê* dos interesses do Partido Republicano Rio-Grandense.

GRAÇA ARANHA:

DA ESCOLA DE DIREITO, PARA A ACADEMIA
BRASILEIRA DE LETRAS AO MODERNISMO

Débora Priscila Graeff

Doutoranda Programa de Pós-Graduação em História/UNISINOS

José Pereira da Graça Aranha (1868-1931), foi um escritor e diplomata brasileiro, natural de São Luís do Maranhão. Descendente de uma família de políticos e letrados, foi enviado à Faculdade de Direito do Recife, na qual formou-se em 1886. Após exercer alguns anos da magistratura no interior do Maranhão e do Espírito Santo, Graça Aranha foi transferido para o Rio de Janeiro, onde passou a circular nos grupos letrados, principalmente da Revista Brasileira, na qual publica alguns contos. Inserido nesse círculo e reconhecido como escritor, Aranha é convidado a integrar a Academia Brasileira de Letras como membro fundador, com a promessa de logo publicar um livro. É dessa proximidade que vem o convite de Joaquim Nabuco a Aranha, para integrar sua equipe em uma missão diplomática na Europa, residindo no continente entre 1899 e 1921, com passagens esporádicas pelo Brasil. Ao regressar, integrou o grupo de escritores modernistas das cidades de Rio de Janeiro e São Paulo, auxiliando na organização da Semana de Arte Moderna e realizando a conferência de abertura do evento. Mesmo com o movimento modernista de 1922 renegando as influências e os ideais da Escola de Recife e da Academia Brasileira de Letras, Aranha insere-se nesse meio e por um período é considerado o líder do movimento. Para compreender a trajetória do autor, pretendemos estudar como Graça Aranha inseriu-se nesses espaços, com o caminho para a Faculdade de Direito aberto pela família e a partir da formação, como se movimentou nos meios políticos e letrados e

se adaptou a diferentes conjunturas, aproveitando os espaços disponíveis, como afirma Ângela Alonso (2015).

O INTERNAMENTO NA PERSPECTIVA DO INTERNO:

O ASILO DE SAINT PAUL NAS CARTAS DE VINCENT VAN GOGH (1889 -1890)

Geane Caroline Wiltemburg

Universidade Estadual de Ponta Grossa

O pintor Vincent Van Gogh escreveu, durante sua vida, mais de mais de oitocentas cartas a destinatários como Émile Bernard (1868 – 1941), Paul Gauguin (1848 – 1903), Paul Signac (1863 – 1935), seus médicos Paul Gachet (1828 – 1909) e Théophile Peyron (1827 – 1895) seus familiares e outros. Seus principais correspondentes são seus irmãos Theodorus (1857 – 1891), tratado por ele como Théo e Willemien (1862 - 1941), mencionada como Will. Theo foi seu maior correspondente e incentivador. Suas cartas podem nos proporcionar importantes informações sobre alguns aspectos de suas visões sobre a sua vida, sobre sua doença, sobre arte e a prática da mesma. E devido a essa característica, as utilizaremos para analisar como ele retratou a sua percepção sobre seu transtorno mental e sua experiência de internamento entre janeiro 1889 e maio de 1890. O recorte corresponde ao período em que Van Gogh, após a crise em que automutilou sua orelha, esteve internado no Asilo Saint Paul de Masoule, em Saint Rémy de Provence e abrange um total de setenta e três cartas, enviadas a seus familiares. O internamento ocorreu após uma petição popular e durou cerca de

um ano. Observando as cartas como uma narrativa construída, em grande parte, dentro de uma instituição, buscamos analisar a perspectiva do interno diante desta e também de sua condição. Isto é, como se manifestam suas concepções sobre sua doença, diagnóstico e tratamento, assim como sua visão sobre o funcionamento dos locais de internamento e sua relação com a equipe médica e outros pacientes. Seus quadros também retratam o cotidiano nesse período, apresentando áreas do asilo, imediações, trabalhadores, outros internos, enfim, sua percepção sobre sua existência no local. Algumas dessas obras são citadas em suas cartas e utilizadas para abordar o assunto, como fontes complementares.

AS REPRESENTAÇÕES DA OBRA “HACE 100 AÑOS:

CRÓNICAS DE LA GUERRA DE 1864 - 1870” DE EFRAÍM CARDOZO SOBRE A GUERRA DA TRÍPLICE ALIANÇA

Jeremyas Machado Silva

Doutorando Programa de Pós-Graduação em História/UPF

O tema deste trabalho consiste no estudo das crônicas de Efraím Cardozo sobre a Guerra da Tríplice Aliança. Estas foram escritas no recorte temporal de 1965 e 1970. O objetivo do trabalho foi compreender o autor liberal como um expoente revisionista sobre a referida guerra, influenciando a nova historiografia e inteirando as críticas ao totalitarismo de sua época. Cardozo ainda é um autor pouco explorado no Brasil e as suas principais obras sobre o tema: *El Imperio del Brasil y el Rio de la Plata: antecedentes y estalido de la Guerra del Paraguay* e *Hace 100 años: Crónicas de*

la Guerra de 1864 – 1870 ainda não possuem edições publicadas em língua portuguesa. Justifica-se a atual pesquisa na importância da obra de Efraím Cardozo, pois o autor significa um divisor de águas na historiografia, especialmente, no Paraguai. Isto porque, Cardozo contradisse o stroessinismo, por este encontrar-se amarrado ideologicamente à figura de López e propôs novas reflexões sobre o tema. A presente pesquisa classifica-se como teórico-empírica, porquanto, examinaram-se fontes bibliográficas e documentais. A documentação indireta foi a mais utilizada, neste caso, a segunda edição da obra *Hace 100 años: crónicas de la guerra de 1864 – 1870* do historiador paraguaio Efraím Cardozo. A obra foi publicada pela editora *El Lector* de Assunção em 2010, sendo organizada em quatro volumes e contendo treze tomos. Porém, a primeira edição reuniu treze tomos publicados entre os anos de 1967 e 1982 pelo editorial *Emasa*. Naquele momento, a publicação foi inserida no contexto das solenidades do centenário da Guerra da Tríplice Aliança que no Paraguai celebraram o centenário da epopeia nacional (CARDOZO, 2010). “No mesmo período, Cardozo publicou as suas crônicas sobre a guerra disparando críticas a Solano López, porém, enaltecendo o empenho sobre-humano do exército e do povo paraguaio.” (SILVA, 2020, p. 12). A narrativa de Efraím Cardoso desempenhou um importante papel em vista das ditaduras civil-militares sul-americanas do século XX. O autor questionou as práticas diplomáticas entre os envolvidos na referida guerra e o papel dos militares, sobretudo, os chefes de Estado. Do mesmo modo, assim como o revisionismo, questionou o discurso que apresentou o Paraguai como o grande responsável pela guerra.

RELAÇÕES ENTRE CONSUMO E ATIVIDADES SOCIOECONÔMICAS NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX:

A FRONTEIRA OESTE COMO ESPAÇO DINÂMICO
(ALEGRETE, 1846-1891)

Tais Giacomini Tomazi

Doutoranda Programa De Pós-Graduação em História/UFSM

Em busca de compreender como se deu o consumo de bens móveis na sociedade fronteiriça do Rio Grande do Sul na segunda metade do século XIX, traz-se aqui uma reflexão a respeito da constituição dos patrimônios de indivíduos que residiram em Alegrete entre 1846 e 1891, apontando suas posses de bens móveis, de raiz e semoventes, comparando estes tipos de investimentos patrimoniais ao longo da vida dos inventariados entre si e para com os grupos socioeconômicos. O objetivo é apresentar como estes sujeitos pesquisados apresentavam-se diante de possíveis categorias socioeconômicas estabelecidas de acordo com os bens indicados em inventários post mortem, que são as fontes principais desta análise, bem como alguns vislumbres de como consumiam, o que pode colaborar no entendimento que temos sobre as transformações do consumo na segunda metade do Oitocentos e diante do processo de modernização e do consumir como atividade cotidiana (em suas especificidades e extensões). A metodologia se dá pela História Serial, na análise das fontes indicadas anteriormente dentro do período de pesquisa, de acordo com um banco de dados elaborado para tal proposta e de acordo com os referenciais teóricos e historiográficos pertinentes. Por fim, os resultados demonstram que há uma grande estratificação socioeconômica na região analisada, majoritariamente rural e atrelada à reprodução de posses dentro do escopo da

pecuária, mas com presença de comércio e indivíduos que circulam entre o rural e o urbano apontando uma diversidade de relações entre grupos sociais e também no que tange o consumo. Quando a isto, pode-se indicar que consumir é uma atividade bastante restrita, porém não inexistente, retrata que há um contato intenso entre as regiões fronteiriças com produtos diversificados tanto para alimentação quanto para vestuário e mobiliário, na qual grupos mais empobrecidos e mais favorecidos se apresentam de maneiras diferentes, porém alguns elementos são bastante fluidos, como no caso das estruturas residenciais e de mobiliário, salvo exceções. Sendo assim, como a pesquisa será continuada, até onde se pode afirmar os aspectos que compõe o consumo na fronteira oeste ainda podem contribuir em muito para dinamizar a compreensão sobre a região no século XIX, para não estigmatizá-la, percebê-la em suas diversas nuances.

EDUCAÇÃO AOS MOLDES DO BRASIL COLÔNIA:

PROCESSO CONSTITUTIVO DAS ESCOLAS CÍVICO MILITARES

Tatiana Teixeira dos Santos

Doutoranda Programa de Pós-Graduação em História/UPF
(bolsista FUPF)

○ resumo a seguir trará, uma compreensão das questões políticas e sociais da em relação ao futuro da Educação no Brasil, além de reforçar o papel da história na projeção de horizontes futuros, em especial a trajetória histórica as escolas militares e escolas cívicos militares. Tal assunto, está sendo apresentado como grande

projeto envolvendo educação, assistencialismo e sentimento de pertencimento, a somatória disso, seria o fortalecimento da soberania do País. Para que haja compreensão do ambiente em que se desenvolverá a pesquisa, apresentarei um pequeno apanhado histórico dos Colégios Militares no Brasil, seguido por uma breve caracterização do ambiente.

A MUDANÇA HISTORIOGRAFIA NA HISTÓRIA DAS MISSÕES JESUÍTICAS

Tiara Cristiana Pimentel dos Santos

Mestranda Programa de Pós Graduação em História/UPF

(Bolsista Capes Prosuc II)

O presente trabalho tem com propósito a análise historiográfica, da história das missões jesuíticas, apresentadas entre os séculos XIX e XX, referentes a escrita de alguns historiadores que contemplam em seus trabalhos este tema, identificando nesta análise as mudanças e influências que a história sofreu no decorrer dos séculos. Utilizando-se do método histórico e a metodologia qualitativa, para a análise da história historiográfica, proporcionando assim uma percepção de como as linhas de pensamento histórico interferiram nas circunstâncias de como a história das missões jesuíticas foram escritas. As reduções dos sete povos missionários da banda oriental do rio Uruguai, sempre foram pauta, para diversos autores tanto brasileiros quanto estrangeiros que ao longo dos séculos escreveram sobre a história do Rio Grande do Sul. Assim o objetivo é retratar como os autores; Assis Brasil, Moacyr Flores, Auguste de Saint-Hillaire, Rodrigo Turin e Moysés Vellinho,

trabalham suas escritas e de que modo, foram influenciadas pelo pensamento dos autores, tanto as diversidades culturais, étnicas, política, religiosas, e principalmente pela linha historiográfica em que o historiador da obra analisada estava inserido. Estas narrativas instigaram, o modo como as missões e sua identidade missioneira foram compreendidas e narradas, por quem as tivesse acesso, tanto em âmbito regional, nacional e internacional aos documentos que permitissem certa interpretação.

ST 3 - HISTÓRIA POLÍTICA BRASILEIRA: DA DEMOCRATIZAÇÃO DE 1946 À REDEMOCRATIZAÇÃO DE 1988

As pesquisas em História Política do Brasil republicano vêm crescendo e se diversificando à medida que novas fontes de pesquisa se tornam disponíveis e reflexões teóricas possibilitam ampliar horizontes. Sobretudo quando se trata da segunda metade do século XX, ou melhor, do período que se iniciou com a experiência democrática em 1946 e teve sucessivas crises políticas até o golpe de Estado de 1964, que instaurou uma ditadura cuja transição política final trouxe à luz a Constituição “cidadã” de 1988 e a República sobre ela edificada. Em diversos sentidos os conflitos e demais processos políticos brasileiros, institucionais ou não, atravessam este período sendo formulados de formas distintas, mas sempre relacionados. Também as fontes e recursos a que historiadores e historiadoras têm acesso na pesquisa do período são semelhantes, sobretudo quando se trata de jornais impressos e outras publicações. O objetivo deste Simpósio Temático é possibilitar um espaço de diálogo entre pesquisadores e pesquisadoras de temáticas relacionadas à História Política do Brasil entre a transição de 1945-6 e a do final da década de 1980. Diversos temas podem atravessar todo o período, como os estudos das instituições e agentes do Estado, dos processos eleitorais, partidos e organizações políticas, os papéis da imprensa na política, o nacionalismo, o anticomunismo, dentre muitos outros. Também interessa colocar em diálogo diferentes abordagens das mesmas temáticas, bem como ampliar o debate na direção de compreender todo conflito e processo decisório que afeta alguma coletividade e, por isso, pode ser pensado em perspectiva política. Neste sentido, esperamos propiciar simultaneamente um debate historiográfico profundo entre pesquisadores e pesquisado-

res da História Política brasileira e um espaço de partilha de experiências de pesquisa.

Coordenadores:

Marcelo Marcon (UPF)

Cleverton Luis Freitas de Oliveira (UFRGS)

“LEMBRAR E NUNCA ESQUECER”:

O CASO DARCY RODRIGUES PERANTE A
COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE

Bruno Almeida Silva

Mestrando Programa de Pós-Graduação em História/UPF
(bolsista FUPF)

A Comissão Nacional da Verdade (CNV) consolidada em janeiro de 2010 pelo ato presidencial dá até então presidenta Dilma Rousseff, dando autorização para organização do grupo de trabalho que iria preparar o anteprojeto de lei que buscava consolidar o futuro trabalho da comissão. Aprovada pelo Congresso, com a identificação da Lei número 12.528 foi aprovada pela presidenta em novembro de 2011 e assim, inicia os trabalhos de alguns da comissão, buscando realizar um trabalho que tivesse a possibilidade de trazer algumas respostas para perguntas que se perduraram anos na História do Brasil. Em busca de compreender o discurso elaborado pelos militares torturados, perseguidos e expurgados do Exército brasileiro durante a ditadura civil-militar (1964-1985). Percebendo que havia uma lacuna no que se referia à dissidência no

âmbito militar, sendo que as pesquisas em sua grande parte abordam os conflitos de militares contra estudantes, sindicatos, movimentos rurais e artista, se tornou de grande importância ressaltar as movimentações e conflitos no interior das Forças Armadas. A ação de militares dissidentes, que questionaram o golpe, em 1964, e se insurgiram contra a repressão que se instalou logo em seguida e perdurou 21 anos, será o pano de fundo para esse trabalho que tem como fonte o depoimento do capitão Darcy Rodrigues e como podemos analisar seu discurso ao longo desse período, importante notar que ao longo de alguns anos não obtivemos pesquisas que colocasse as entrevistas colhida pela Comissão Nacional da Verdade como fonte de pesquisa, assim, torna-se muito importante destacar nas pesquisas a importância do trabalho da comissão, como revelar quem a história não conseguiu lembrar.

MEMÓRIA, FAMÍLIA E REPARAÇÃO:

AS DISPUTAS EM TORNO DO DECRETO ESTADUAL
(PE) N° 25.069/03

Cecil Vinicius Olivar Oliveira Guerra

Mestrando Programa de Pós-Graduação em História/UFRGS

O objetivo desse trabalho é discutir as disputas familiares em torno do decreto n° 25.069/03, do Estado de Pernambuco. Esse decreto autorizou o pagamento de indenização por danos morais a vítimas da ditadura que sofreram torturas perpetradas por agentes do Estado, durante o regime militar. Pretende-se, especificamente, analisar como as famílias se apropriaram dessa lei e

estruturam conflitos intrafamiliares a partir desta. Para isso, analisou-se o caso da família do militante Rubens Lemos (jornalista nascido no Rio Grande do Norte e ex-integrante do PCBR). Rubens Lemos constituiu matrimônio com duas mulheres, tendo três filhos em cada um dos matrimônios e mais outro fora das relações matrimoniais. Do ponto de vista teórico, os conceitos de memória (POLLAK, 1989), justiça transicional (ALVAREZ, 2018; TELTEL, 2011) e reparação (ARTHUR, 2011) basearam a investigação. No que se referem à metodologia, as considerações de Alessandro Portelli (2010) sobre História Oral e as reflexões de Fabio Almeida (2011) sobre documentos digitais foram fundamentais. O escopo documental da investigação é constituído pelo decreto estadual nº 25.069/03, pela lei estadual nº 11.773/00, por entrevistas com familiares e pelas redes sociais dos familiares. O trabalho aponta para duas conclusões parciais: a) a justiça transicional, no Brasil, não levou em conta as disputas familiares em torno da reparação; b) os familiares atribuem significados distintos a memória do militante da família e tais significados orientam as disputas pela reparação que os entes almejam.

A CAMPANHA OURO PARA O BEM DO BRASIL:

A BUSCA POR UMA LEGITIMIDADE DEMOCRÁTICA DURANTE A GÊNESE DA DITADURA CIVIL-MILITAR DE 1964

Éderson Ricardo Schmitt

Mestrando Programa de Pós-Graduação em História/UFSC

No dia treze de maio de 1964 iniciava na capital paulista a campanha *Ouro para o bem do Brasil*. Lançada pelo grupo de mídia Diários Associados e com o apoio de militares, entidades femininas conservadoras e grupos classistas, a campanha tinha como objetivo *salvar as finanças do país*. Para esse fim conclamava a população a entregar seus bens, como objetos de ouro, dinheiro, cheques ou quaisquer outras peças de valor. Os donativos eram depositados em cofres, sempre guardados por uma força militar. Apesar do início em São Paulo, nas semanas e meses seguintes a *Ouro para o bem do Brasil* interiorizou-se. Centenas de cidades em todo o país também ingressaram no esforço de recuperação financeira. Nos locais de doações as longas filas com doadores que aguardavam seu momento para depositarem seus donativos nos cofres eram vistas como um espetáculo cívico e de apoio ao governo de Castelo Branco. Assim sendo, a campanha, além de seu caráter econômico, pautou-se por uma busca legitimadora ao novo governo. A própria escolha da data de seu início liga-se a esse objetivo, evidenciado por Edmundo Monteiro, editor chefe do jornal Diário da Noite e principal líder civil da *Ouro para o bem do Brasil*. Esse simbolismo se torna ainda mais evidente ao perceber a criação dos *Legionários da Democracia*, nome dado a todos os doadores que depositassem seus bens à campanha. Junto com a entrega dos recursos o *legionário* deveria cumprir quinze deveres para o bem da *revolução*. Entre eles estavam: *Lutar pela consolidação da Revolução Democrática; Combater intransigentemente o comunismo ou qualquer regime totalitário e Preservar a moral e a honra da família, da Pátria e as tradições religiosas do Brasil*. Evidenciando assim o apoio popular à *revolução*. Mas essa legitimidade não era apenas algo abstrato. Ela possuía um sentido *democrático*. As doações do povo nos cofres eram relacionadas como sendo os votos democráticos nas urnas. Segundo o Diário da Noite a campanha *foi a realização do grande plebiscito em que o*

povo, ao invés de trazer o seu sufrágio representado em papel, trouxe em ouro, em dinheiro. A campanha pautou-se por buscar uma legitimidade ao governo Castelo Branco, ligando-se para isso a um ideal *democrático limitado*, onde as doações representavam o voto nas urnas.

REDEMOCRATIZAÇÃO, MOVIMENTO LGBTQ+ E CONSTITUIÇÃO CIDADÃ - O CAMINHO FEITO ATÉ O PROGRAMA BRASIL SEM HOMOFOBIA

Edhilson Dantas Alves

Mestrando Programa de Pós-Graduação em História/PUC-SP

○ Movimento LGBTQ+ brasileiro teve seu início em maio de 1978, período em que a ditadura civil-militar caminhava para um eventual momento de abertura democrática. Possui três ondas que iremos trabalhar com objetivo de dar voz tanto ao movimento gay quanto ao movimento lésbico e feminista que somaram nessa luta social, inflando o primeiro até que houve divisões internas. Durante os vinte e um anos de existência, a ditadura hétero-militar², possuiu momentos distintos, inclusive em sua relação com a sociabilidade LGBTQ+. Em linhas gerais, nos anos de 1964 a 1967, na primeira fase, houve intensa perseguição ao sindicalismo organizado, às esquerdas, movimentos populares e intelectuais - mesmo momento que se dava o início a uma nova fase do entretenimento e diversão dirigindo ao público homossexual (GREEN e QUINALHA, 2019, p.19). Já na segunda fase, na década de 1980, houve muita fragmentação e, com o surto da aids, novos desafios. Por outro lado, também se nota que, diferente do que houve nos Estados

Unidos, a resposta do movimento à epidemia existiu e foi essencial para que, na década seguinte, houvesse uma resposta estatal. Na terceira onda, iniciada na década de 1990, já contamos tanto com um sistema único de saúde, garantido na Constituição de 1988 - ou Constituição Cidadã - quanto investimento políticos para conter o vírus. Esses três pilares se envolvem e constroem a maior política pública voltada para a população LGBTQ+ que o Brasil já teve em sua história, criada em 2004. Com diversos tópicos que envolvem direitos e cidadania, foi resultado de lutas que atravessaram décadas, possuindo a Constituição como sua matriz. Entretanto, e infelizmente, ainda pouco conhecido dentro e fora do meio acadêmico.

A CONFERÊNCIA DOS RELIGIOSOS DO BRASIL:

TRADIÇÃO E PROFECIA NA PRODUÇÃO DE UMA
OIKONOMIA SOCIAL-CATÓLICA (1954-1978)

Edson Claiton Guedes

Doutorando Programa de Pós-Graduação em História/UFSC

O texto é produto de pesquisa em andamento e tem a intenção de investigar o papel da Conferência dos Religiosos do Brasil (CRB), a partir de suas estratégias de ação num contexto de mudanças políticas, sociais e econômicas que ocorreram no cenário nacional e internacional a partir de 1945. Em que medida a CRB se posicionou, qual foi sua colaboração e que ações foram tomadas na esteira do “catolicismo progressista”, movimento que caracterizou a Igreja Católica a partir do pós- segunda guerra mundial. Queremos trazer à discussão as ações dos religiosos e religiosas, patrocinados

pela CRB, que assumiram posições teóricas e geográficas para além dos limites da organização paroquial ou de suas obras tradicionais. O objetivo é pesquisar de que maneira a Conferência dos Religiosos do Brasil (CRB) inseriu-se na proposta de renovação do catolicismo social do pós-guerra, produzido por uma militância engajada em âmbito político, social e econômico no país entre os anos de 1954 a 1978. Desde já é importante salientar que a pesquisa está dando os primeiros passos e, portanto, ainda não dispomos de resultados. Em linhas gerais, podemos adiantar que discutimos as ações de religiosos e religiosas, patrocinados pela Conferência (CRB), e que assumiram posições teóricas e geográficas para além dos limites da organização paroquial ou de suas obras tradicionais (escolas, asilos). Para tanto, o percurso metodológico dá-se por meio da análise historiográfica das instituições envolvidas e das fontes documentais disponíveis (Atas, revistas da conferência, estatutos, registros, etc) que nos permitem, a partir dos sujeitos históricos investigados, problematizar nosso objeto de pesquisa. É importante frisar que importa-nos certa orientação metodológica que comporte os nuances históricos que nosso objeto nos prepara. Por isso a proposta de uma abordagem teórico-metodológica que perpassa as contribuições de pensadores que não só teorizaram sobre as relações de poder, como também cunharam conceitos operatórios que são importantes instrumentos de análise para compreendermos nosso objeto de estudo, tais como: Pierre Bourdieu (1930-2002) com a teoria dos “campos sociais”, Michel Foucault (1926-1984) com seu conceito de “poder pastoral” e Jacques Maritain (1882-1973) com seu “humanismo integral”. Isto posto, nos propomos a pesquisar as ações da Igreja, influenciada por um conjunto de situações ocorridas na sociedade brasileira e que se intensificaram no pós-1945. As disputas pela condução do país num ambiente de instabilidade política, econômica e social, foram importantes ingredientes na

feitura de um catolicismo engajado socialmente. Tendo em conta a dinamicidade no cenário brasileiro do pós-guerra e a reorganização da Igreja Católica, pretendemos delinear uma articulação entre um catolicismo engajado socialmente, politicamente ativo para além das preocupações doutrinárias e sacramentais e as ações da CRB, que possibilitaram a inserção dos religiosos no ambiente político, social do Brasil pós segunda guerra.

“DEUS, PÁTRIA E FAMÍLIA”: A TRAJETÓRIA DA AÇÃO DEMOCRÁTICA FEMININA GAÚCHA (1964-1968)

Eduardo Chaves

Doutorando Programa de Pós-Graduação em História/UFSC

A proposta da comunicação é apresentar alguns dos resultados preliminares da pesquisa de doutoramento em História sobre a formação e a atuação da Ação Democrática Feminina Gaúcha (ADFG) nos primeiros anos da ditadura civil-militar. Criada em março de 1964, na cidade de Porto Alegre, a trajetória da organização feminina pesquisada foi marcada primeiramente pela forte militância anticomunista e pela sua intensa participação na desestabilização do governo de João Goulart (1961-1964). Pode-se dizer que a constituição da ADFG ocorreu a partir do surgimento de outras inúmeras organizações femininas, com características semelhantes, por diversas cidades do Brasil. Eram entidades que, embora aglutinassem em seus quadros mulheres de segmentos medianos e altos da sociedade, mobilizaram ao longo de suas trajetórias, setores populares das periferias das cidades brasileiras. A ADFG surgiu a partir das incursões das mulheres da União Cívica Feminina

(UCF-SP), de São Paulo nas elites porto-alegrenses na década de 1960. Não se sabe, até o presente momento, quando e de que forma iniciaram esses contatos, mas está claro, pela pesquisa realizada, que paulistanas da UCF influenciaram na condução das primeiras atividades da ADFG e na elaboração de seu primeiro estatuto. Ligadas por elementos do anticomunismo e por uma cultura política marcada por valores tradicionais, caros às direitas, pretende-se com o trabalho analisar as redes políticas tecidas por essas mulheres ao longo dos anos 1960 e 1970. Além das associadas, participavam das reuniões da ADFG: militares, religiosos, empresários e políticos. Durante a ditadura, a ADFG, além de permanecer “vigilante” no que diz respeito ao anticomunismo, buscou colaborar na legitimidade do regime, atuando em áreas voltadas ao assistencialismo social e ao voluntarismo. Diante disso, o trabalho pretende analisar os primeiros passos da ADFG, bem como algumas trajetórias de suas militantes, em um cenário de construção social da última ditadura brasileira, no qual foram tecidas complexas relações entre o regime e a sociedade brasileira.

“ENTENDEMOS, AGORA, QUE É HORA DE FEMINILIZAR A POLÍTICA”:

O RETORNO DAS EXILADAS BRASILEIRAS E A LUTA POR DIREITOS DURANTE A REDEMOCRATIZAÇÃO

Eloisa Rosalen

Doutoranda Programa de Pós-Graduação em História/UFSC

Durante a redemocratização as mulheres brasileiras mobilizaram-se junto ao movimento feminista e/ou de mulheres,

ingressaram e reivindicaram por inclusão em partidos políticos, e lutaram por direitos ligados à igualdade de gênero no Brasil. Muitas dessas mulheres que se engajaram nos mais diversos movimentos provinham de grupos de esquerda e/ou grupos revolucionárias da ditadura militar; esse foi o caso das mulheres exiladas. Por isso, o presente artigo tem como objetivo analisar a inserção política das mulheres brasileiras exiladas da ditadura militar que se integraram a diferentes lutas na redemocratização. O perfil destas mulheres está restrito àquelas que estiveram na França e em Portugal e que a partir do final da década de 1970 retornaram ao Brasil. As discussões deste texto giram em torno: do ‘encontro’ (com os embates e as diferentes posições) entre as brasileiras retornadas e as que aqui se encontravam; as solidariedades como constituidora de inúmeros grupos feministas e/ou de mulheres; os questionamentos (des) vinculação dos partidos políticos em função de uma nova forma de militância e a transformação no sentido do político empregada por muitas mulheres. Também são importantes as discussões provenientes das temáticas dos movimentos sociais no Brasil durante os anos de 1980. Utilizo como fontes memórias (a partir de entrevistas realizadas pela metodologia da história oral e livros) e bibliografia diversa. São categorias para análise as hierarquias de gênero, o retorno (de exílio), e memória.

O RURALISMO SUL-RIO-GRANDENSE E SUA ATUAÇÃO NO PROCESSO DE REDEMOCRATIZAÇÃO (1981-1988)

Felipe Vargas da Fonseca

Doutorando Programa de Pós-Graduação em História/PUCRS
(bolsista CNPq)

Esta pesquisa tem como tema a ação política do patronato rural sul-rio-grandense organizado na Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul (Farsul) no período que compreende os anos finais da década de 1970 e a década de 1980. A análise focaliza as práticas de atuação e mobilização dos ruralistas gaúchos agremiados em torno da Farsul naquele contexto, marcado pela (r) emergência de inúmeros projetos de reforma agrária no estado e no país e pelo vigor dos movimentos de luta pela terra que começam a se (re)organizar no processo de “reabertura política”. A pesquisa se delinea a partir da perspectiva de Antonio Gramsci sobre as relações entre Estado e sociedade civil, onde estes são vistos como parte de um mesmo corpo, o qual o autor italiano chama de “Estado integral” e que os autores posteriores chamaram de Estado ampliado. A Farsul é entendida como um aparelho privado de hegemonia da burguesia regional, não apenas como um “agrupamento de um setor produtivo”. Desta forma, proponho analisar as formas de articulação e atuação da Farsul no processo de transição para a “democracia”, assim como, o papel que a agremiação desempenhou na luta para frear a reforma agrária e sua influência na Constituinte, entendidas na conjuntura do final dos anos 1970 e 1980. A partir da análise de documentos produzidos pela própria Federação, notícias e notas públicas divulgadas em jornais da grande imprensa e discursos reproduzidos nos anais da Assembleia Legislativa do estado, busca-se delinear os contornos do debate ruralista, as estratégias utilizadas para mobilizar e dar coesão aos seus membros, bem como as nuances e divergências em seu interior.

CRISTIANISMO DA LIBERTAÇÃO, DESIGUALDADES SOCIAIS E DEMOCRACIA DURANTE A TRANSIÇÃO POLÍTICA BRASILEIRA (1974 - 1985)

Geovanni Rocha Junior

Doutorando Programa de Pós-Graduação em História/UEDESC
(bolsista Promop)

Este trabalho busca investigar a composição de um repertório discursivo que passou a circular em alguns setores das esquerdas brasileiras a partir da Nova República, mas cuja densidade temporal remete a processos históricos que adquiriram contornos nítidos durante a transição política. No Brasil, a passagem da ditadura militar para o regime democrático constituiu-se como um momento decisivo para o ajuste de novas relações políticas. No referido contexto, ritmos temporais difusos estiveram em disputa e acabaram fornecendo subsídios que contribuíram para a reconfiguração das esquerdas e de suas plataformas reivindicativas. Essa reconfiguração, no entanto, contou com elementos oriundos do chamado cristianismo da libertação. Na segunda metade da 1970, temas como a fome, a miséria e a concentração de renda, foram constantemente mobilizados por sujeitos identificados com essa corrente para denunciar o regime militar e projetar um sentido de democracia que almejava viabilizar a superação das injustiças sociais no país. Por meio de uma análise introdutória realizada em documentos coletados no acervo do Serviço Nacional de Informações (SNI), verificou-se a presença de elementos que indicam a formação de um novo sentido de democracia a partir da interpretação da realidade social brasileira efetuada por pessoas ligadas ao cristianismo da libertação. Há pelo menos quatro características que permitem aproximar o cristianismo da libertação e uma parcela das esquerdas brasileiras que estava se formando durante a redemocratização: a noção de

humanismo cristão, a crítica moral dirigida ao desenvolvimento do capitalismo brasileiro, a politização das questões relacionadas às desigualdades sociais e, por último, a expectativa de alcançar a transformação social com a implementação de um regime democrático capaz de subverter a ordem autoritária.

LEONEL BRIZOLA E A ALIANÇA PARA O PROGRESSO:

OS ESTADOS UNIDOS DURANTE O GOVERNO
JOÃO GOULART (1961-1964)

Marcelo Marcon

Doutorando Programa de Pós-Graduação em História/UPF

O governo de João Goulart no Brasil, entre os anos de 1961 a 1964, foi marcado por conflitos desde seu início, com a tentativa de romper a Legalidade e impedir a sua posse quando da renúncia do então presidente Jânio Quadros, até o seu final, com o golpe civil-militar em 1964, que iniciou uma ditadura que perdurou por 21 anos. Em 1961, foi lançado pelos Estados Unidos o programa *Aliança para o Progresso*, que visava combater o “perigo comunista” nos países da América Latina, enquanto teoricamente, afirmava ter como objetivo a integração e o desenvolvimento econômico e social dos países latino-americanos. Leonel Brizola, governador do Rio Grande do Sul, e posteriormente, do Rio de Janeiro, comandou o movimento da Legalidade em 1961, fundamental para assegurar a posse do presidente Goulart, e nunca deixou de expressar o perigo da interferência dos Estados Unidos no Brasil, afirmando que

os EUA possuíam interesse nas riquezas e no território brasileiro, utilizando o termo “espoliação internacional” para se referir a esse processo. Para Brizola, a entrada de capital estrangeiro no país estaria relacionada ao controle da faixa econômica, afirmando que as ações dos Estados Unidos nos países da América Latina estavam relacionados a esses interesses. Nesta comunicação, analisaremos o programa *Aliança para o Progresso* e a visão de Leonel Brizola com base no contexto do governo João Goulart, da pressão pelo andamento do projeto das Reformas de base e a influência dos Estados Unidos no Brasil durante esse período. A metodologia a ser utilizada é a análise de documentos oficiais e análise de discurso.

A DITADURA MILITAR REVISITADA NOS REGISTROS DO TEMPO:

HISTÓRIA, MEMÓRIA E REPRESENTAÇÃO ESCOLAR NA BAHIA (1970-1982)

Maryana Gonçalves Souza

Mestranda Programa de Pós-Graduação em História/UFS

O presente artigo objetiva investigar a história, a memória e as representações sobre o período da Ditadura Militar no Brasil, entre os anos de 1970 até 1982 (na educação escolar) no interior baiano, através de documentos históricos encontrados no Colégio Estadual Governador Luiz Viana Filho, localizado no município de Guanambi, no interior da Bahia, como também visa ratificar a importância dos registros escolares e dos arquivos como locais de memória. As fontes utilizadas foram Livros Didáticos da disciplina Educação Moral e Cívica, Planejamento de atividades do Centro Cívico e Termo de Ocorrência em Livro de Atas. Elas se encon-

tram no arquivo escolar e em um depósito, locais onde a instituição condiciona seus registros escritos. As discussões teóricas são fundamentadas em autores como Michael Pollak (1989), Pierre Bourdieu (1989), Pierre Nora (1993), René Rémond (2003). Foi possível observar, a partir do Colégio Luiz Viana, uma memória da ditadura civil-militar composta por doutrinação ideológica, manipulação, silenciamento e “esquecimento”, em que se observa como o período político militar se articulou no interior baiano, desconstruindo a ideia de que não houve ditadura nas capitais presentes no Brasil. Espera-se que este estudo contribua na conscientização histórica dos seus leitores sobre este período histórico-político brasileiro, como também seja uma contribuição aos estudos e conhecimentos sobre a ditadura militar no interior baiano e um meio de incentivar maior produção dos mesmos nesta região do estado da Bahia.

HISTÓRIA ORAL DIGITAL:

ENTREVISTAS COM FUNDADORES DO PT

Maurílio Barreto de Araújo

Mestrando Programa de Pós-Graduação em História Social/USP

A presente comunicação faz parte de uma pesquisa de mestrado em andamento, vinculada ao Programa de História Social na USP. O objetivo desse trabalho em curso é investigar o processo de formação do Partido dos Trabalhadores, a partir do resgate da memória de alguns dos militantes fundadores, atuantes no movimento sindical ou nos mais variados movimentos sociais. Todos os entrevistados participaram, de algum modo, da fundação ou do processo

de construção do PT, dentro de um recorte temporal que abrange desde o final dos anos 70 até meados dos anos 80. Esse trabalho de história oral tem sido realizado através de entrevistas filmadas e disponibilizadas, na íntegra, através da plataforma youtube. Foram realizadas, até o momento, 24 entrevistas, contendo em torno de 40 horas de gravações no total. Entre os entrevistados estão desde militantes de base, que embora anônimos, também deram sua grande contribuição ao processo de formação do partido dentro de suas respectivas áreas de atuação (seja na luta sindical e/ou popular) até renomados dirigentes das tendências internas ou mesmo ex-presidentes do partido, como no caso de José Dirceu e José Genoíno. Em comum é que todos participaram ativamente do processo de luta pelo fim da ditadura civil-militar e do processo de redemocratização do país. O elemento possivelmente inovador desta pesquisa é que a maior parte desse conteúdo já vem sendo disponibilizado, por meio da internet, ao mesmo tempo em que a pesquisa prossegue. É possível, inclusive, que esse conteúdo já esteja beneficiando outros pesquisadores, antes mesmo que o resultado final desse trabalho originário tenha sido apresentado, procedimento metodológico que também dialogaria com o conceito de história do tempo presente. A partir do resgate dessas memórias, cotejando-as com a documentação disponível e com a farta bibliografia sobre o tema, pretende-se alcançar como resultado esperado uma síntese historicizada da memória do partido, a fim de que sejam apresentadas respostas para possíveis indagações que ainda persistem sobre o PT. Entre estas, podem ser citadas, por exemplo, algumas questões em relação à sua natureza político-ideológica, se de caráter socialista, social-democrata ou de algum outro tipo, entre outras problematizações históricas e teóricas pertinentes sobre a formação do partido.

PALADINOS DA DEMOCRACIA OU LEGITIMADORES DO SISTEMA? O PAPEL DO MDB NA TRANSIÇÃO POLÍTICA ENTRE 1974 E 1979

Pedro Henrique Gomes de Queiroz

Programa de Pós-Graduação em História/PUC-SP

Em 1964 o Brasil sofreu um golpe de Estado, com claras perspectivas de classe, que derrubou o regime instalado em 1946 e erigiu uma ditadura burgo-militar. O peculiar sistema montado para garantir a efetividade da chamada Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento promoveu amplos esforços para modelar um simulacro democrático, no qual a manutenção das instituições da democracia liberal foi essencial na legitimação do novo regime. Foi justamente nesse tocante que se deu a criação de um novo sistema partidário com o AI-2 (1965) e a manutenção de eleições regionais. O Movimento Democrático Brasileiro (MDB) se consolidou como a única legenda de oposição à ditadura legalmente reconhecida, em contraposição à governista Aliança Renovadora Nacional (ARENA). Sua atuação foi permeada pela contradição essencial entre referendar o sistema a que se opunha e contrapor-se ao mesmo para a população eleitora. A defesa (ampla e vaga) da democracia chegou a seu zênite com a “distensão” promovida pelo governo do Gal. Ernesto Geisel, na qual abria-se uma janela de oportunidade para a retomada da democracia liberal burguesa, sob direção civil. Esta comunicação visa explicar qual o papel específico que o MDB, a nível nacional, possuiu na disputa pelo futuro político do Brasil neste período do processo de transição da ditadura burgo-militar à democracia liberal. A partir da análise de discurso realizada com documento produzidos internamente pelo partido (cartilhas, discursos avulsos, revistas) foi possível mapear a compreensão da agre-

miação sobre o processo político no qual estava inscrita e as disputas que suas diferentes forças internas realizavam pela definição dos rumos da ação partidária. Se chegou à conclusão que, mesmo tendo o processo de transição partido de uma reorganização interna da ditadura burgo-militar para garantir a efetivação de seus objetivos em um contexto político de menor tensionamento da luta de classes, o MDB foi paulatinamente atuando no sentido de mostrar-se como aliado desta pressão popular que começa a grassar a partir de 1974. ~~Suas próprias contradições internas o definiam como um partido da ordem burguesa (liderado por forças aliadas dela), ainda que tenha cumprido um papel de combatividade popular para setores cada vez mais amplos.~~

ST 4 - MÍDIA, HISTÓRIA E POLÍTICA

O crescente aporte da mídia no campo da pesquisa histórica reflete uma maior percepção do seu valor documental e simbólico para os estudos históricos. Com a renovação do campo da História a partir da terceira geração dos Annales, da renovação marxista e da Nova História Política, houve uma dilatação do campo temático, provocando uma nova forma de olhar para os fatos e, com isto, ampliando consideravelmente os tipos de fontes aceitas para a construção histórica. Neste contexto, por muito tempo, os diferentes canais de comunicação, antes vistos como fontes pouco seguras, por estarem dotados de subjetividade, assumem um novo papel para o trabalho do historiador. Ampliando-se os horizontes para novas reflexões e problemáticas nos conhecimentos sobre as sociedades do passado. O sentido fugaz da informação impressa em jornais, revistas, impressos no geral e, mais recentemente, em sites e blogs, entre outros, destacam o registro do momento em que aconteceu o fato. Tais evidências representam o cotidiano de uma época. Contudo, os discursos produzidos se inserem em meio às disputas e interesses de cada meio. Desta forma, cabe ao historiador estar atento aos cuidados e limites que a mídia, como fonte, impõe, pois ela não pode ser estranha à vida real. Seria uma interpretação abstrata não levar em consideração as paixões, os impulsos, as motivações morais, até mesmo os desinteresses presentes. Assim, ao pesquisador, não apenas os elementos do momento histórico são importantes, mas buscar captar também quais são os elementos de interesse da própria mídia, considerando que política está estritamente relacionada com a atuação dos meios de comunicação, já que estes podem ser percebidos como extensões das instituições políticas, sendo importantes meios de legitimação do poder, através de

sua capacidade de influenciar e formar opiniões. Neste contexto, fazer uma análise de seu discurso é imprescindível e, por isso, surgem variadas metodologias de análise desta gama de diferentes fontes midiáticas. Assim, o objetivo deste simpósio é promover o debate e ampliar as discussões das mídias quanto fonte e objeto de pesquisa, e os métodos de análise destas como fonte histórica, principalmente no viés político, buscando congregiar pesquisas que abordem de alguma maneira esta relação História e Mídias, a esfera política e a atuação ideológica dos meios de comunicação, apontando os riscos e as precauções necessárias, refletindo sobre possíveis abordagens teóricas e metodológicas.

Coordenadores: Pâmela Pongan (UPF)
Taciane Neres Moro (PPGH/UPF)
Karulliny Silverol Siqueira (UFES)

A COLUNA PRESTES 60 ANOS DEPOIS:

REPRESENTAÇÕES NA IMPRENSA ESCRITA DE
SANTO ÂNGELO/RS

Amilcar Guidolim Vitor

Doutorando Programa de Pós-Graduação em História/UFESM

No ano de 1984 o município de Santo Ângelo, na região noroeste do Rio Grande do Sul, sediou um evento organizado por entidades locais em homenagem aos 60 anos da marcha da Coluna Prestes, movimento revolucionário iniciado na região em 1924, protagonizado por militares do Exército e civis em oposição ao presidente da República Artur Bernardes. Entre os principais líderes

do movimento estava Luiz Carlos Prestes, que posteriormente se tornaria uma das principais lideranças do Partido Comunista do Brasil (PCB). A convite da Sociedade dos Engenheiros e Arquitetos de Santo Ângelo (SENASA) e da Fundação Missioneira de Ensino Superior (FUNDAMES) Luiz Carlos Prestes, então com 86 anos, retornou a Santo Ângelo para rememorar os acontecimentos de quando rebelou na cidade o 1º Batalhão Ferroviário, do qual era capitão, em outubro de 1924, dando origem a partir de dezembro do mesmo ano a marcha da Coluna Prestes, a qual entrou para história levando seu nome em função de seu protagonismo na articulação do movimento que durante mais de dois anos percorreu o país visando a deposição do presidente Artur Bernardes. O retorno de Luiz Carlos Prestes a Santo Ângelo aconteceu em um período marcado por pressões pela redemocratização do Brasil depois de 20 anos de ditadura civil-militar. No município havia dois grupos políticos antagonistas e com influência sobre a imprensa escrita. Desta forma, em função de sua relevância e representatividade política, a presença de Luiz Carlos Prestes na cidade atraiu a atenção desta imprensa, a qual passou a noticiar e produzir representações sobre ele e a Coluna Prestes. O objetivo deste trabalho é expor e analisar tais representações, problematizando também as disputas políticas locais a partir dos principais veículos da imprensa escrita na época, sendo esses os jornais A Tribuna Regional e o Jornal das Missões.

FONTE JUDICIAL NA PESQUISA HISTÓRICA:

ANÁLISE DO TRABALHO DOMÉSTICO

Bárbara Galli de Oliveira

Mestranda Programa de Pós-Graduação em História/UPF

A interdisciplinaridade é um recurso essencial para superar os problemas da ideia de fragmentação de conhecimento que limita a pesquisa e prejudica a possibilidade de descobrir novos temas, problemas e fontes históricas de investigação científica. Fixada essa diretriz inicial, esta comunicação se propõe a refletir sobre a utilização de fontes judiciais para a pesquisa histórica a partir do diálogo interdisciplinar entre as ciências da História e do Direito, em especial a possibilidade de uso dos processos trabalhistas enquanto fonte histórica a fim de pensar o mundo do trabalho a partir das relações de trabalho doméstico e a viabilidade de estudo do social, das relações de gênero e poder. Ao pensar nessa pesquisa histórica que tem como fonte os processos judiciais, surgem novas perspectivas, como, por exemplo, a diversidade de documentos e a oportunidade de compreender práticas sociais a partir do estudo das mentalidades presentes nos discursos e na linguagem, realizando um estudo do imaginário social. Essa particular tipologia de fonte, também chama atenção pelos elementos que estão atrelados aos documentos de forma não visivelmente detectável. Dessa forma, a escolha por abordar investigação histórica em processos judiciais, proporciona um estudo das representações e práticas sociais que podem demonstrar questões culturais, sociais e econômicas em um determinado meio, cotidiano e padrão da sociedade. Importante trazer, desde já, uma pequena discussão acerca da temática que envolve o trabalho doméstico, uma vez que como forma de estrutura concentrada culturalmente na figura feminina é fundamental para

a manutenção da sociedade, sofre pela invisibilidade inerente esse trabalho e pela subestimação de índole cultural. Dessa forma, a escolha do tema para este artigo também se dá por meio da necessidade de uma discussão sobre as questões de gênero e relações de poder relacionadas ao trabalho desenvolvido por mulheres.

A CONSTRUÇÃO DO INDIVÍDUO COMUM COMO AGENTE IDEOLÓGICO NO CINEMA ESTADUNIDENSE DA DÉCADA DE 1980

Carlos Cesar de Lima Veras

Doutorando Programa de Pós-Graduação em História
Comparada/UFRJ

A transição do cinema estadunidense entre as décadas de 1970 e 1980 foi marcada por uma significativa mudança criativa: os filmes da *Nova Hollywood*, influenciados pelos movimentos de contracultura e em diálogo com as vanguardas europeias, deram lugar aos filmes *blockbuster*, ou a “Nova Nova Hollywood”, fundamentada por um modelo produtivo definido pelos conglomerados que detinham os principais estúdios, trazendo profundas transformações estéticas e narrativas que perduram até hoje da produção cinematográfica. Dentre as mudanças narrativas, é possível apontarmos a simplificação das tramas (e, conseqüentemente, dos seus personagens), no intuito de, a partir de uma linguagem mais universal, possibilitar tanto a produção de licenciados dos mais variados níveis, quanto a melhor assimilação dos filmes nos circuitos internacionais. Um dos resultados é a ascensão dos filmes de ação, gênero que se tornou um dos pilares da indústria a partir da década.

Mas tão relevante quanto o aspecto econômico para tal análise é o panorama político da década: o governo de Ronald Reagan (1981 – 1989), marcado por um forte nacionalismo e uma agressiva política externa, teve como um dos principais aspectos o recrudescimento da Guerra Fria, e tais reverberações deixaram suas marcas na produção cinematográfica. O filme, independente do gênero, é uma fonte histórica que pode fornecer ao historiador elementos relevantes sobre a sociedade que o produz; soma-se a noção do filme como agente histórico, na qual o filme pode ser um instrumento influenciador nas percepções de seus espectadores, de forma direta ou indireta, em favor de premissas ideológicas/ econômicas. Portanto, a presente comunicação tem por objetivo analisar dois filmes produzidos durante o período: *Amanhecer Violento* (*Red Dawn*, 1984) e *Rambo II – A Missão* (*Rambo: First Blood Part II*, 1985). Em ambos os casos, temos narrativas de ação fundamentadas em premissas nacionalistas: se em *Amanhecer Violento* o elemento fundamental é a ameaça à integridade do território nacional, em *Rambo II* temos uma “revanche” em território vietnamita, mesmo que presa à ficção, em favor do sentimento nacional estadunidense. Além do apelo belicista em encontro ao reaganismo, os filmes foram escolhidos por serem representativos da transição do indivíduo comum na cinematografia da década de 1970 para 1980, na qual a caracterização de protagonistas ambíguos e problemáticos dá lugar ao ideário de heróis unidimensionais e nacionalistas.

APONTAMENTOS SOBRE A CAMPANHA DE DESESTABILIZAÇÃO CONTRA O GOVERNO GOULART

Dayane Cristina Guarnieri

Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em História Social/UEL

O texto pretende compreender a formação da atmosfera no início de 1964, a partir do momento em que ocorre a ênfase em torno das reformas de base, defendida pelo governo e difundida pela imprensa, especificamente, se utiliza a representação cunhada pelo *Jornal do Brasil* para abordar esses momentos finais, periódico que se posiciona prontamente diante dos acontecimentos políticos nesse momento. Considerando a crise política que se arrola desde 1961, a comunicação vigente propõe a reflexão sobre os acontecimentos que conduziram a imprensa a intensificar sua oposição ao o Governo de Goulart, dessa forma, se apresenta a análise sobre o discurso do *JB* que defendia a intervenção militar. Assim a proposta parte das representações textuais construídas ao final do governo Goulart, especificamente, no mês de março, frisando as discussões em torno dos principais eventos como o: Comício do dia 13, as Marchas da Família com Deus pela Liberdade e a Crise da Marinha. Além dos editoriais, utiliza-se manchetes, noticiários e colunas do *JB*, que serão averiguados criticamente em conjunto com a percepção da historiografia diante desses acontecimentos. Sabe-se que desde o final de 1963 a imprensa havia se virado contra o governo deflagrando uma campanha de desestabilização baseada no tema anticomunismo e na defesa da legalidade. A difamação contra o governo se intensifica diante do andamento dos comícios que propagandeavam a necessidade das reformas de base que seria possível apenas com mudanças na Constituição de 1946. As atitudes e deci-

sões tomada pelo governo de Goulart em março de 1964 são articuladas pelo discurso impresso da grande imprensa com o objetivo de corroborar com os opositores do governo, pois este defende que a deposição de Jango visava a preservação da democracia e da ordem.

O FEMINISMO É UMA FARSA:

DISCURSOS SOBRE A REPRESENTAÇÃO FEMINISTA
NO BRASIL DURANTE CONQUISTA PELO SUFRÁGIO
NO YOUTUBE

Izadora Carvalho da Silva

Mestranda Programa de Pós-Graduação em História Social/UUEL

O propósito deste artigo é o de identificar e analisar a construção discursiva relativista contida no vídeo “Será que você deve mesmo ao feminismo o direito de votar, trabalhar e estudar? Eu acho que não”, publicado no canal do YouTube *Direto aos fatos*. A partir do conceito de desmonumentalização da história (NAPOLITANO, 2007) deseja se compreender quais os problemas inseridos na narrativa do vídeo cujo tema aborda a história do movimento feminista brasileiro, que atuou entre os séculos XIX e XX, na busca pela aprovação do sufrágio feminino.

O GOLPE DE 1966 NA ARGENTINA SOBRE A INFLUÊNCIA DA REVISTA *PRIMERA PLANA*:

DO DERROCAMENTO DE ILLIA A ASCENSÃO DE ONGANÍA

Mariana Aparecida de Oliveira Santana

Mestranda Programa de Pós-Graduação em História/UPF
(bolsista CAPES)

Criada em novembro de 1962 por dois jornalistas argentinos, Victorio Dalle Nogare e Jacobo Timerman, a revista *Primera Plana* foi um dos semanários argentinos de maior relevância do país durante a década de '60, desenvolvido no mesmo estilo da revista americana *Time* e o jornal francês *Le Monde*. Publicada duas vezes por semana, o periódico. *Primera Plana* tinha a sua produção voltada principalmente para a classe média da Argentina, com reportagens que abordavam tanto o contexto nacional, como o contexto internacional a partir de um ponto de vista socioeconômico. A revista possuía um aspecto particular, com importantes estratégias discursivas, que foi extremamente relevante para o contexto político da Argentina no período de sua circulação pelo país. No presente artigo, buscarei estudar a função que o semanário ocupou durante o governo de Arturo Illia (1963-1966), em especial na desestabilização de seu governo civil que era oriundo do radicalismo, e a construção da legitimidade do golpe de Estado em 1966 sobre Illia – ditadura conhecida como “Revolução Argentina” –, analisando todo o apoio que a revista deu à Juan Carlos Onganía, líder que perfilava como a figura de um “salvador”, do qual os argentinos necessitavam para governar o país e tirar o mesmo da crise econômica por qual passava a Argentina, no objetivo de motivar a população argentina, trazendo esperança de um fortalecimento

na política através de uma renovação. Buscarei também abordar algumas características gerais da ditadura de 1966 sobre o governo de Onganía, que teve como aspecto principal o terrorismo de Estado, objetivando dessa forma, contribuir para o conjunto de estudos historiográficos sobre a temática.

OCULTAMENTO DAS MULHERES NA HISTÓRIA:

A REPERCUSSÃO DA ATUAÇÃO FEMININA NA ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE DE 1988

Marina Broch

Mestranda Programa de Pós-Graduação em História/UPF

No Brasil oito constituições já foram elaboradas desde a independência política do país, e a igualdade plena de maneira inequívoca entre homens e mulheres tardou a aparecer no texto constituinte. Apenas com a Constituição Federal de 1934 que pela primeira vez na história brasileira das constituições, ocorreu a proibição de privilégios ou distinção por motivo de sexo. As mulheres foram ocultadas da história como reflexo da sua exclusão de espaços políticos e de poder. A mudança desta condição ocorreu tardiamente no Brasil, e nesse sentido, um marco histórico importante foi a atuação política feminina na Assembleia Nacional Constituinte de 1988. A Assembleia Nacional Constituinte foi fundada no dia 1º de fevereiro de 1987 para a elaboração da constituição federal, e foi encerrada em 22 de setembro de 1988, com a votação e aprovação do texto final. A Assembleia foi composta por 536 integrantes, 487

deputados e 49 senadores. Dentre eles, 26 mulheres eleitas, todas como deputadas. Mesmo representando apenas 5% do total de parlamentares constituintes, as 26 mulheres representavam o triplo de representação política obtida nas eleições anteriores. Considerando a importância da ocupação feminina nos ambientes de exercício de poder e em especial, a atuação feminina na Assembleia, a partir da fonte caracterizada pela Revista Veja serão analisados alguns dos reflexos desta participação utilizando o método de análise de conteúdo de Laurence Bardin, para assim observar como foi a repercussão da atuação das mulheres constituintes na mídia da época e o significado disso.

A MÍDIA COMO INSTRUMENTO DE EVANGELIZAÇÃO E CATEQUIZAÇÃO:

UMA ANÁLISE DO USO DA MÍDIA PELA DIOCESE DE PALMAS – FRANCISCO BELTRÃO

Pâmela Pongan

Doutoranda Programa de Pós-Graduação em História/UPF
(bolsista Capes)

As mídias, até o Concílio Vaticano II, eram vistas pela Igreja somente como ferramentas de transmissão da doutrina. É somente após este, que a Igreja passa a ver os meios de comunicação como necessários para aumentar o alcance da mensagem de evangelização no mundo. Deste modo a Igreja, em seus discursos, passa a abordar aspectos de outras áreas como forma de dar uma orientação aos fiéis, indo do cunho espiritual até o político-social. É a partir

dessa perspectiva que Dom Agostinho José Sartori, durante seu episcopado, criou e esteve à frente de meios de comunicação pertencentes e mantidos pela Diocese de Palmas – Francisco Beltrão, sendo cinco emissoras de rádio e um jornal impresso, que juntos abrangiam toda a região Sudoeste do Paraná, território pertencente à Diocese, que tinham por objetivo repassar aos fiéis as informações referentes aos acontecimentos da Diocese e de transmitir as ideias do bispo diocesano em relação a temas relevantes de âmbito social, político, econômico e espiritual. Através das mídias, Dom Agostinho expressava e transmitia suas ideias para os seus fiéis, como o “bom pastor” que orienta suas “ovelhas”, não só no âmbito religioso como se espera de um meio de comunicação de posse diocesana, mas principalmente questões políticas e sociais. Obviamente que ele tinha plena consciência do uso desses meios para tais fins, afinal, ao longo de toda a sua caminhada a frente destes se mostrou firme em suas palavras e ações. Assim, os fiéis acabaram sendo influenciados pelas opiniões de Dom Agostinho, que, além de ser a referência religiosa, era, para muitos, liderança social e política. Neste contexto, este artigo busca identificar e compreender o uso das mídias como propagação das opiniões e ideias de Dom Agostinho, além da influência destes ao povo sudoestino, pois tinham por intuito informar e formar os fiéis leitores.

“O PARLAMENTARISMO É AZUL”:

A CAMPANHA REPUBLICANA PARLAMENTARISTA
DE 1993, SEGUNDO VEJA

Roberto Biluczyk

Mestrando Programa de Pós-Graduação em História/UPF (bolsista CAPES)

Entre 1987 e 1988, deputados federais e senadores de diferentes correntes aproveitaram as discussões da Assembleia Nacional Constituinte para defender a implementação de um novo sistema de governo, o parlamentarismo. A mudança, que parecia muito próxima de se concretizar, foi, no entanto, derrotada em plenário, após complexas manobras patrocinadas, inclusive, pela administração federal. Nem mesmo a instabilidade do governo José Sarney, rechaçado por parte de seus próprios correligionários, foi capaz de sustentar uma vitória aos grupos de congressistas. Insatisfeitos com os resultados impostos por seus rivais presidencialistas, os parlamentaristas conseguiram conduzir a decisão referente ao tema para uma eleição direta pouco convencional, realizada em 21 de abril de 1993: o Plebiscito sobre a Forma e o Sistema de Governo. Veículos da imprensa brasileira, como a revista semanal *Veja*, editada desde 1968 pela Editora Abril, se interessaram pelos desdobramentos da campanha efetuada pelas frentes ideológicas envolvidas no mencionado pleito, que contou com publicidades difundidas no horário eleitoral gratuito de rádio e televisão e com movimentações na sociedade. Neste trabalho, destaca-se a performance dos republicanos parlamentaristas, de acordo com a visão oferecida pelo semanário supracitado. A Frente Parlamentarista Nacional Ulysses Guimarães foi avaliada por jornalistas e colunistas do periódico, como Marcos Sá Corrêa e Roberto Pompeu de Toledo, conforme o desenvolvimento temporal das estratégias de campanha. Obteve-se, nesta pes-

quisa, de igual forma, dados sobre políticos atuantes no panorama em reportagens e matérias. Através da imprensa é possível conhecer um pouco mais da história política do Brasil, considerando os critérios elencados pelo historiador.

VISITA DE ROOSEVELT AO BRASIL EM 1936:

A INFLUÊNCIA NORTE AMERICANA INTERNA DURANTE O ESTADO NOVO

Silvio Zanin da Silva Lisboa
(SME-SP)

Esse trabalho trata de uma pesquisa em andamento sobre o Estado Novo, implantado no país em 1937. Além da leitura de autores consagrados sobre o tema, esta pesquisa tem como um dos meios de investigação o acervo digital do Jornal Correio da Manhã, disponibilizado no site, cujo acesso às edições têm ajudado nesse trabalho. Em especial, vale citar a edição nº 12899, de 28 de novembro de 1936, que fala da visita do presidente americano ao país. Através dessa investigação digital dos jornais de época foi possível, nesse atual estágio da pesquisa, encontrar indícios sobre a hipótese descrita no título dessa comunicação, embora a intenção é que ela seja aprofundada em mestrado. Após a Proclamação da República, o Brasil estava cada vez mais dependente das exportações de café, e seu comércio exterior sofria a dependência de duas nações imperialistas, a Inglaterra e os Estados Unidos. No caso dos EUA, na década de 1920 já era comprador de dois terços dessa exportação. A importância e a interferência da Inglaterra no Brasil é conhecida, tendo crescido desde a era colonial, com a chegada da família real

em 1808. No entanto, o que tem sido pouco investigado é o crescimento dos investimentos e da interferência política dos EUA no país após nossa independência, constatável a partir do controle de uma fatia considerável do comércio marítimo brasileiro, e que foi crescendo durante o século XIX. Os EUA tinham como propósito, desde aquela época, controlar os mercados latino-americanos, e em particular, o brasileiro. No século XX, a participação aumentava a cada ano e, nas primeiras décadas daquele século, já ocorriam investimentos nas casas de exportação e no armazenamento do café, além de outros produtos. Em 1913 os investimentos norte-americanos eram de 50 milhões de dólares, em 1929 já somavam 490 milhões. Em 1932, com a eleição de Franklin Delano Roosevelt, o presidente americano institui políticas de solução para a crise iniciada em 1929, e em janeiro de 1936, propõe uma Conferência Interamericana de Consolidação da Paz, que viria a ocorrer em dezembro em Buenos Aires. No caminho, aproveita e desembarca no Rio, e aquilo que na época foi apresentado apenas como uma visita de passagem, teria acabado por selar a aliança entre Vargas e os EUA. Ainda que Vargas continuasse a negociar intensamente com os europeus, é com os EUA que o governo seguiria adiante.

HIPÓTESE DE AGENDAMENTO E O PLEBISCITO DE SÃO BORJA:

ANALISANDO AS MATÉRIAS DO JORNAL A
FEDERAÇÃO

Taciane Neres Moro
Mestranda Programa de Pós-Graduação em História/UPF
(bolsista CAPES)

O presente trabalho tem por objetivo apresentar de que forma o jornal *A Federação* desenvolveu suas publicações referentes ao Plebiscito lançado na Câmara do município de São Borja. O Plebiscito foi proposto e aprovado naquela Câmara no ano de 1888, por iniciativa do vereador Aparício Mariense, membro do Partido Republicano Rio-Grandense. O objetivo dessa Moção Plebiscitária era de consultar a população brasileira, se aceitaria ou não, a possibilidade de um III Reinado iniciar no Brasil. Após ser aprovada a proposta de Aparício na Câmara, o jornal oficial do PRR, *A Federação*, passou a dar ampla notoriedade com inúmeras publicações fomentando o ato. Sendo assim, no primeiro momento, será contextualizado como iniciou o Partido Republicano Rio-grandense no estado do Rio Grande do Sul, e em São Borja, onde se destacou o político Aparício Mariense. E no segundo momento, de que forma foi aprovado o Plebiscito, e sua propaganda através da imprensa política, a partir da metodologia da Hipótese de Agendamento. Tendo como principal objetivo pelo partido, a adesão ao Plebiscito pela demais Câmaras municipais do Estado, procuramos identificar qual foi, ou quais foram, as abordagens escolhidas pelo jornal para alcançar tal objetivo, e quais os resultados obtidos. Desta forma, foram analisadas as matérias entre os meses de janeiro a março do ano de 1888. Tendo amplitude em diversos municípios do Rio Grande do Sul e em São Paulo.

ST 5 - HUMANIDADES DIGITAIS: NOVOS OBJETOS E METODOLOGIAS

O objetivo é promover a troca de experiências entre historiadores e outros pesquisadores de áreas afins interessados em discutir recursos digitais e como incorporar e reconstruir continuamente a pesquisa. Isso porque as Humanidades Digitais proporcionam a expansão e a criação de novas formas de produção de conhecimento histórico por meio do uso tecnologia, inspirando novos métodos, questionamentos e explicações. O desenvolvimento da sociedade atualmente é alcançado por meio da tecnologia, e a mudança de objetos analógicos para mídias digitais, até mesmo a transformação conceitual neste ambiente, não é mais uma novidade, e neste espaço, existe também o conceito de patrimônio, que é provocado e aplicado pelo contexto e pela informação. Na Carta sobre a Preservação do Patrimônio Digital, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), afirma: (...) consiste de recursos únicos do conhecimento e expressão humana. Abrange recursos culturais, educacionais, científicos e administrativo, assim como técnicos, legais, médicos e outros tipos de informação criada digitalmente, ou convertida para formato digital a partir de recursos analógicos já existentes. Onde recursos são de 'gênese digital', não há outro formato que não o objeto digital. Materiais digitais incluem textos, bancos de dados, imagens estáticas e em movimento, áudio, gráficos, software e páginas web, dentre uma ampla e crescente variedade de formatos. Eles são geralmente efêmeros e necessitam produção, manutenção e gerenciamento intencional para serem preservados (UNESCO, 2004, p. 75). O patrimônio digital impõe particularidades da era digital, como o

compromisso e a conectividade entre pessoas, universidades, órgãos de poder e iniciativas privadas. A discussão aqui apresentada assinala a existência de tensões conceituais entre “patrimônio inteligente” e “patrimônio digital” e as semelhanças existentes entre a preservação do patrimônio como fontes de pesquisa, que na prática desta, de natureza interdisciplinar, é um tema imprescindível e inevitável aos historiadores, tendo em vista o atual contexto de desvalorização das Ciências Humanas nas políticas educacionais brasileiras em curso. Desta forma, incorporar o debate das Humanidades Digitais possibilita renovar a importância da História, trazendo consigo novos desafios interpretativos sobre a produção e a circulação de seus saberes na sociedade.

Coordenadoras:

Jênifer de Brum Palmeiras (UPF)

Juliana Martins Castro (UFMG)

Patrícia Romeu (UFRJ/IBICT)

**OS JOGOS ELETRÔNICOS E O PENSAMENTO
CRÍTICO:**

APLICAÇÕES E POTENCIALIDADES NA EDUCAÇÃO

Antonio Augusto Zanoni

Marcos Vinícius Paludo Festa

Mestrandos do Programa de Pós-Graduação em História/UPF

É mister pensar que os jogos eletrônicos já fazem parte do cotidiano brasileiro a aproximadamente duas décadas. Com

o advento de novas formas de interagir com os jogos, das novas narrativas que os jogos produzem, assim como, dos avanços econômicos e das formas que o capitalismo encontra para atingir um público consumidor maior, acredita-se que mais indivíduos estão ocupando seu tempo ocioso com essa forma de diversão. Salienta-se ainda que, se levarmos em consideração o momento atual que vivemos, isto é, a pandemia ocasionada pelo novo coronavírus (Sars-coV-2) e suas formas de contenção (o isolamento social), o número de pessoas que, em casa, encontram nos jogos eletrônicos formas de se divertir, aumentaram. Desta forma, considerando que os jogos eletrônicos se fazem fontes importantes e atuais de diversão (mesmo que possamos ampliar esse horizonte para outras aplicabilidades), pensar a utilização desses no ensino de história e no desenvolvimento do pensamento crítico, mesmo que em ambientes informais de educação, se faz mais do que urgente. A partir das narrativas construídas pelo professor com os alunos sobre determinados conteúdos ou formas de pensar a história, o mesmo pode, a partir do seu cotidiano, analisar eventos que ocorreram através dos jogos com um olhar crítico e formar outras constelações, que não as já dadas pelo próprio jogo. De modo a dar exemplos e imagem ao que será discutido, alguns jogos serão destrinchados e potencializados, como no caso de *Assassins Creed*, a fim de mostrar à sociedade, as construções, o estado político, roupas, entre outras características de determinado período. Ainda, o jogo *Age of Empires* pode ser utilizado para apresentar elementos geográficos e civilizatórios que podem ou não representar uma possível realidade, assim como criticar o senso comum que fora construído no jogo. Por fim, a partir das diferentes possibilidades de abordagem dos jogos eletrônicos aqui pontuadas, torna-se possível construir distintas constelações dos eventos históricos, relevantes no fomento do desenvolvimento do pensamento crítico no processo de ensino e aprendizagem.

DESAFIOS METODOLÓGICOS NA PESQUISA COM FÓRUNS DIGITAIS DE DISCUSSÃO DE HISTÓRIA

Daniela Linkevicius de Andrade

Doutoranda Programa de Pós-Graduação em História/UnB

Os fóruns digitais de discussão, também conhecidos como *message boards* ou *discussion boards*, são um caso interessante de uma ferramenta que se adaptou ao surgimento de novas estruturas tecnológicas e passou a integrar a web desde seu início, mantendo sua popularidade até os dias de hoje. A partir desse panorama, nosso objetivo é refletir acerca dos desafios metodológicos da análise de fóruns de discussão de história, levando em consideração sua historicidade, bem como a estrutura que possibilita as discussões entre os usuários. Fóruns são espaços digitais de discussão, surgidos na década de 1990, nos quais, conforme Thomas Poell (2009), os usuários podem postar e ler mensagens, geralmente em formato textual, de maneira pública, a respeito de um tópico específico de interesse através de discussões assíncronas denominadas *threads*. Koen Leurs (2015), por sua vez, identifica na estrutura do fórum um conjunto de elementos que mostra como a arquitetura digital pode promover formas particulares de contar histórias e convidar outras pessoas a ouvir através de práticas específicas. Consequentemente, além de providenciar conteúdo gerado pelos usuários, os fóruns de discussão online permitiriam a proliferação de vozes alternativas no domínio público digital, desenvolvendo e promovendo alternativas às ideologias convencionais e institucionalizadas. Apesar disso, os fóruns ainda não foram pesquisados intensivamente, embora sua análise possa ter algo a nos dizer sobre como são construídas a autoridade e credibilidade nas discussões de história na web. Elaborar uma estratégia metodológica para a pesquisa com fóruns digitais

envolve, portanto, a necessidade de considerar esse tipo fonte como aquilo que Niels Brügger (2018) chama de *reborn digital*, isto é, fonte digital que foi coletada, preservada e, acima tudo, alterada no processo de arquivamento, seja através de *screenshots* ou *web crawling*. Além disso, traz a possibilidade de aliar análises qualitativas — relacionadas principalmente a análise do conteúdo textual das *threads* — bem como quantitativas, uma vez que as postagens frequentemente são acompanhadas por avaliações em tempo real dos usuários, que podem se converter numa pontuação que indica o nível de reputação de um usuário através da média entre *upvotes* e *downvotes* de suas postagens.

EXPLORAÇÃO DAS NOVAS TECNOLOGIAS NA DISLEXIA

Elias Casamali

Bacharel em Psicologia/UPF

A Dislexia ou Transtornos Específico da Aprendizagem com prejuízo na leitura (F81.0) e na escrita (F81.81), é um transtorno do neurodesenvolvimento que atinge cerca de 5 a 15% da população mundial, e é caracterizado por déficit persistente a no mínimo 6 meses, bem como persiste após a intervenção, caracterizando assim um transtorno crônico (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 2014). Não existe cura conhecida para esse transtorno, a intervenção multidisciplinar é de grandes ganhos ao paciente (DE CARVALHO, REIS & NORI, 2010). O uso de tecnologias assistivas para o paciente ainda é modesto e de caráter experimental, sendo necessários mais estudos rigorosos para eviden-

ciar a validade de tais tecnologias, entretanto, especula-se que teclados com assistentes preditores de palavras, bem como assistentes de leituras possam, melhorar a velocidade em que o paciente cumpre a tarefa, nada obstante, cumpre o dever de investigar se esse suposto aumento, verifica-se e se é benéfico ao paciente (TEIXEIRA, 2018; RODRIGUES, 2018). Cabe um esforço multidisciplinar de pesquisa com metodologias rigorosas envolvendo professores, alunos, psicólogos, médicos e fonoaudiólogos para unir esforços em busca de tecnologias empiricamente sustentadas que possibilitem auxiliar o aluno com dislexia.

METODOLOGIAS DIGITAIS:

UM ESTUDO DE CASO SOBRE A APLICAÇÃO DE SOFTWARES DE ANÁLISE TEXTUAL PARA A PESQUISA EM HISTÓRIA

Gabriel Favretto

Mestrando Programa de Pós-Graduação em História/UFRGS

Este trabalho tem como propósito apresentar como a metodologia de análise textual através de softwares vem sendo utilizada para o projeto de mestrado: *Indústria da música, oligopólio e governamentalidade neoliberal: um estudo comparativo das listas de 100 músicas mais tocadas da Billboard da década de 1970 e 2000*. Foi utilizado um software chamado *Wordstat* que analisa padrões de palavras, frases e tópicos mais recorrentes ao longo de 2000 canções que chegaram ao topo do chart *hot 100* nas décadas referidas acima.

A hipótese é de que é possível, através de um estudo comparativo entre as décadas, localizar a presença cada vez mais intensa da racionalidade neoliberal conforme o passar dos anos, principalmente nas músicas do século XXI. Tal fenômeno se daria tanto por dinâmicas internas da própria indústria cultural como a intensificação da oligopolização quanto pela hegemonização do neoliberalismo na esfera cultural da sociedade capitalista. Como método, são analisadas as palavras mais recorrentes dentre as centenas de milhares que compõe as líricas, comparando as que mais aparecem em cada década a fim de encontrar padrões e mudanças. As constelações de palavras, tabelas e gráficos gerados são por fim relacionadas a tendências observadas por mim através de análise empírica ao escutar as canções em questão. Essas tendências relatam tipos ideais encontrados em músicas de diversos estilos como: o eu poderoso e o culto à riqueza. São criadas, portanto, categorias para que se possa identificar o demasiado enaltecimento de si, a propaganda de marcas famosas, o reforço do ideal do sonho americano meritocrático e outros elementos que aqui são balizados como peças chave da racionalidade neoliberal. Ainda, a mesma metodologia pode ser utilizada para qualquer arquivo em Word ou PDF que contenha o formato texto sendo fácil de ser aplicada em diversos tipos de pesquisas.

MOBILE HISTORY:

PRESERVAÇÃO HISTÓRICA NO CONTEXTO DAS SMART CITIES

Jênifer de Brum Palmeiras

Doutoranda Programa de Pós-Graduação em História/UPF
(Bolsista CAPES)

Segundo o *Cities in Motion Index* (CIMI), desenvolvido pelo IESE Business School, na Espanha, existem 10 dimensões que devem ser levadas em consideração para determinar o grau de inteligência de uma cidade. Cada uma delas é composta por indicadores que ajudam a pontuar os aspectos de cada um dos locais avaliados, e o primeiro é o Capital Humano, que leva em consideração os investimentos realizados para o desenvolvimento da própria sociedade, avaliando, por exemplo, a proporção de pessoas que tiveram acesso ao ensino superior e os números de universidades, museus, galerias de arte etc. Todos esses aspectos e muitos outros são essenciais para que a população se envolva com a identidade da cidade, gerando o sentimento de pertencimento e ajudando a divulgar o patrimônio histórico e cultural. O patrimônio inteligente é um conceito já aplicado em projetos que executam alternativas inteligentes para a conservação do patrimônio cultural, como a *Smart Heritage City* (Avila/Espanha), projeto do programa *Interreg Sudoeste* que aborda o desafio inovador de criar uma ferramenta única de código aberto para gestão de centros urbanos históricos e facilitar o trabalho das autoridades competentes na tomada de decisões. A proposta deste trabalho é descrever o projeto *Mobile History* como alternativa para a preservação histórica no contexto da *Smart Cities* numa cidade do noroeste do Rio Grande do Sul.

JOGANDO COM A HISTÓRIA:

OS JOGOS ELETRÔNICOS COMO FERRAMENTA DE ENSINO E APRENDIZAGEM NA SALA DE AULA

Jorgeana Roberta Alcantara Teixeira

Mestranda Programa de Pós-Graduação em Educação/UFJF

Kássia Maria de Souza Barros

Graduada em História/UFJF

Nesta pesquisa temos como objetivo analisar as potencialidades educativas presentes nos jogos eletrônicos contemporâneos, enquanto ferramenta didática no ensino de História. Partindo dessa análise, visamos entender e problematizar qual a construção de conhecimento histórico esses alunos obtêm através dos games, e como eles podem complementar na apreensão de conteúdos em sala de aula ajudando os alunos em seu processo de aprendizagem. Para a realização da pesquisa realizamos um trabalho de campo com alunos do 3º ano do ensino médio, a qual levamos um jogo que retratava um fato histórico para que eles jogassem no horário pós turno. A partir do jogo realizamos uma pesquisa com os mesmos sobre o que eles aprenderam jogando e que o jogo trazia de novo para eles, que o professor de História não tinha comentado em sala sobre o momento histórico retratado no jogo. É importante ressaltar que o jogo utilizado por nós foi a franquia *Call Of Duty: World at War* específico sobre a Segunda Guerra Mundial, lançado em novembro de 2017. É um game eletrônico produzido pela empresa *Sledgehammer Games*, assim em nossa pesquisa não deixamos de observar e salientar sobre a questão mercadológica e uma visão norte americana sobre o fato histórico presente na produção. Tendo por objetivo analisar como a história, enquanto conteúdo se faz presente nos jogos fora da sala de aula e o quanto os jogos

podem contribuir na aproximação entre alunos, conteúdo escolar e professor, tornando-se uma prática inovadora. Como resultado, apresentamos reflexões acerca das estratégias de ensino e aprendizagem e a experimentação de novos métodos de abordagem educacional, os quais possam contribuir com a prática dos professores para utilizá-los como recursos didático-pedagógicos no ensino de História. Afinal, acreditamos que a mediação do professor se faz fundamental e indispensável para resultar em um conhecimento histórico significativo.

O PATRIMÔNIO CULTURAL NAS CIDADES INTELIGENTES

Juliana Martins de Castro Barroso

Doutoranda Programa de Pós-Graduação em Gestão & Organização do Conhecimento/UFMG

O artigo tem como objetivo a investigação da temática da preservação patrimonial no contexto das cidades inteligentes. As *smart cities*, ou cidades inteligentes, constituem uma proposta relativamente recente, cujos primeiros estudos datam da década de 1990, e que começou a se difundir a partir da década de 2010. Essas propostas visam transformar o espaço urbano e seus serviços de modo “inteligente”, com o uso das novas tecnologias da informação e comunicação (TICs), em vários campos de atuação, tais como saúde, mobilidade, segurança, dentre outros. Entretanto, observa-se nessas propostas uma abordagem quase inexistente a questões relacionadas ao patrimônio cultural, o que motivou o presente estudo. Para tanto, foi realizada uma revisão sistemática de literatura

(RSL), contando com 56 publicações de diferentes países, conjunto que revela algumas questões importantes para o campo patrimonial frente a projetos de *smartificação* de cidades, como as que já vem ocorrendo no Brasil. Como conclusões, aponta-se a proposta desses estudos de constituição de uma nova forma de preservação patrimonial – o “patrimônio inteligente”, discutindo suas implicações, limitações e possibilidades.

FOTOGRAFIA CIENTÍFICA NO ACERVO MAST: POSSIBILIDADES A PARTIR DA HISTÓRIA DIGITAL

Mariza Pinheiro Bezerra

Museu de Astronomia e Ciências Afins (Bolsista PCI/MCTI-CNPq)

Através de projetos de pesquisa o Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST), instituição sediada no Rio de Janeiro, tem explorado as potencialidades do meio digital para a popularização da história do desenvolvimento científico e tecnológico no Brasil. Aliando a História Social das Ciências à História Digital neste museu foi formulado o projeto “Portal de História da Ciência e Tecnologia no Brasil” (PHCT), que tem como objetivo a criação de uma base de dados e um portal interativo que apresentem parte do acervo iconográfico disposto no Arquivo de História da Ciência (AHC-MAST). Diferentes questões surgiram no decorrer do projeto, e muitas estão relacionadas aos desafios enfrentados pela equipe de pesquisadores na aquisição de técnicas e abordagens para

a produção de conhecimento histórico em meio digital. Outras refletiam a preocupação com o projeto pedagógico da iniciativa, voltada a um público em idade escolar, mas que uma vez disponível na web poderá ser acessada por diferentes usuários. Esta comunicação pretende focar nas questões referentes ao uso de fotografias científicas como possibilidade para popularização da história da ciência e tecnologia brasileiras em meio digital. Tomando como ponto de partida esse tipo de iconografia, reunida no acervo do museu, dois enfoques serão dados a esta comunicação. Em primeiro lugar, serão apresentados argumentos que reforçam o papel de historiadores na análise e divulgação de fotografias produzidas pela ciência. Segundo, e a partir da experiência obtida no projeto PHCT – MAST, serão indicadas algumas possibilidades para popularização dessas imagens históricas no meio digital.

HUMANIDADES DIGITAIS:

PASSOS EM PROL DA CONSTRUÇÃO
DA COMUNIDADE DE PRÁTICAS DIGITAIS
INTERDISCIPLINAR NO BRASIL

Priscila Ramos Carvalho
Ricardo Medeiros Pimenta

Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia e
Universidade Federal do Rio de Janeiro

A relação das humanidades com a computação começou praticamente quando surgiram os primeiros computadores na década de 50 do século XX, como caso do *Index Thomisticus* do

padre jesuíta Roberto Busa sobre a obra de São Tomás de Aquino, utilizando equipamentos informáticos desenvolvidos na Segunda Guerra Mundial (ALVES, 2016). Porém, foi o advento da internet que potencializou toda pesquisa científica e possibilitou a maior interação entre os meios digitais e os investigadores das Ciências Humanas e Sociais, Artes e Letras. A internet alavancou a digitalização de fontes de informação que teve como objetivo a reprodução do documento impresso em formatos digitais, ou seja, a conversão destes em *bytes* de maneira tal a serem interpretados por máquinas. A mudança do documento original para objeto digital ocorre através de equipamentos (scanner planetário), programas (OCR) e formatos (PDF/A) capazes de realizar o processo de transformação digital. Os objetos digitais carregam dados estruturados e não-estruturados que se integram ao conceito de *big data* em relação ao volume, variedade, velocidade e variabilidade. O crescimento de informações digitais e digitalizadas junto a tecnologias de informação permitiram o surgimento de novos estudos, métodos e insights científicos. Nesse contexto, emerge uma comunidade de práticas interdisciplinares que fornece métodos baseados em ferramentas e fontes digitais, intitulada Humanidades Digitais (ALVES, 2016). O Manifesto das Humanidades Digitais em maio de 2010 propôs algumas definições como as implicações da produção e divulgação do conhecimento digital na sociedade, demonstrando sua característica crítica e quiçá política em relação ao uso das tecnologias, assim como se posiciona transdisciplinar, “portadora dos métodos, dos dispositivos e das perspectivas heurísticas ligadas ao digital no domínio das Ciências Humanas e Sociais”.

ST 6 - IMIGRAÇÃO, COLONIZAÇÃO E MOVIMENTOS SOCIAIS

Os movimentos migratórios históricos e contemporâneos possuem motivações múltiplas, tanto coletivas - sociais, econômicas, políticas, culturais, religiosas, desastres naturais, guerras - quanto individuais. Este Simpósio Temático (ST) tem como objetivo debater e refletir sobre a temática dos processos migratórios regionais e transnacionais, contemplando a inserção dos imigrantes na sociedade de recepção, tanto no espaço urbano quanto no espaço rural. Congrega pesquisas que tratem dos múltiplos fatores que dão origem às migrações, nos distintos espaços e tempos, propondo diferentes olhares e abordagens, ampliando as discussões já existentes e propiciando novos debates. Nesse leque de possibilidades, recebe estudos que abordem os imigrantes e seus direitos durante a pandemia do Covid-19; políticas migratórias, refugiados e exilados; os imigrantes e os seus ofícios, saberes e fazeres; colonos, colônias e colonizadoras; terras, produção agrícola e políticas públicas; conflitos agrários e movimentos sociais; etnicidade, religiosidades e gênero; literatura e imprensa étnica. Portanto, este ST reforça a pertinência e centralidade do debate sobre a problemática das migrações históricas e atuais, bem como se propõe a avançar nas discussões na área das Ciências Humanas e Sociais, dialogando com as diferentes possibilidades de pesquisa e abordagens conceituais, teórico-metodológicas e empíricas, se constituindo em um importante espaço para o diálogo e troca de experiências entre discentes, profissionais, pesquisadores e demais interessados nessa temática.

Coordenadoras: Indaia Dias Lopes (UPF)
Marinilse Marina (UPF)
Kalinka de Oliveira Schmitz (Unisinos)

REDUÇÃO DE SANTO ÂNGELO CUSTÓDIO:

DECADÊNCIA E REPOVOAMENTO

Andressa Domanski

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História/UPF

O presente trabalho tem como objetivo a apresentação um pequeno fragmento da pesquisa realizada sobre a redução jesuítica de Santo Ângelo Custódio e o repovoamento no século XIX. Para início, será apresentado um panorama sobre a referida redução, contendo sua localização, desenvolvimento e aspectos significativos sobre sua existência durante parte do século XVIII. Em um segundo momento, será apresentado o contexto em que a redução se encontrava quando ocorreu sua derrocada, assim como, em principal foco, a segunda metade do século XIX, sob o olhar dos viajantes como Saint-Hilaire e Carlos Pettermann, a partir de seus registos sobre o que havia restado da missão jesuítica e detalhes importantes para elucidar a situação em que estavam as edificações do povoado. Também será abordado sobre os (i)migrantes que deram início ao repovoamento da região, primeiras edificações como o caso da igreja, intendência municipal e arredores. Na etapa seguinte, a iniciativa de construção da Catedral Angelopolitana, edificação presente no mesmo espaço em que antes serviu para duas igrejas anteriores: a da redução e da do repovoamento. Esse estudo será realizado a partir de uma revisão bibliográfica apoiada em autores como Nagel (1994), Finokiet (2003), Pippi (2007), Marchi (2011) entre outros. Como resultados do trabalho apontamos o conhecimento e a compreensão do processo de decadência da redução de Santo Ângelo Custódio, seu repovoamento e construção da Catedral Angelopolitana hoje presente no Centro Histórico do município de Santo Ângelo.

NARRATIVAS E PRÁTICAS COLONIAIS EM PORTUGAL E FRANÇA:

ADMINISTRAÇÃO, LAICIDADE E ISLÃO

Camila Guidolin

Doutoranda Programa Interuniversitário em História/ISCTE – Lisboa

A presente comunicação analisa em que medida a narrativa sobre o Islã e as populações muçulmanas construída na perspectiva do Estado laico criou, prática e discursivamente, uma relação oscilante entre a integração e a repressão face à configuração de pertenças religiosas em Portugal e França na segunda metade do século XX. Norteiam a nossa pesquisa os processos de descolonização portuguesa e francesa em África – Moçambique e Argélia, respectivamente - e o quadro de tensões formulado diante desses movimentos, cujo efeito mais imediato foi a construção de novas abordagens diante do Islã pelos estados coloniais. Exploramos a construção de um modelo político-administrativo cujo reflexo fez-se perceber nos meios jurídicos, nos projetos sociais e nas conjunturas políticas desses países. Inscrito diante de uma perspectiva comparada, o nosso trabalho forma, a partir de pesquisa documental em arquivos nacionais portugueses e franceses, um quadro analítico que questiona os projetos colonialistas mantidos por Portugal e França e os argumentos que os sustentaram. Esse quadro de relações alterou-se mediante a promoção de políticas de aproximação, na elaboração de discursos de alteridade ou pela implementação de práticas administrativas divergentes, mas também através dos diferentes movimentos internos que acompanharam o desenvolvimento dessas sociedades. Em outro nível de debate, observamos as motivações que impulsionaram os processos migratórios dessas populações,

talvez com algumas exceções, constataremos que os imigrantes se estabelecem em novos territórios não por motivos religiosos e nem com o intuito explícito de aqui formarem instituições islâmicas. No entanto, em ambos os casos - Portugal e França - percebemos a formação de conselhos, órgãos e associações que interpelam e mesmo oficializam o discurso das comunidades muçulmanas. Analisar os impasses que essa relação representou para os objetivos político-administrativos definidos como guias na elaboração dos projetos nacionais durante o período da colonização tardia é fundamental se quisermos compreender os processos migratórios subsequentes, o desenvolvimento de políticas de identidades e a construção das percepções e representações para um Islã pós-colonial.

O PROCESSO DE FORMAÇÃO DAS COLÔNIAS DE SERRO AZUL

Carla Cristine Spies Stallbaum

Mestranda Programa de Pós-Graduação em História/UPF

Durante a primeira metade do século XIX houve intensa propaganda do Governo Imperial para a imigração de europeus com destino ao Brasil, especialmente para a Província Do Rio Grande de São Pedro. O povo que aqui chegou como o maior em número de imigrantes foi o povo germânico. Depois de quase 100 anos de sua formação, as chamadas “Colônias Velhas” estavam super povoadas e sem condições de abrigar a quantia de moradores que lá viviam. Muitos imigrantes e filhos de imigrantes, já no início do século XX, migraram para regiões ainda despovoadas do Estado, dessa forma, chegando ao território das Antigas Missões Jesuíticas Espanholas.

Nestes territórios, geralmente financiados por empresas privadas ou cooperativas, fundaram as novas colônias. A maioria destas novas colônias se baseou na confessionalidade religiosa a fim de organizar-se e na venda dos lotes de terras para os migrantes e proporcionar um desenvolvimento econômico-social para os habitantes das comunidades. A Companhia de Colonização Bauerverein, que tinha por objetivo abrir novas fronteiras agrícolas no estado para o assentamento de colonos descendentes de imigrantes alemães, decidiu vender lotes de terras na região noroeste do Rio Grande do Sul. A companhia férrea Nord-west-bahn foi contratada pelo governo do Estado para construir a linha férrea que interligasse Tupanciretã e São Luiz Gonzaga a Uruguaiana, em troca a companhia poderia vender lotes de terra dentro de uma faixa de 5 km ao longo da ferrovia. Assim, sob o comando do padre jesuíta Maximiliano Von Lasberg, lá chegaram as primeiras famílias de colonos oriundas da região de Montenegro. A colonização, oficialmente iniciada no dia 4 de outubro de 1902, tinha como alvo as terras férteis e cobertas por mata virgem entre os rios Ijuí e Comandá: a colônia Serro Azul. Em 1908, chegam a Serro Azul, vindos de São Sebastião do Caí, os primeiros imigrantes luteranos que, devido à sua orientação religiosa, são direcionados ao extremo oeste da colônia, vindo a formar núcleos de religiosidade evangélica que perduram até a atualidade.

A CONDIÇÃO DAS MULHERES COLONAS (I) MIGRANTES ALEMÃES DO SUL DO BRASIL:

REVISÃO HISTORIOGRÁFICA

Carlise Schneiders

Mestranda Programa de Pós-Graduação em História/UPF

O objetivo central da pesquisa é levantar a bibliografia e analisar a presença das mulheres colonas alemãs e suas descendentes na historiografia. Por muito tempo, historiadores tradicionais positivistas deixaram personagens importantes da história em segundo plano. As mulheres fazem parte desse grupo, dentre elas, as mulheres colonas e suas descendentes. Até meados dos anos 1970, a história da colonização, das imigrações em massa para o Brasil foram contadas pela perspectiva masculina, branca e europeia. A partir da popularização da Nova História, outras narrativas também puderam ser pesquisadas e escritas, dentre estas, a história das mulheres colonas alemãs e suas descendentes do sul do Brasil. Para realizar o balanço historiográfico, o texto se divide em duas partes. A primeira trata das obras clássicas dentro da temática das mulheres na colonização, referenciais indispensáveis para construir a história das mulheres no Brasil. A segunda parte trata especificamente das obras sobre as mulheres colonas alemãs e suas descendentes e quais os pontos abordados. Dentro das análises, observa-se as metodologias de pesquisa adotadas, as fontes escolhidas e o referencial teórico de cada pesquisa. O processo migratório e de expansão agrícola no Sul do Brasil tem características distintas de outras regiões, dessa forma, reconhecer as mulheres como protagonistas desses fluxos migratórios e da organização dessas comunidades é fundamental para o avanço da pesquisa. Conclui-se, dessa forma, que o estudo acerca das mulheres colonas avançou nos últimos anos, contudo,

a produção historiográfica ainda pode se aprofundar na temática, principalmente no que tange às comunidades rurais.

AS RELAÇÕES DE GÊNERO E O PATRIARCADO:

UM OLHAR PARA A IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

Eliane Salete Bruneto

Mestranda Programa de Pós-Graduação em História/UPF

O presente artigo tem por objetivo analisar algumas questões referentes as relações de gênero e a categoria de estudo mulheres, partindo das discussões sobre o conceito do que é gênero, a diferença desse termo e de sexo e como o mesmo foi incorporado ao movimento feminista. Ao levarmos em consideração os inúmeros avanços alcançados pelas mulheres no que se refere a essas questões, através das lutas e reivindicações realizadas, percebemos que ainda existe uma questão cultural no que se refere ao trabalho e as ocupações femininas e masculinas, são papéis socialmente destinados aos homens e as mulheres construídos e incorporados pelas pessoas como se fossem naturais, sendo que muitas delas estão estruturadas não somente pelo sistema capitalista, mas possuem raízes no patriarcado. Como podemos perceber, historicamente, esse sistema influenciou na formação da sociedade brasileira, em especial no Rio Grande do Sul, através da imigração e colonização. As diferenças sexuais dizem respeito às classificações sociais de masculino e feminino, concepções estas que possuem historicidade, por isso os estudos sobre a condição da mulher, na perspectiva de gênero e sexualidade devem ser entendidos como um modo de ouvir as histórias e dar

voz não somente as mulheres, mas sim aos que são considerados diferentes. É importante ressaltar que esse trabalho apresenta alguns pontos de vistas e que não se tem a pretensão de encerrar as discussões sobre o tema apresentado acima, apenas ampliar as reflexões.

“PARA LONGE VAI O IMIGRANTE, PARA OUTRA TERRA DISTANTE”- REPORTAGENS SOBRE A SOCIEDADE TERRITORIAL MOSELE, EBERLE E AHRONS LTDA (DÉCADA DE 1930)

Gabriela Luiza Magro

Mestranda Programa de Pós-Graduação em História/UPF

A pesquisa analisa o projeto de colonização e os sujeitos da *Empresa Colonizadora Ahrons Ltda* estabelecida, primeiramente, em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, após na região de Marcelino Ramos e por fim, atravessando o Rio Uruguai e se estabelecendo na antiga região de Cruzeiro em Santa Catarina, entre 1910 a 1930 e assim, visando também os imigrantes já instalados no estado que persuadidos pelas propagandas da empresa deixam sua habitação para residir nestas novas terras “boas e férteis” no oeste de Santa Catarina, as habitações novas e a regularização do acesso à terra. O objetivo é analisar a representação da Colonizadora Ahrons na imprensa Catarinense, nos jornais *Notícia* e *A República* e os representantes da empresa Eberle, Mosele e Ahrons. A partir da verificação das notícias, é possível perceber como esse projeto foi visto regionalmente. O estudo contribui para compreender o projeto colonizador da empresa e qual as técnicas usadas para expandir sua colonização, além disso, como era aceito este apanhado de terras

por parte da colonizadora pela imprensa que situava-se basicamente na região norte do estado, a qual já era mais desenvolvida, mas também como a empresa e suas colônias eram representadas por estar inserindo diferentes sujeitos no espaço agrário da região. Em escala de observação reduzida, utilizando das discussões paradigma indiciário, busca verificar a atuação da Companhia e o escritório de colonização aberto na região. O estudo da Empresa, uma companhia particular que gerava colônias particulares, permite perceber a complexidade do trabalho em busca do migrante, o discurso amplo acerca do local para conseguir atraí-los, o empenho em reconhecer, delimitar e vender as terras e formar uma colônia baseada no lote colonial. Como fontes de pesquisa, utiliza-se a documentação produzida pela Empresa Colonizadora Ahrons Ltda, os jornais de época, mapas e revisão bibliográfica. Portanto, a pesquisa permite afirmar que a Empresa atuou diretamente na delimitação da propriedade agrária em Cruzeiro, definindo a política de colonização. Cria-se núcleos coloniais, atraindo elevado número de colonos, dinamizando, por efeito, a paisagem e a produção da região.

ORIGEM, CONCEPÇÃO E LÓGICA RECENTE DO PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR (PRONAF)

Indaia Dias Lopes

Doutoranda Programa de Pós-Graduação em História/UPF

 PRONAF foi a primeira política pública formulada a nível nacional para a agricultura familiar e contribuiu para a con-

solidação do conceito de agricultura familiar no Brasil, conferindo legitimidade social e reconhecimento desta categoria social enquanto um segmento produtivo. Esse programa foi construído de forma participativa, com o envolvimento de diferentes segmentos da sociedade, tais como entidades representativas de agricultores e gestores de política pública (BIANCHINI, 2015). Para Abramovay (2002), o Pronaf é considerado uma das mais importantes conquistas dos movimentos sociais brasileiros contemporâneos. Neste contexto, este trabalho tem como objetivo discorrer sobre a história do Pronaf, buscando compreender os avanços e as principais dificuldades no âmbito desta política pública. A abordagem utilizada ampara-se teoricamente na História Social. Este trabalho faz parte da tese da autora que ainda está sendo desenvolvida e foi organizado com os resultados preliminares da primeira etapa do estudo. Constitui-se em uma pesquisa exploratória, com abordagem qualitativa dos dados coletados por meio de revisão bibliográfica em livros, artigos e legislação. A Constituição Federal de 1988 representou um marco legal para a agricultura familiar enquanto categoria social, oportunizando novos espaços para participação social e reconhecendo direitos para esta categoria (GRISA; SCHNEIDER, 2015). A Resolução nº 2.191 de 1995 instituiu o Pronaf e definiu os requisitos para os beneficiários. Picolotto e Medeiros (2017) salientam que a agricultura familiar ganhou notoriedade no Brasil a partir da luta dos movimentos sociais e da implementação do Pronaf. No entanto, a agricultura familiar para o qual o Pronaf foi criado não é um segmento novo ou criado a partir desse programa, mas a criação dessa política pública representou um avanço nas lutas já empreendidas por esse grupo social. Conforme Aquino, Gazolla e Schneider (2016), historicamente a região Sul do Brasil, especialmente o estado do Rio Grande do Sul (RS), apresenta os melhores indicadores tanto de produção, quanto de produtividade

em termos de agricultura familiar e concentra a parcela mais capitalizada desse segmento. Porém, há diversas críticas na literatura acerca da concentração dos créditos do Pronaf nessas regiões, o que, conforme Schultz e Ahlert (2016), pode influenciar nos resultados do programa, descumprindo sua função social.

A FACE INVISÍVEL DAS MULHERES IMIGRANTES POLONESAS NO BRASIL

Isabella Czamanski Rota

Doutoranda Programa de Pós-Graduação em História/ UPF
(Bolsista CAPES)

Ainda que não fosse permitido que mulheres imigrassem sozinhas da região que hoje corresponde ao território polonês para o Brasil, elas se fizeram amplamente presentes no movimento migratório que se iniciou no final do século XIX, já que famílias inteiras desembarcaram em solo brasileiro objetivando se tornarem proprietárias de terras cultiváveis. As mulheres polonesas que vieram ao Brasil ocuparam, principalmente, os papéis de mães e filhas no princípio. Posteriormente, comunidades inteiras da etnia polonesa foram estabelecidas, além de outras com grupos mistos de imigrantes, tornando a mulher parte imprescindível da sociedade formada a partir do movimento migratório em diversas partes do país, com destaque para a região sul, ainda que suas contribuições não fossem vistas como importantes em uma sociedade industrial. Nas últimas décadas, muito se tem discutido acerca das questões de gênero dentro da História e outras áreas das ciências humanas e sociais. As mulheres, outrora ignoradas, senão, excluídas, passam a protagonizar estudos que buscam compreender suas contribui-

ções para a sociedade e suas percepções da realidade. O presente artigo busca desenvolver reflexões acerca da importância de estudos acerca da mulher imigrante, com foco na polonesa, identificando questões já abordadas dentro do tema e outras que ainda podem vir a ser respondidas a partir de diferentes fontes, como a fotografia, que torna visível a face até então invisível destas mulheres, e abordagens, como através da História Oral, onde as vozes das mulheres que compõe o grupo identitário das imigrantes polonesas podem ser ouvidas, revelando seus pontos de vista, seus sonhos e expectativas sobre suas vidas longe de sua terra natal.

A IDENTIDADE CABOCLA

Jane Cunha

Mestranda Programa de Pós-Graduação em História/UPF

A expressão “caboclo” tem sido cunhada para designar o sujeito que convive em diferentes espaços geográficos, de norte a sul do Brasil, relacionado a um perfil étnico fruto da miscigenação entre o europeu oriundo da península ibérica, normalmente o lusitano com o índio ou ainda, da união do índio com o negro remanescente da escravidão. Algumas características em comum desse agrupamento social são a forte vinculação com a natureza, sendo que dela faz uso para garantir sua sobrevivência, mas também dela se serve de forma predatória, relacionado isso mais a sua desinformação do que ao intuito de espoliar; a sua condição de pobreza; a ausência da propriedade da terra ou a propriedade de áreas pequenas; o discurso socialmente utilizado com o intuito de desmerecê-los, trazendo uma conotação pejorativa em praticamente todos

os aspectos, o que demonstra um forte preconceito relacionado a este grupo social. Ao analisar essas variáveis, pretende-se modificar a vinculação do nome caboclo a um tipo étnico específico, bem como alterar a noção de que todo caboclo é o tradicional caipira colono, tão propalado pela bibliografia existente, e que acredita-se não seja, atualmente a mais abrangente e adequada designação, já que entende-se que a palavra caboclo está associada à identidade, a qual não reconhece raças ou fronteiras simplificadoras, sejam elas da natureza que forem, podendo esse sujeito social estar presente em todos os estratos sociais.

ANALISANDO A "ENXAMAGEM" A PARTIR DAS FONTES (COLÔNIA CONVENTOS, SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX)

Júlia Leite Gregory

Doutoranda Programa de Pós-Graduação em História/
UNISINOS

A Colônia Conventos foi fundada em 1855, no município de Taquari, pela empresa Batista Fialho & Cia. A colônia recebeu principalmente imigrantes de origem germânica, que se deslocaram tanto direto da Europa como das colônias mais antigas. Combinando as informações contidas no mapa estatístico de Conventos do ano de 1861 e dados genealógicos sobre os seus habitantes, conseguimos analisar a relação existente entre a trajetória das famílias e o estado de desenvolvimento de cada propriedade, tendo como objetivo levantar hipóteses a respeito da migração interna ocorrida na província. Notou-se diferenças entre famílias que

migraram diretamente da Europa e outras que migraram internamente. No mapa estatístico é possível localizar lotes de diferentes tamanhos em Conventos, que variam de 18 (um quarto de colônia) à 290 hectares (4 colônias), sendo que os lotes menores, que representam 72, 36 e 18 hectares, são a grande maioria. As propriedades maiores, que variam entre 109 e 290 hectares, foram adquiridas por pessoas que nasceram na Europa, mas que tiveram Conventos como segundo lugar de moradia. Elas migraram, principalmente, de São Leopoldo e de Petrópolis, com exceção de Jacob Scherer Júnior, que já nasceu em São Leopoldo e adquiriu duas colônias de terras em Conventos. Nenhuma delas migrou diretamente da Europa. Para as famílias que migraram internamente foram identificados um maior número de integrantes, a posse de gado *vacum* e maiores propriedades, visto que estavam em um outro momento do ciclo familiar. Quanto maior o número de integrantes na família, maior deveria ser a propriedade, para garantir a reprodução do grupo. Acredita-se ainda que essas famílias não tiveram tanta dificuldade para pagar o lote adquirido, pois tinham mais recursos para investir, já que estavam a mais tempo na província. Além disso, a migração interna se dava frente às demandas de reprodução das famílias e ampliação futura das áreas cultivadas, sem que com isso fosse necessário a separação dos grupos. Isso significa que havia uma lógica que fazia as famílias se deslocarem e que era respeitada pelo processo de colonização.

A COLONIZAÇÃO NO NORTE RIO-GRANDENSE E O AVANÇO COLONIAL A TERRAS CATARINENSES NA PERSPECTIVA DOS FUNCIONÁRIOS DO GOVERNO DO RIO GRANDE DO SUL

Kalinka de Oliveira Schmitz

Doutoranda Programa de Pós-Graduação em História/
UNISINOS

A colonização do território rio-grandense, iniciada em 1824, se expande gradualmente, conforme a população de origem colonial – imigrantes e descendentes destes – se expande. Durante a primeira parte da colonização no Estado, até 1889, a região colonial se expande a partir da colônia São Leopoldo; após essa data ocorre o salto para o Planalto, iniciando a fase das colônias novas, onde se observa a movimentação do governo estadual para organizar e acompanhar tais ações – através de órgãos como a Diretoria de Terras e Colonização e as Comissões de Terras e Colonização –, fossem elas públicas ou particulares, resultado das influências positivistas que haviam dentro do governo do Partido Republicano Rio-grandense, que governou o Rio Grande do Sul por boa parte da Primeira República. Avançando sistematicamente, a colonização alterava paisagens, a formação agrária da região e impactava também as populações que já viviam ali. Dentro dos órgãos criados para controlar de perto a imigração e a colonização, passou a existir o entendimento de assistir aos colonos de colônias particulares, além de incluir os caboclos em seus projetos públicos. Mas tal como a expansão da área colonial fez necessária a expansão para o Planalto, a partir de 1914 (ROCHE, 1969), inicia a liquidação da colonização no Rio Grande do Sul. Caminho lógico para a expansão colonial seguir, a partir do final da década de 1910 inicia-se a migração de colonos para além do rio Uruguai. Assim sendo, ob-

servamos a saída de colonos do Rio Grande do Sul em direção à Santa Catarina. Tal movimento é observado pelos funcionários dos órgãos rio-grandenses que trabalhavam com a questão de terras e colonização, e que teciam duras críticas à maneira com que estava ocorrendo a colonização no Estado vizinho, distinta da maneira como eles entendiam ser a correta. Dessa forma, pretendemos neste trabalho discutir e analisar a colonização realizada pelo governo rio-grandense e pelo governo catarinense, levando em consideração as semelhanças e diferenças em tais projetos, e quais foram os caminhos para tais diferenças.

REDES E ESTRATÉGIAS MIGRATÓRIAS FRIULANAS PARA A REGIÃO DE COLONIZAÇÃO ITALIANA DO RIO GRANDE DO SUL (1882-1960)

Marinilse Marina

Doutoranda Programa de Pós-Graduação em História/UPF
(Bolsista FAPERGS)

Impulsionados pela diversidade que representava a imigração europeia, que foi difundida em inúmeros aspectos na América Latina, especialmente no estado brasileiro do Rio Grande do Sul, os imigrantes, em função principalmente da Lei de Terras de 1850 – que proporcionava vantagens para aqueles dispostos a colonizar esta parte meridional do país – foram considerados generalizadamente como agricultores, e muitos, mascarados dentro de uma cultura italiana vêneta, representada pelo grande contingente de imigrantes provindos de tal região. Nesse sentido, algumas particularidades no

espectro dos ofícios e da cultura de alguns imigrantes italianos suscitam determinadas questões: todos os imigrantes que se fixaram no Sul do Brasil eram propriamente agricultores e emigrados da região do Vêneto? Por que alguns destacaram-se em ofícios diversos do agrícola? De onde provinham os sujeitos italianos com idioma e práticas culturais distintos dos demais? Qual é o perfil deste grupo? Por meio destes questionamentos gerais, chega-se às particularidades de um grupo familiar distinto aos vênnetos, que se instalou na colônia Dona Isabel e, após, Guaporé. O grupo provém da região denominada Friuli Venezia Giulia (FVG), que isoladamente já apresenta uma série de particularidades por localizar-se em um ponto de tríplice fronteira – Itália, Áustria e Eslovênia – e, conseqüentemente, englobar múltiplas identidades étnicas e culturais, e proporciona uma gama de estudos. Em função das inúmeras especificidades apresentadas em todo o território italiano, é necessário delimitar o local de partida do grupo imigrante em análise, ponto inicial da pesquisa. Neste estudo de caso, atentando para a parte ocidental do FVG, denominada Friuli ocidental, são consideradas as seguintes localidades: Poffabro, localizada na comune de Frisanco, e Mezzomonte, localizada na comune de Polcenigo, que compõem com outras áreas o cenário apenino do Friuli ocidental. No período emigratório dos sujeitos analisados para o Rio Grande do Sul – década de 1880 –, os territórios italianos elencados pertenciam à província de Udine; com o decorrer dos anos, em função de questões territoriais, passaram a fazer parte da província de Pordenone, sendo atualmente denominados como Friuli ocidental.

A QUESTÃO ASSÍRIA E A CAMPANHA ANTI-IMIGRATÓRIA DA IMPRENSA FLUMINENSE (1932-1934)

Rodrigo Luis dos Santos

Doutorando Programa de Pós-Graduação em História/
UNISINOS (Bolsista CAPES)

Em 1932, a Liga das Nações, entidade internacional nos mesmos moldes do que seria atualmente a Organização das Nações Unidas (ONU), buscou junto ao governo brasileiro o assentamento de cerca de 20 mil refugiados assírios católicos. Sua instalação se daria na região norte do Paraná. Este grupo de imigrantes contava com a proteção da Grã-Bretanha. Não obstante, esta iniciativa encontrou incisiva oposição de grupos nacionalistas, especialmente a Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, que iniciou uma intensa campanha de oposição ao acordo proposto, tanto através dos espaços políticos, como a Assembleia Nacional Constituinte, instalada no ano de 1933, quanto na imprensa da época. Neste trabalho, a proposta central é analisar os discursos antiimigratórios que circularam nos jornais do Rio de Janeiro entre 1932 e 1934, especialmente no que tensionava a chamada questão assíria. Ao longo da década de 1920, o pensamento eugenista vou ganhando um espaço significativo junto ao pensamento intelectual e científico. Artigos eram publicados, assim como congressos e encontros foram realizados. Com o advento do golpe de Estado em 1930, também chamado de Revolução de 1930, as novas políticas (i)migratórias passaram a ser mais seletivas, onde alguns grupos étnicos passaram a ser rotulados como “indesejáveis”, destoantes do que se almejava para, dentro da perspectiva de Max Weber, formação de um “tipo ideal” de brasileiro. Entre os “mal vistos”, estavam japoneses, chineses, negros e, grupo sob o qual se desenvolverá esse trabalho, os

assírios. Os argumentos principais sobre estes grupos eram pautados na xenofobia. A questão assíria persistiu por dois anos, entre 1932 e 1934. Neste período, onde também ocorria a elaboração na nova Constituição Brasileira, parlamentares vinculados com o lobby nacionalista e antiimigrantista, procuraram inserir na lei medidas restritivas, que condicionassem a entrada e instalação de imigrantes no país - e, para alguns grupos, pudesse haver a suspensão definitiva. Quando notícias de que milhares de assírios seriam instalados na região norte paranaense, esforços foram coadunados para que este projeto de colonização não fosse efetizado - atendendo aos interesses de grandes proprietários rurais da região e de lideranças políticas e intelectuais. No centro do país, especialmente na então capital federal, o Rio de Janeiro, a imprensa também se engajou nesta “cruzada antiassíria”, abrindo espaço em suas páginas para confrontar a “tentativa de invasão de estrangeiros indesejáveis e incompatíveis” com a identidade nacional brasileira que se almejava. Neste trabalho, em suma, faremos uma análise geral do papel da imprensa fluminense na questão assíria, sobretudo nas tentativas de arregimentar a sociedade contra o pedido de refúgio feito pela Liga das Nações. Em decorrência do movimento de oposição articulado contra o aceite de imigrantes assírios refugiados levaram o governo a rever sua decisão de conceder abrigo e terras. Por fim, o decreto presidencial de junho de 1934, Getúlio Vargas proibiu a entrada de assírios no Brasil, perfazendo uma conquista dos nacionalistas que se empenharam em impedir a acolhida destes grupos étnicos.

TRAJETÓRIAS MIGRATÓRIAS E AS SUAS REDES:

EMIGRAÇÃO DE BRASILEIROS AO PARAGUAI (1970-1980)

Vanucia Gnoatto

Doutoranda Programa de Pós-Graduação em História/UPF

No presente trabalho estudam-se as trajetórias migratórias de brasileiros ao Paraguai, no período de 1970 e 1980. Objetivava-se analisar a influência e atuação das redes na migração de um pequeno grupo de brasileiros, tanto nas trajetórias desses ainda no interior do Brasil, quanto na emigração ao Paraguai. Vale enfatizar a existência, nesse grupo de entrevistados, de dois fluxos migratórios, sendo um deles originário dos estados do sul e o outro do sudeste brasileiro, com culturas e de classes sociais variadas, que migram para o estado do Paraná e após cruzar as fronteiras nacionais emigram para os distritos (municípios) do departamento (estado) de Alto Paraná, no leste do Paraguai, dentro do mesmo período histórico. O que esses grupos tinham em comum era a busca por terras ou pelos arrendamentos. Trata-se de um estudo de história oral, que se construiu a partir da coleta e análise de histórias de vida de e/ou imigrantes brasileiros residentes ou que residiam nos distritos do departamento de Alto Paraná. O trabalho justifica-se por trazer à academia trajetórias de vida de imigrantes, que muitas vezes não valorizadas. Por fim, pode-se constatar a itinerância dos imigrantes entrevistados. A influência das redes sociais, principalmente familiares, nas trajetórias migratórias desses sujeitos, através das propagandas de ofertas de terras, em grande quantidade, qualidade e por um preço acessível. Além da ajuda prestada por essas redes na inserção desses imigrantes nos locais de destino, tanto no interior da região do Sul do Brasil, como na região leste do Paraguai. O estudo

mostra assim, o protagonismo e a agência dos imigrantes, através das articulações realizadas por esses ao emigrar.

A IGREJA METODISTA NA COLÔNIA ITALIANA DA SERRA GAÚCHA (1887-1947)

Vicente Dalla Chiesa

Grupo de Estudos da História do Metodismo no Rio Grande do Sul
Instituto Teológico João Wesley/IPA

Embora já se possa considerar rica a literatura acerca da imigração italiana no Rio Grande do Sul, os estudos sobre o Metodismo local ainda são incipientes, e quase desconhecida a atuação da Igreja Metodista entre a população de origem italiana nesse estado. O objetivo deste texto é continuar um trabalho de supressão dessa lacuna que vem sendo empreendido pelo autor há alguns anos, apresentando um panorama geral do que foi a presença metodista entre italianos e descendentes. A Igreja Metodista surge na Inglaterra, no século XVIII, como um movimento de renovação dentro da Igreja Anglicana, liderada pelo clérigo John Wesley, e logo se espalhou pelas colônias inglesas da América do Norte, tornando-se, após a independência dos Estados Unidos, a maior denominação evangélica daquele país. No século XIX, dentro do movimento que foi posteriormente denominado Era Missionária, muitas missões protestantes, das mais diversas denominações evangélicas, se espalharam pelo mundo, e várias delas vieram à América do Sul. Esse processo chega ao Rio Grande do Sul em 1885, através da missão platina da Igreja Metodista, sediada em Buenos Aires e atuante no Uruguai. O pastor João da Costa Corrêa se estabeleceu em Porto

Alegre, criando a primeira congregação. Dois anos após, estabeleceram contato com ele imigrantes italianos estabelecidos nas antigas Colônias Dona Isabel e Conde d'Eu, que tinham tido contato com a Igreja Valdense na Itália. Os valdenses são os herdeiros de um movimento iniciado no século XII, no sudoeste da França, que foi considerado herético e perseguido, mas sobreviveu ao longo do tempo, chegando até o século XVI, onde seus representantes aderiram à vertente calvinista da Reforma. Com as lutas religiosas que se seguiram, as comunidades valdenses foram muito reduzidas, se limitando a alguns vales na região ocidental do Piemonte, na fronteira com a França, onde somente em 1848 lhes foi garantida igualdade de direitos civis. Como o Piemonte se tornou, posteriormente, o estado-núcleo da unificação italiana, à medida em que processo unificador ocorreu, os valdenses ganharam mobilidade na península, e se formaram comunidades na área nordeste da Itália, de onde partiu a grande maioria dos imigrantes que teve como destino o Rio Grande do Sul. A atividade metodista teve início com contatos do primeiro pastor estabelecido em Porto Alegre, João da Costa Corrêa, com italianos estabelecidos em Dona Isabel, atual Bento Gonçalves.

ST 7 - HISTÓRIA, ACERVOS E INSTITUIÇÕES DE MEMÓRIA

Nas últimas décadas, a ampliação dos debates historiográficos têm possibilitado ao fazer do historiador um alargamento da perspectiva interdisciplinar. O diálogo da História com a Arquivologia e a Museologia, para citar algumas, tem provocado debates e abordagens instigantes, a partir da problematização da criação e atuação das instituições de memória e a constituição de seus acervos. Marc Bloch (2001, p. 83) nos lembra que o historiador deve sempre atentar para o fato de que os documentos, e por extensão os diversos patrimônios que constituem os acervos, “não se encontram aqui ou ali, por intermédio de algum misterioso decreto dos deuses”. A conservação do patrimônio cultural consistiria então numa ação deliberada que contaria com várias etapas que levariam criação de condições, cuja intenção seria a de satisfazer as “necessidades de um certo grupo humano de conservar seus valores [...] de acordo com sua finalidade e valor” (MAROEVIC, 1997, p.4). Desnaturalizar a presença desses acervos e coleções nas instituições requereria ir além do “reconhecimento da identidade dos diferentes sujeitos atuantes”, procurando compreender “os distintos valores simbólicos que em um dado momento possibilitaram e legitimaram aquela aquisição” (ARAUJO, 2002, p. 3 apud NERY, 2015, p.2). possibilitando que esses espaços sejam compreendidos (e promovidos) como lugares “para contestação do poder, memória e identidade” (SCHWARTZ; COOK, 2004, p. 18). Alinhando-se às proposições da *Rede de Pesquisa em Acervos e Patrimônio Cultural* (REPAC), formada para articular interessados nas discussões de acervos sobre história, memórias, patrimônios e as diversas tipo-

logias de acervos histórico-culturais como museais, arquivísticos, bibliográficos, fotográficos, entre outros, a proposta deste Simpósio Temático, é provocar debates em torno do papel das instituições custodiadoras, nas mais diversas perspectivas, como: na organização e disponibilização dos acervos; na responsabilidade de indivíduos para a preservação documental; na constituição de coleções e acervos privados; bem como, nas relações interdisciplinares geradas na sistematização destes acervos, uma vez que tais reflexões evidenciam ao historiador que a própria “compreensão de determinada questão histórica passa também pela percepção do contexto em que estiveram e estão inseridos os documentos que serão fonte de pesquisa” (ARCE, 2015, p. 122). Deste modo, o ST visa reunir pesquisadores cujos estudos centram-se na constituição/dispersão de acervos e coleções; nos processos de aquisição, acesso e divulgação de acervos; nas instituições de memória e estruturação de políticas institucionais em relação à constituição e tratamento de acervos; na intervenção dos agentes em relação à seleção, organização e divulgação de acervos, além de profissionais que atuem junto a instituições de memória.

Coordenadores:

Djiovan Vinícius Carvalho (UPF)

Vanessa Gomes de Campos (UPF/AHCMPA)

Ana Inés Arce (UFRGS/

Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo)

HISTÓRIAS E SILÊNCIOS NO ACERVO DO MUSEU MUNICIPAL ALBINO BUSATO DE CASCA/RS (1990-2018)

Aline Nizzola Berton

Mestranda Programa de Pós-Graduação em História/UPF
(Bolsista FUPF)

Este trabalho, iniciado no ano de 2020, resultará na dissertação de Mestrado intitulada “Histórias e Silêncios no Acervo do Museu Municipal Albino Busato de Casca – RS (1990-2018)”. A proposição deste deu-se por motivações tanto pessoais como profissionais; pessoais pelo interesse no tema e na instituição de memória e profissionais pelo vínculo de trabalho que se estende desde o final do ano de 2018. Assim, a percepção de demandas por estudos e pesquisas nesta instituição deu origem ao presente trabalho. No ano de 2018, com a inauguração do então Museu Municipal Albino Busato, a trajetória do acervo e da casa acabaram por se entrelaçar. Através da dissertação objetiva-se identificar quais são as comunidades étnicas e as classes sociais que ocupam espaço no Museu a partir de objetos e porque foram “eleitas”, numericamente e exponencialmente. Parte-se da documentação primária disponível para pesquisa e de fontes orais para elaborar uma narrativa sobre esta historicidade ‘perdida’ do Museu. O estudo, em termos teóricos metodológicos, dialoga com a História Cultural e situa-se na fronteira entre a Cultura Material e a História. O cruzamento de fontes inclui revisão bibliográfica, documentos sobre o processo de emancipação do município, atas de várias esferas do Poder Público Municipal de Casca, entre outros. Buscaremos ampliar a nossa narrativa através de fontes orais, entrevistando pessoas que fizeram parte desse processo. Intenciona-se diminuir as lacunas dos não ditos e das informações não contidas nos documentos. O objetivo

geral é, portanto, contextualizar o processo de formação do Museu Municipal Albino Busato e seu acervo; quanto aos objetivos específicos pretende-se sensibilizar a população casquense sobre a importância da salvaguarda de seus bens culturais, bem como promover ações de aproximação entre a instituição e a população através da difusão de informações sobre esse acervo e a história local, e ainda buscar entender os silêncios e as narrativas compreendidas neste espaço cultural. Essa trajetória construída ao longo dos anos que resultou na criação desta instituição de memória municipalizada não foi simples e objetiva; implica questões estruturais como poder, memória e identidade. Este acervo nos provoca à medida que questionamos o que aqueles objetos tem a dizer sobre o presente e o passado desse município e da região; acervos que foram pretensamente escolhidos.

“INFELIZMENTE MUITA COISA SE PERDEU NESTE SÉCULO E MEIO”:

REFLEXÕES ACERCA DA FORMAÇÃO E
PRESERVAÇÃO DO ACERVO DE ARQUIVO
HISTÓRICO DE PORTO ALEGRE MOYSÉS VELLINHO
(AHPAMV)

Ana Inés Arce

Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo

“Infelizmente muita coisa se perdeu neste século e meio”, lamentava Francisco Riopardense de Macedo, em discurso proferido por ocasião na inauguração de nova sede do Arquivo Histórico de Porto Alegre, em 5 de maio de 1980. Nessa ocasião, também

se comemorava o “sesquicentenário” da instituição, pois havia se instituído, naquela época, que seu marco fundacional era a decisão da Câmara Municipal de inventariar o material documental e construir um armário para colocar o acervo (Ata da Câmara de Porto Alegre, 1830). A data seria contestada mais tarde, já que o Arquivo Histórico passaria a ter sua existência institucional, ainda que informal, no início da década de 1970, vinculado ao também informal setor de Divulgação Histórica (SMEC). No entanto, entende-se tenha sido uma tentativa de legitimar uma instituição que era bastante recente e também, o que se ressaltava constantemente no mencionado discurso, de alertar para a necessidade de se “ter cuidado com os papéis mais novos”, pois “sem má vontade nem má fé - [acreditava Macedo] - foram jogados no lixo preciosos papéis para o estudioso de hoje”. A pesquisa que iniciamos sobre a criação do AHPAMV e da trajetória de seu acervo procura compreender como esse processo de eliminação/preservação foi se dando ao longo de sua história. Percebemos que foi e é o resultado de inúmeros fatores (político-administrativos, teóricos, historiográficos, entre outros) que vão desde a organização da estrutura administrativa até a intervenção pessoal de determinadas figuras a frente dessas instituições, especialmente Walter Spalding (diretor de Diretoria de Arquivo e Biblioteca e do Serviço de Documentação) e Francisco Riopardense de Macedo (Arquivo Histórico de Porto Alegre). A proposta é tratar de alguns desses aspectos, que em algum momento puderam ser cruciais para que determinados conjuntos documentais fossem preservados ou não, do mesmo modo, pensar como atualmente os acervos vem se constituindo e a nossa responsabilidade como agentes na formação do patrimônio documental.

UM TOUR PELA HISTÓRIA DO E NO MUSEU VIRTUAL DO ÍNDIO:

APONTAMENTOS SOBRE A PRODUÇÃO,
CONSTITUIÇÃO E A CIRCULAÇÃO DOS SENTIDOS

Ayrton Matheus da Silva Nascimento

Mestrando Programa de Pós-Graduação em História/UFS

A instauração da pandemia, do novo coronavírus (COVID-19), mudou drasticamente as formas com que os sujeitos históricos se relacionam, entre si e com as coisas, na constituição do fazer social dos homens. O que para nós, afetam diretamente as relações com as instituições e os objetos, na qual situamos, a saber, o museu. Dentro deste contexto, os museus, que antes eram expostos e abertos ao público, agora passaram a estar fechados, com o intuito de retardar e conter a propagação da pandemia viral, e preservar deste modo a integridade dos sujeitos, que sejam visitantes ou os funcionários que trabalham nesses espaços. Nos direcionando, desta forma, a pensar nas exposições museais que ocorrem no âmbito virtual. Nesse sentido, nos colocamos a pensar no funcionamento desse lugar, o museu, e dos sentidos que constituem, circulam e se estabelecem, a partir dessa experiência dos sujeitos com os museus (lócus de produção simbólica) por meio das exposições virtuais/digitais. O objetivo que nos propomos consiste na efetivação de um gesto de leitura sobre os efeitos de sentido que são produzidos e as condições de produção (CP) que constituem o museu, a partir do Museu do Índio, promovido pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI), criado com o objetivo de valorizar e preservar a(s) cultura(s) e a(s) memória(s) dos povos indígenas do/no Brasil. Para tal empreendimento, elegemos o museu (fonte primária) como lugar de memória, de modo a significar(se) e a produzir (efeitos

de) sentidos na qual o político e o simbólico se relacionam. Neste sentido, nos apoiamos na teoria materialista do discurso, buscando pensar no museu (instituição social) enquanto espaço de linguagem (MASSMANN, 2018) e de significação, na qual os sentidos e os discursos circulam pela história, na constituição e construção de uma memória social, em que a historicidade dos sentidos é posta em jogo, de modo opaco e contraditório, nos processos de determinação/constituição dos sentidos desvelando o fazer social dos homens. Para efetivação desta pesquisa, buscamos alicerçar nossa análise dentro dos estudos da História Social como proposta por Barros (2004) e dos estudos discursivos desenvolvidos por Michel Pêcheux (1990, 1997, 2009) e Orlandi (2008, 2012), bem como alguns diálogos entre a História e a Linguística, com base nas contribuições de Koselleck (2006), concebendo o funcionamento da língua(gem), da ideologia e dos discursos que circulam.

BENS CULTURAIS DA IGREJA:

DESAFIOS E RESULTADOS DE CURADORIA MUSEOLÓGICA

Caroline Zuchetti

Museóloga/Arquidiocese de Porto Alegre

Os bens culturais da Igreja são expressões materiais e imateriais representados através do patrimônio histórico e artístico móvel ou imóvel da Igreja, tais como: templos, imagens sacras, pinturas, documentos, livros, alfaias, retábulos, festas, etc. De forma global, os bens culturais, dentro ou fora da igreja, valorizam o

patrimônio cultural não se limitando a sua mera conservação, mas também a investigação, pesquisa e divulgação, integrando as experiências pessoais do indivíduo e comunidade a eles relacionadas, resultando em uma verdadeira experiência cultural. O acervo artístico e histórico da Arquidiocese de Porto Alegre engloba os bens culturais de inúmeras igrejas que compõe o seu território, históricas e/ou tombadas, e seus milhares de itens que se constituíram ao longo dos 250 anos de existência da igreja porto-alegrense, por meio de aquisições do próprio clero, doações de paroquianos e do governo, compras e permutas com outras igrejas. O trabalho de curadoria deste conjunto de bens pode ser dividido em três categorias: conservação preventiva, documentação e educação cultural. Cada uma destas categorias, trabalhadas de forma multidisciplinar, é fundamental para a compreensão e valorização de tal patrimônio cultural, que ocupa lugar de relevância na formação antropológica da humanidade, tradução da fé em múltiplas manifestações. A proposta deste trabalho é apresentar uma parcela do trabalho exercido como museóloga frente à igreja Nossa Senhora das Dores, da Catedral de Porto Alegre e da Cúria Metropolitana da Arquidiocese de Porto Alegre, refletindo sobre os desafios e resultados alcançados até o momento. Além disso, pretendo apresentar os projetos que a curto e longo prazo estão sendo fundamentais para a construção da trajetória deste acervo, tanto a nível institucional quanto na sua interação com a sociedade.

SALA “HISTÓRIA E MEMÓRIA” DOS CIDADÃOS DE PIRACANJUBA-GOIÁS

Daniele Lopes Oliveira
Doutora em Educação/PUC-GO

A valorização do patrimônio histórico e cultural e sua consequente preservação podem acarretar uma série de melhorias para as comunidades envolvidas (REIS, 2002). Entre as inúmeras funções de se preservar um patrimônio, segundo Reis (2002, p. 7) é realizar “a continuidade cultural”, fazendo o papel de elo entre o passado e o presente, e construir uma identidade no futuro, além de, é claro, nos proporcionar a oportunidade de conhecer a nossa tradição, a nossa cultura e até mesmo nossa identidade e origem. Barreto (2000, p. 44) afirma que a “recriação de espaços revitalizados” é um dos fatores que podem contribuir para “desencadear o processo de identificação do cidadão com sua história e cultura”. A revitalização do patrimônio só é efetivada quando o bem histórico adquire sentido para as pessoas da comunidade, colocando-se como participante daquela história; acontecendo isso, a identidade do grupo social e do lugar referido vem a destaque. Quando o povo assume a identidade do lugar, ele preserva e o fato de ser ou não o bem patrimonial oficialmente preservado pelos órgãos do Estado, torna-se um fator de pouca ou até mesmo de nenhuma importância. De acordo com Reis (2002, p. 7), a preservação dos bens patrimoniais históricos é um contribuinte para aflorar a cidadania. Assim, podemos compreender que o projeto de extensão realizado na cidade de Piracanjuba em Goiás, no ano de 2019 alcançou para a cidade uma grande contribuição a partir da sala que foi inaugurada na Faculdade de Piracanjuba em Goiás, com a finalidade de resgatar a história e a memória dos cidadãos. Nesta sala estão objetos antigos que con-

tam a história de uma cidade rural a maior bacia leiteira do Estado de Goiás, mas também foi berço de escritores e artistas locais.

MUSEU ANTROPOLÓGICO DIRETOR PESTANA: CONSTITUIÇÃO E ORGANIZAÇÃO

Dirceu Adolfo Dirk

Doutorando Programa de Pós-Graduação em História/UPF

Nesta comunicação, traz-se breve trajetória de criação do Museu Antropológico Diretor Pestana (MADP), ligado à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (precursora da Universidade de Ijuí). Ao longo de anos, o imigrante e intelectual alemão Martin Robert Richard Fischer produziu material cultural, político, social e informativo, inerente a sua profissão de jornalista e desenvolveu habilidade organizativa e de preservação da memória, particularmente, o interesse etnográfico que o levou a coletar objetos indígenas, na região do Alto Uruguai. Idealizou um museu regional que revelasse, através de documentos e objetos, a história de tempos passados. A oportunidade se materializou quando conheceu o professor Mário Osório Marques, que o convidou para organizar um museu antropológico. Como possuía uma coleção de peças da cultura indígena Kaingang (artefatos líticos e de cerâmica), pacientemente coletadas durante os anos em que morou em Iraí/RS, estas constituíram o acervo inicial. Também doou moedas, livros, fotografias, mobiliário e cerca de vinte mil recortes de jornais, devidamente cataloga-

dos. Em março de 1962 o Museu Antropológico Diretor Pestana (MADP) foi aberto ao público. Os professores Mario Osório Marques e Argemiro Jacob Brum foram responsáveis por motivar a população a fazer doações, além de realizar pesquisas e coletar mais material para o acervo. Então, gradativamente pode ser contada a trajetória de Ijuí e da comunidade regional e, de um modo geral, a evolução social, econômica e cultural da região noroeste do Rio Grande do Sul, por meio de documentos textuais, bibliográficos, iconográficos e museais. Martin Fischer foi também o primeiro diretor do museu, entre 1962 e 1969. Com quase seis décadas de existência, o MADP, organizado segundo o modelo do Museu do Homem, de Paris, e do Museu Regional do Instituto Joaquim Nabuco, de Recife, é uma referência museológica e arquivística entre os museus no Estado do Rio Grande do Sul. Ele já viabilizou a pesquisa a um número expressivo de pesquisadores.

PATRIMÔNIO DOCUMENTAL:

REFLEXÕES SOBRE O PROCESSO DE CONSTITUIÇÃO DE ARQUIVOS PESSOAIS

Dhion Carlos Hedlund

Doutorando Programa de Pós-Graduação em História/UPF

Esta comunicação apresenta a pesquisa que está sendo desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em História - PPGH da Universidade de Passo Fundo - UPF, em nível de Doutorado, sob orientação da professora Dr^a. Gizele Zanotto. A pesquisa

encontra-se em fase inicial de coleta de dados, leitura e contato com as fontes. Os principais temas envolvidos relacionam-se à história social dos arquivos, arquivos privados, e arquivos pessoais. O arquivo pessoal de Nicolau Araújo Vergueiro, doado por seus herdeiros em 2011 à Fundação Universidade de Passo Fundo - setor Arquivo Histórico Regional - AHR, somado aos documentos que existiam antes da doação e outros incorporados após a doação, constituem o objeto central desta análise, contextualizados à trajetória histórica do titular e de seu acervo. Nicolau Araújo Vergueiro foi um médico e político da cidade de Passo Fundo/RS, nasceu em 07/03/1882 e faleceu em 16/03/1956. A atenção da análise se volta à história do processo de acumulação de seu acervo pessoal, no qual diferentes interesses interagem e resultam na configuração final do acervo a ser disponibilizado pela instituição arquivística. Além disso, buscar-se-á compreender os sentidos de criação e conservação do acervo, a partir da análise das narrativas memorialísticas escritas espontaneamente pelo titular do acervo. Uma indagação surge: quais elementos conformam a memória de Nicolau Araújo Vergueiro expressa neste agrupamento documental? A pesquisa busca trazer estas discussões à baila, sob uma visão sócio-histórica, conforme aquela proposta por Luciana Heymann, na qual depreende-se que os acervos possuem uma história própria para além daquela de seu produtor, onde os processos de acumulação e arquivamento são sistematizados por subjetividades e arbitrariedades que moldam o acervo. Por tratar-se de uma pesquisa em fase inicial, ainda não há resultados conclusivos.

OS ARQUIVOS PESSOAIS ENTRE O ARQUIVAMENTO DE SI E A CUSTÓDIA DOCUMENTAL:

O CASO DO INSTITUTO HISTÓRICO DE PASSO
FUNDO (1954-2020)

Djiovan Vinicius Carvalho

Doutorando Programa de Pós-Graduação em História/
UPF (Bolsista CAPES)

Vice-Presidente do Instituto Histórico de Passo Fundo

A presente comunicação visa investigar a constituição, trajetória e possíveis dispersões três arquivos pessoais custodiados pelo Instituto Histórico de Passo Fundo (IHPF). Criado em 15 de abril de 1954, no ensejo das comemorações do Primeiro Centenário do município de Passo Fundo e com o evidente objetivo de pensar a história da região, do mesmo modo que outros institutos históricos, o IHPF é hoje o Instituto com maior idade ainda em funcionamento no interior do estado do Rio Grande do Sul. Com caráter privado e sem fins lucrativos, ao longo do tempo, a entidade passou a reunir diversas tipologias de acervos, constituídos por documentos arquivísticos, bibliográficos e/ou museológicos, provenientes, sobretudo de acervos e coleções pessoais. Nesse sentido, o IHPF, a exemplo de outras instituições congêneres, tornou-se um receptor de arquivos de origem privada, provenientes de famílias, indivíduos e/ou de empresas. Deste modo, considerados espaços privilegiados para a compreensão de fatos e contextos históricos, redes intelectuais, além de sistemas políticos, econômicos e culturais e entendendo os arquivos pessoais como produtos de investimentos sociais, não somente como uma consequência natural da trajetória de seus titulares, mas sim como um “repositório de valores e representações”, para

além de simples registros de suas atividades, buscar-se-á apresentar os contextos de produção/acumulação de acervos custodiados pelo IHPF. Para tal, trataremos da constituição de arquivos pessoais de personagens passo-fundenses, custodiados pelo IHPF, para a partir deles, refletir sobre o papel do IHPF na custódia desses arquivos e nas práticas do arquivamento de si empreendidas pelos titulares.

OS SENTIDOS DA PRESERVAÇÃO:

OS DOCUMENTOS DE ARQUIVO DA COMARCA DE BRAGANÇA-PA, MEMÓRIA, HISTÓRIA E CIDADANIA

Filipe de Sousa Miranda

Mestrando Programa de Pós-Graduação em Ciências do Patrimônio Cultural/UFPA

Nos últimos anos, o Judiciário brasileiro vem reconhecendo a necessidade de gerir e preservar seus acervos arquivísticos. A constituição do Programa Nacional de Gestão Documental e Memória do Poder Judiciário – Proname, em 2008, é expressão deste processo. No que diz respeito especificamente ao Tribunal de Justiça do Estado do Pará - TJPA, desde o ano de 2010, este disciplinou seu Programa de Gestão de Documentos, criado em 2006. A vista disso, o presente trabalho, busca analisar criticamente as ações preservacionistas atualmente implementadas pelo TJPA junto ao acervo arquivístico permanente da Comarca de Bragança-PA. Estas ações correspondem: a cessão da parcela da documentação, datada de meados do século XIX até o ano de 1988, a Universidade Federal do Pará – *Campus* de Bragança, via Faculdade de História, median-

te a assinatura do Convênio de cooperação Técnica N° 021/2017, e a transferência gradativa do restante destes registros ao Arquivo Regional de Belém, inaugurado pelo Tribunal em dezembro de 2018. Deste modo, o estudo ainda em desenvolvimento, possui caráter exploratório, configurando-se um estudo de caso. Os dados foram reunidos mediante pesquisa bibliográfica, que localizou um artigo científico publicado no ano de 2020, que aponta alguns resultados do convênio supracitado, e pesquisa documental, que teve como foco tanto documentos oficiais publicados pelo CNJ e TJPA, que disciplinam questões relativas à gestão documental e gestão da memória, quanto informações disponibilizadas no Portal Externo do TJPA, na sessão Arquivos Regionais. Em seguida, estes foram analisados a partir de uma bibliografia de referência, que forneceu subsídios para pensar conceitos como “preservação”, “memória”, “história” e “arquivos”. Partimos do princípio de que o ato de preservar é transpassado por discursos, constituídos a partir de demandas postas no presente, em meio a conflitos e disputas. Sujeitos, instituições, movimentos sociais, dentre outras formas de organização coletiva, atribuem “valor” a determinados bens, justificando assim a reunião de esforços para a garantia de sua transmissão a posteridade, sob a concepção de que constituem patrimônio. Neste processo refletimos sobre as concepções que estruturam as políticas de salvaguarda do patrimônio arquivístico da Comarca de Bragança-PA, apontando a necessidade de considerar os usos e apropriações que os cidadãos fazem do arquivo no processo de tomada de decisões a respeito de sua preservação.

ASSIM NA TERRA COMO NO CÉU:

UM ESTUDO COMPARADO ENTRE AS DEVOÇÕES
A MARIAZINHA PENNA (SANTA MARIA/RS) E MARIA
ELIZABETH (PASSO FUNDO/RS)

Francielle Moreira Cassol

Doutoranda Programa de Pós Graduação em História/ UPF
(Bolsista Fapergs)

Mesmo com as conquistas da ciência moderna, a religiosidade permanece presente e se afirma a cada dia como forma de explicar e vivenciar o sobrenatural para significativa parcela da população brasileira. Essa permanência revela-se na trajetória do catolicismo e nas articulações dos ritos e práticas litúrgicas e fazem surgir diferentes modalidades de convivência com o sagrado e modos peculiares de vivenciar a espiritualidade. Nesse sentido, o presente trabalho almeja discutir e analisar em um primeiro momento a construção hagiográfica das devoções populares nas biografias das santinhas, bem como, em um segundo momento versar sobre os livros registro deixados nos túmulos das respectivas. As devoções que são manifestadas perante os túmulos das “santinhas” de cemitério demonstram uma prática de fé e fazem deste local um lugar de memória. São pessoas comuns/jovens que, após a morte, ganharam a veneração de fiéis que lhes pedem auxílio junto ao sagrado, e que são cultuadas como milagreiras em suas cidades natais. “Mariazinha” por ser exemplo de resignação e força diante uma doença e, Maria Elizabeth por realizar previsões sobre a sua própria morte.

CANTEIROS DA DEVOÇÃO:

OS ARCHIVOS DAS IRMANDADES LEIGAS DA VILA
DE CACHOEIRA (DO SUL – RS, SÉC. XIX)

Henrique Melati Pacheco

Mestrando Programa de Pós Graduação em História /
UNISINOS

As irmandades leigas brasileiras oitocentistas foram associações religiosas e assistenciais criadas e geridas pelas comunidades leigas (não vinculadas ao poder eclesiástico) nos territórios da América Portuguesa, depois Império do Brasil. Tomando como exemplo as associações assistenciais medievais, ou, mais remotamente, as guildas germânicas, os colégios romanos e as sociedades de linhagens étnicas africanas, as irmandades leigas espelharam as hierarquias sociais (e étnico-raciais) do Brasil, na mesma medida em que serviram como um espaço de relativa autonomia, onde os irmãos e irmãs puderam contar com o auxílio mútuo e o socorro espiritual. Assim, como canteiros da devoção, nos *Archivos* das Irmandades Leigas floresceram autênticas experiências sociais, indícios da importância das coletividades católicas e afro-católicas brasileiras. Os *Archivos* das Irmandades, como canteiros da devoção, também deixaram registros da estruturação das associações leigas que os produziram. E, os canteiros da devoção evocam, ainda, a possibilidade da construção de um conhecimento nas margens das disciplinas, nos seus cantos e canteiros. Assim, como parte da problemática de minha atual pesquisa de mestrado em História, intitulada “As cores da devoção: um estudo relacional dos lugares sociais, das cores e dos nomes inscritos em documentos oitocentistas de três irmandades leigas. Vila da Cachoeira, séc. XIX”, esta comunicação objetiva realizar uma reflexão sobre a utilização dos

arquivos nos estudos históricos inseridos na temática das Irmandades Leigas brasileiras oitocentistas. Para tal, utilizaremos como suporte empírico o fundo documental “Acervo das Irmandades”, atualmente custodiado pelo Arquivo Histórico Municipal de Cachoeira do Sul (AHCS). De acordo com a disciplina história, o que é um arquivo? O que faz um/a historiador/a no arquivo? Pode-se fazer, para além de uma história *nos* arquivos, uma história *dos* arquivos? É com base nestas perguntas, mais gerais, que buscaremos pensar os *Archivos* das Irmandades Leigas de Cachoeira. Atentos a construção documental dos Livros das Irmandades, ao manejo e a conservação dos documentos, as utilizações primárias e secundárias dos *Archivos*, argumentamos em favor de uma prática histórica situada no entrecruzamento de saberes, nas margens das disciplinas. Os resultados de nossa análise, por fim, demonstram a necessidade de uma renovação da concepção (e da prática) de “arquivo” adotada na tradicional operação historiográfica.

PRÁTICAS EDUCATIVAS NO MUSEU JULIO DE CASTILHOS (1939-1950)

Iandora de Melo Quadrado

Mestranda Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio/UFRGS (Bolsista BIC/UFRGS)

Ana Carolina Gelmini de Faria

Docente Programa de Pós-graduação em Museologia e Patrimônio/UFRGS

○ presente trabalho aborda a trajetória do Museu Julio de Castilhos na década de 1940, quando houve um novo direciona-

mento em suas ações no âmbito da educação, a partir da gestão de Emílio Kemp (1939-1950), na qual o Museu passou a desenvolver de forma sistemática práticas educativas. O estudo justifica-se por ser uma oportunidade de refletir sobre o lugar que o Museu tem ocupado nos debates sobre História dos Museus e a História da educação no país e também sobre sua contribuição para reforçar o papel dos museus enquanto espaço educativo. A pesquisa tem como objetivo principal analisar o caráter educativo adotado nas atividades desenvolvidas nesse período e como as ações adotadas, que estavam em consonância com os preceitos da Nova Escola em voga na época, refletiram nos rumos do Museu e no lugar ocupado por ele frente ao contexto nacional na primeira metade do século XX. A análise foi realizada em fontes documentais institucionais a partir de uma abordagem qualitativa a fim de mapear as medidas adotadas por Kemp durante sua gestão. A partir do levantamento e posterior análise da documentação é possível afirmar que no referido período as ações diferiam bastante das gestões anteriores que deram ênfase à pesquisa e divulgação científica, colocando em segundo plano outros aspectos da museografia, como a comunicação. O Museu passou a direcionar suas ações para transformar o espaço em um centro de ensino, através de visitas mediadas, de exposições e das práticas museográficas como um todo, além da tentativa de se criar um Curso de Museus no Museu. A postura adotada por Emílio Kemp denota sua visão de mundo diante da direção do museu, pois embora fosse médico por formação, tinha uma larga experiência no campo da educação básica, tendo dirigido e até mesmo fundado uma instituição escolar. Desse modo, ao longo de mais de uma década o Museu aos poucos foi assumindo seu caráter educativo ao promover de forma sistemática práticas educativas que iam ao encontro do pensamento na época.

ARQUIVO HISTÓRICO DA CÚRIA METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE:

MEMÓRIA E IDENTIDADE

Jamily Veit Scheffer

Mestranda Programa de Pós Graduação em Memória Social e Bens Culturais /UNILASALLE

Toda a produção e ação humana deve ser considerada passível de estudo e reflexão. Independente das ferramentas e mecanismos utilizados para esta produção ou ação nascerem. E para que estas produções possam ser analisadas e refletidas, as mesmas devem ser guardadas e preservadas adequadamente, a fim de servirem como registros de sua existência e identidade. Dito isto, chegamos a um ponto extremamente importante que é da conservação adequada desta documentação e a importância da manutenção e uso destes espaços responsáveis unicamente por abrigar este tipo de produção. Hoje, parte destas produções encontra-se armazenada no que conhecemos como arquivos, museus, memoriais e centros históricos. Este trabalho faz parte de um esforço no sentido de tornar conhecido o Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre (AHCMPA) e seu acervo. Este acervo diz respeito a uma documentação referente aos séculos XVIII, XIX e XX. Seu objetivo geral, portanto, é a socializar informações a respeito do acervo do AHCMPA e do prédio que o abriga com a comunidade, academia e demais profissionais interessados. Desta maneira, o trabalho relaciona os fundos existentes no Arquivo, relacionando-os com suas estratégias identitárias e com seu esforço mnemônico. Tanto o acervo do AHCMPA quanto o espaço que o abriga são vistos como bens culturais da Igreja Católica. As características desses bens e as estratégias de preservação reveladas acenam para os nexos com-

preensivos capazes de dar conta sobre “o que se preserva”, “quem preserva” e “por que se preserva”. Trata-se de uma pesquisa de caráter qualitativo, apoiada teoricamente nas noções de capital simbólico de Bourdieu, de memória coletiva de Halbwachs, de identidade de Candau bem como na apreensão de Richard sobre a inserção histórica da Igreja Católica no mundo. Apresenta como conclusão a articulação existente entre o acervo documental do AHCMPA e a dominância de uma memória inserida no projeto de cristandade, típica do período de maior número de documentos (séculos XVIII e XIX).

ENTRE REVISTAS E ENTREVISTAS:

UMA ANÁLISE ETNOMUSICOLÓGICA E HISTÓRICO
DOCUMENTAL DAS PRÁTICAS MUSICAIS DE
MULHERES VIOLONISTAS NO BRASIL NO SÉCULO XX

Maria Fetzer Luca

Mestranda Programa de Pós-Graduação em Música/UFRGS

O termo “estudos de gênero” foi incorporado no *New Grove Dictionary of Music* como um verbete pela primeira vez por volta dos anos 1970. Inicialmente com o intuito de recuperar a história das mulheres na música, os debates entre música e gênero estão cada vez mais presentes nas ciências musicais. Como resultado desta corrente, o presente artigo apresenta o projeto de mestrado em andamento que tem por objetivo investigar a construção das identidades sociais, artísticas e as práticas musicais das mulheres violonistas no Brasil no século XX, problematizando as relações de gênero nas práticas violonísticas de mulheres musicistas brasileiras.

Partindo de um referencial teórico-metodológico de base etnomusicológica e histórico-documental, utiliza-se como procedimentos a entrevista semiestruturada no âmbito de uma etnografia multisituada e netnográfica com mulheres violonistas que atuaram no século XX e a análise de fontes impressas disponíveis no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro e no Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho. A pesquisa conta, até o momento, com quatro participantes mulheres violonistas citadas nas revistas e jornais em análise, ou que estão relacionadas proximamente a violonistas nessa situação. Apesar da historiografia da música tradicionalmente ter sido delineada a partir de uma perspectiva colonial e patriarcal, neste trabalho observa-se, em análises preliminares, o registro de um grande número de violonistas mulheres citadas em revistas especializadas no instrumento no período delimitado para pesquisa. Mesmo esses registros tendo sido feitos por homens, visibilizar estas mulheres e ao mesmo tempo realizar uma análise crítica e feminista sobre as representações dos homens sobre elas nos parece relevante. É importante ressaltar que tanto tais registros nos periódicos, quanto as entrevistas são fundamentais para recuperar a história do protagonismo de mulheres na história do violão no Brasil, além de contribuir para a bibliografia violonística nacional.

REDUÇÕES JESUÍTICAS EM EXPOSIÇÃO:

FRAGMENTOS E REPRESENTAÇÕES DA HISTÓRIA PELOS MUSEUS MISSIONEIROS

Natália Reichert Greff

Graduada em Museologia/UFRGS

Através de uma perspectiva do campo da Museologia, o presente trabalho busca observar a representação da história das reduções jesuíticas da Companhia de Jesus na Província Jesuítica do Paraguai através das exposições de longa duração, pelos olhos de dois importantes museus de temática missioneira, e que são detentores de grande parte do rico acervo tridimensional encontrados nas ruínas das antigas reduções: o Museu das Missões, localizado no sul do Brasil, e o Museu Jesuítico, localizado na Argentina. A história das reduções jesuíticas já foi bastante discutida e consolidada em publicações científicas, a citar como exemplo BAPTISTA (2004; 2006; 2015) e KERN (1982; 1994; 2011), e através da análise documental e bibliográfica é possível identificar as configurações urbanísticas características dos espaços reducionais, bem como hábitos, costumes e práticas da população indígena e dos jesuítas. Dessa forma, esses museus apresentam e comunicam recortes dessa história através de exposições museológicas, nas quais os objetos representam aspectos da cultura material presentes no sistema reducional. As exposições museológicas trazem diferentes olhares e reflexões acerca de um determinado assunto, elaborando um discurso a partir de um processo de pesquisa de fontes, seleção de acervo e construção de narrativas. Em vista disso, compreender a história nos permite explorar as mais variadas possibilidades e potencialidades de interpretação de um objeto museológico, principalmente quando inseridos numa exposição. O trabalho identifica

algumas características ímpares das reduções jesuíticas, trazendo uma breve contextualização histórica, para então investigar quais aspectos da vida reducional foram inseridos nas exposições de longa duração pelos museus missionários, debatendo a narrativa exo-gráfica e apontando pontos de vista críticos como a (não) presença indígena na construção da exposição.

“UM MAESTRO DEMASIADO HUMANO”:

A CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA NO ARQUIVO
PESSOAL DE WALDEMAR HENRIQUE (1905-1995)

Sônia Regina Silva do Nascimento
Mestranda Programa de Pós-Graduação em Ciências do
Patrimônio Cultural/UFPA

Esta pesquisa tem por objetivo reencontrar o maestro Waldemar Henrique (1905-1995), por intermédio de suas escritas de si, tendo como recorte o acervo arquivístico da coleção Waldemar Henrique. O maestro foi compositor e pianista, nasceu em Belém-Pa em 1905, faleceu em 1995. Suas canções baseiam-se em temas amazônicos. Tocou em cassinos, rádios e teatros do Rio de Janeiro, realizou diversas excursões pelo Brasil e no exterior. Após sua morte, seu acervo foi doado ao Governo do Estado do Pará, compreendido de diários, álbuns de fotografias, matérias jornalísticas, obras de arte, discos, músicas, partituras, cadernos de anotações, poesias, correspondências, dentre outros. A princípio, foi confiado ao Teatro da Paz, a partir de 1998 ficou sob responsabilidade do Museu do Estado do Pará. Em 2005, foi transferido oficialmente para o Museu

da Imagem e do Som e ao Sistema Integrado de Museus e Memoriais do Estado do Pará, onde foi musealizado. Em 2010, foi lançado pelo Sistema Integrado de Museus e Memoriais o DVD Coleção Waldemar Henrique, que contém uma mostra deste acervo. Este foi um dos primeiros movimentos de comunicação desta coleção, além de algumas exposições no decorrer dos anos. Está dividido em acervos arquivísticos, museológicos e bibliográficos. A partir deste momento o acervo também passou a ser objeto de pesquisas acadêmicas. Este estudo iniciou em minha graduação em Museologia, concluída em 2018, e terá continuidade no mestrado em Ciências do Patrimônio Cultural pela UFPA, que foi iniciado às vésperas dos decretos de isolamento social e retomado remotamente em agosto de 2020. Concentro-me inicialmente no conjunto epistolar denominado Cartas Enviadas de 1934-1988, onde já foram acessadas 59 correspondências deste acervo. No decorrer da pesquisa mergulharei nos demais escritos que fazem parte dos arquivos pessoais do maestro, que escrevia compulsivamente aos amigos e familiares durante suas viagens pessoais e em turnês artísticas, onde fazia cópias ou solicitava a devolução delas aos mais próximo. Através de um olhar multidisciplinar norteia-se, na Antropologia, relações à temática da intersubjetividade e do patrimônio; tangencia-se a História, por trazer debates e aportes concernentes à memória; toca-se a Literatura, pois cartas são narrativas em que se mesclam o real, o ficcional e o poético; e projeta-se a Museologia, ao propor uma descrição do processo de musealização desta coleção.

O INSTITUTO HISTÓRICO DA CÂMARA MUNICIPAL DE DUQUE DE CAXIAS, SEU ACERVO E AS PESQUISAS NA ATUALIDADE

Tania Maria da Silva Amaro de Almeida

Diretora do Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias

O Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias (IHCMDC) foi fundado em 1973. Desde então, tem se destacado na guarda do acervo histórico de Duque de Caxias e da Baixada Fluminense. Entre os mais de setenta mil itens documentais - reproduções fotográficas, documentos primários, livros e jornais -, encontram-se fontes de estudos obrigatórias para muitos pesquisadores, que se originaram de doações feitas por pessoas e instituições e que fazem parte de um referencial significativo para a história, cultura e memórias da região. A partir de 2001, teve início a proposta de desenvolver um projeto de preservação, a fim de que fosse realizado um trabalho sistemático e integrado de conservação e processamento técnico do acervo, visando os processos de higienização e a catalogação mais precisa das fontes, também objetivando atender as demandas das pesquisas locais e regionais. Na proposta de revitalização do IHCMDC, foi criada a Associação dos Amigos, com o objetivo de incentivar uma maior participação dos setores organizados da sociedade e, conseqüentemente, promover uma maior divulgação do órgão. Entidade sem fins lucrativos, a Associação dos Amigos do Instituto Histórico (ASAMIH) reforça no seu estatuto, aprovado pelos sócios - intelectuais, pesquisadores e cidadãos que manifestam interesse pela cultura e história -, o estabelecimento de intercâmbio com outras associações e entidades afins e o incentivo à integração cultural com a comunidade. Em

parceria com a ASAMIH, o Instituto Histórico da CMDC pública, desde 2002, a Revista Pilares da História, instrumento de divulgação da história e cultura de Duque de Caxias e da região da Baixada Fluminense. Um questionamento que tem se colocado, nestes tempos atuais, é como dar continuidade da premissa principal daquele projeto de 2001: preservar o acervo documental e recuperar a memória cultural, para divulgar a história regional no atendimento aos pesquisadores?

MEMÓRIAS DE RESISTÊNCIA NA SOCIEDADE POLÔNIA:

UMA PESQUISA MUSEOLÓGICA SOBRE SEUS
UNIFORMES DA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

Vanessa Astigarraga Leão
Graduada em Museologia/UFRGS

Ana Carolina Gelmini de Faria
Docente Programa de Pós-Graduação em Museologia e
Patrimônio/UFRGS

O trabalho analisa os três uniformes militares da Segunda Guerra Mundial que compõem o acervo da Sociedade Polônia de Porto Alegre (Rio Grande do Sul/ Brasil). As vestimentas pertenceram à três associados que se alistaram voluntariamente para lutar na Segunda Guerra Mundial servindo nas Forças Armadas Polonesas no Ocidente. A Sociedade Polônia representa um espaço de memória e possui um patrimônio que preserva a cultura polonesa e sua trajetória em solo brasileiro. Atualmente desenvolve

um projeto de criação de um Centro de Memória e Documentação executado em parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Esses objetos, ao serem doados para a Sociedade Polônia, ganharam novos significados na condição de documentos da resistência polonesa. A investigação parte da materialidade e, cruzando com informações documentais e contextuais, compreende os eventos que transformaram esses uniformes em objetos testemunhos passíveis de musealização. Esses entrelaçamentos nos fazem perceber esse acervo como elemento de resistência da história dos imigrantes poloneses que decidiram lutar pela Polônia, mesmo residindo em outro país. Ao final conclui sobre a importância do cruzamento de informações entre a materialidade e outros importantes documentos e acervos que a completam e enriquecem sua trajetória.

ENTRE O AHCMPA E O IHGRGS:

REFLEXÕES SOBRE AS “ESPESSAS CAMADAS DE INTERVENÇÃO”

Vanessa Gomes de Campos

Mestranda Programa de Pós Graduação em História/ UPF
(Bolsista CAPES)

Arquivista e historiógrafa no Arquivo Histórico da Cúria
Metropolitana de Porto Alegre

Os arquivos, aqui entendidos como lugares de custódia, são construções sociais, pois tanto o lugar, quanto os documentos que custodia tem uma trajetória implícita, ou seja, estão envolvidos em estruturas narrativas e carregados de significações

culturais (KETELLAR, 2018). Em 2002, quando Joan Schwartz e Terry Cook publicaram o texto “Arquivos, documentos e poder: a construção da memória moderna”, avivaram-se os debates sobre a participação ativa da ciência arquivística, assim como dos arquivistas, na mediação para os registros que uma sociedade tem de si mesma. No cerne da discussão estariam as estratégias e os princípios do que deve ser registrado e do que deve ser preservado, como um movimento contínuo entre o que lembrar e o que esquecer. Para os mencionados autores, nos arquivos há “espessas camadas de intervenção e significado codificado nos registros por seus produtores e pelos arquivistas”. Diante de tais afirmações, minha proposta é refletir quais camadas de intervenção tenho conseguido identificar no Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre (AHCMPA), onde atuo profissionalmente como historiógrafa e arquivista, um arquivo institucional responsável pela custódia dos registros administrativos e sacramentais da Igreja Católica de parcela do estado do RS, assim como no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRGS), lugar em que fui prestadora de serviço como arquivista, cujo acervo se constituiu por múltiplas doações, de diferentes proveniências. A trajetória de ambas as instituições, assim como do acervo constituído e acumulado, revela profundas diferenças, mas também colocam em evidência a atuação de agentes, como gestores e seus delegados.

PÉ NA ESTRADA:

PROGRAMA DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL, NA E.B.M.
SANTA TEREZINA, XAXIM (SC), 2020

Valdirene Chitolina

Doutoranda Programa de Pós Graduação em História/ UPF
(Bolsista FUPF)

Este trabalho tem como proposta apresentar um compêndio relacionado à Educação Patrimonial, a partir de projeto realizado em março de 2020 na Escola Básica Municipal Santa Terezinha, de Xaxim. Em primeiro lugar, fez-se uma pesquisa qualitativa, utilizando-se o método histórico na recolha de fontes documentais, orais e visuais. O aporte teórico fundamenta-se em trabalhos de Jacqueline Ahlert e Jenny González Muñoz (2019); Aline Vieira de Carvalho e Pedro Paulo Funari (2008); entre outros. Assim, foram estudados locais considerados patrimônios naturais, culturais, religiosos, paleontológicos, arqueológicos e históricos da cidade de Xaxim: o Eco Parque no bairro Guarany; a paleotoca nos altos da avenida Plínio Arlindo de Nes; os sítios arqueológicos no bairro Alvorada; a Igreja Matriz São Luiz Gonzaga e a Cachoeira Guarani na praça Frei Bruno. Em segundo lugar, in loco, alunos e professores da escola participaram de atividades e palestras. Por fim, foram produzidos um livreto e um documentário partilhados na Rede Patrimônio Cultural de Santa Catarina do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), com alunos e professores da rede municipal de ensino de xaxim, possibilitando a replicabilidade do projeto.

ST 9 - PROPRIEDADES, MUNDO RURAL E CONFLITOS: UM DEBATE INTERDISCIPLINAR

A questão das propriedades e dos conflitos no mundo rural tem congregado, de forma interdisciplinar, diversos campos do saber no Brasil e no exterior. Mediante o diagnóstico de distintos processos e realidades históricas, investigadores buscam explicitar e compreender as suas particularidades, especialmente em relação à construção e ao funcionamento de determinadas estruturas de regulação da propriedade ao longo do tempo. Torna-se impossível mensurar, no escopo desta proposta, um sem-número de contribuições procedentes da historiografia e de outras áreas do conhecimento. Tributária de um contexto marcado por transformações produtivas - impulsionadas pela ciência, pela intensificação tecnológica e a resultante expansão da capacidade produtiva -, a perspectiva de melhoramento e modernização do mundo rural brasileiro se acentuou, sobretudo, em meados do século passado. Este período, cindido pelo avanço dos projetos de integração econômica rural no país, foi também a arena para a produção e difusão de importantes trabalhos acerca da formação social brasileira e de seu caráter rural, embora sejam, em sua maioria, marcados por seu caráter ensaístico. Há, nas décadas seguintes, um grande movimento de renovação do campo científico, com impacto na dimensão, quantificação e qualificação das abordagens teórico-metodológicas e dos escopos documentais. Seu desdobramento é perceptível na atualidade, com a consolidação de redes e grupos de pesquisa tributários daquelas contribuições inaugurais. Esta proposta de Simpósio Temático objetiva reunir pesquisadores em um espaço interdisciplinar, com vistas a problematizar elementos concernentes às dimensões das pro-

priedades, do mundo rural e das investigações que utilizam essas relações enquanto fio-condutor de análise. O programa é oriundo das articulações realizadas no âmbito da *Dominium*, rede de jovens investigadores em História e Direitos de Propriedade vinculada ao Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia História Social das Propriedades e Direitos de Acesso (INCT-Proprietas).

Coordenadores:

Diego José Baccin (UPF)

Ana Luisa Rocha (UFPA/Paris 1)

Alan Dutra Cardoso (UFF)

TERRAS, CONFLITOS E JUSTIÇA:

A AFIRMAÇÃO DA PROPRIEDADE E OS SERINGAIS
NO AMAZONAS (1870-1920)

Alan Dutra Cardoso

Doutorando do Programa de Pós-Graduação em História Social/UFF
INCT-Proprietas/*Dominium*

A proposta em tela objetiva discutir os embates sobre a terra na província do Amazonas, no Brasil, em fins do século XIX. Assente em um escopo documental oriundo da esfera judiciária, nos preocupamos em deslindar as disputas em relação à terra e as tentativas de legitimação de propriedades em diversos lugares daquela região. Oriundos de termos distintos, todos eles têm em comum a disputa pela terra ou a afirmação da propriedade, a despeito do grupo social em que estavam inseridos os autores e os réus. Desta forma, as reflexões aqui expostas se orientam a partir da constatação

de que os estudos sobre o mundo rural amazonense, bem como as disputas pelo domínio dos seringais - ainda carecem de um olhar mais atento. A síntese contextual realizada pela historiadora Patrícia Sampaio (1992) nos ajuda a mensurar as especificidades da região. Ao elencar esforços para reconstituir a trajetória da criação de fortunas na cidade de Manaus, a autora apresenta um leque de informações cruciais para aqueles que têm por objeto as sociedades amazonenses: a sua localização geográfica no interior da floresta; a superioridade numérica dos habitantes índios e mestiços; a economia extrativista vinculada à borracha; em suma, uma série de elementos que não devem ser olvidados quando de uma análise mais pormenorizada dessas localidades. A despeito disso, nossa proposta se insere em um quadro onde a produção acadêmica sobre as dinâmicas territoriais, a discussão sobre as propriedades e o acesso à terra estão a crescer, embora ainda pouco visível na historiografia amazonense. É importante destacar que as análises quase sempre se pautam em seu aspecto valorativo da terra, reduzindo-a apenas a uma mercadoria que, para alguns, não detinha valor necessário para constituir um mercado. Como demonstra a vasta bibliografia sobre conflitos agrários e as dimensões da propriedade no país, as questões concernentes à terra estão para além de uma questão puramente monetária. Em linhas gerais, nossos esforços se voltaram para a temática com o objetivo de melhor responder às questões apontadas neste resumo. Em um país cindido pela concentração fundiária e os recorrentes conflitos de terra, torna-se cada vez mais necessário desnudar os embates que caracterizaram a região. A partir do entrecruzamento de diversas fontes, visamos compreender as complexas redes que a constituíram, mesmo assente em um senso comum que caracteriza o Amazonas e a Amazônia como zonas de “terras abundantes”.

DESAFIOS PARA A CONSTRUÇÃO DE CADEIAS DOMINIAIS DE IMÓVEIS COM ORIGENS FUNDIÁRIAS REMOTAS NO BRASIL

Ana Luisa Santos Rocha

Doutoranda Programa de Pós-Graduação em Direito/UFPA -
cotutela Université Paris 1 - Panthéon Sorbonne
(Bolsista CAPES-COFECUB)

A proposta de comunicação tem como objetivo apresentar três importantes desafios enfrentados para a construção de cadeias dominiais de imóveis com origens fundiárias remotas, especialmente da segunda metade do século XIX, no Brasil. O primeiro deles é a compreensão do processo histórico distribuição de terras, marcado por um acesso restrito e pela ilegalidade de ocupações, e a sua relação com a legislação fundiária aplicada. A segunda dificuldade diz respeito à nascente cultura jurídica brasileira no século XIX: em um momento de consolidação do ambiente jurídico nacional, os conceitos de posse e de propriedade não eram analisados sob o ponto de vista hegemônico da lei como fonte formal do direito. Assim, para além da compreensão dos marcos legais e estatais, outras concepções jurídicas ainda regulavam as relações de posse e propriedade. A terceira questão refere-se ao atual sistema de registro de imóveis e à consolidação da propriedade moderna no Brasil, sendo o ato registral considerado como um instrumento de aquisição de propriedade imóvel e de garantia de segurança jurídica no modelo pós-Código Civil Brasileiro de 1916. Esses três desafios e reflexões conexas são fruto da pesquisa bibliográfica para levantamento do referencial teórico utilizado na construção da pesquisa de Doutorado que tem como problemática de estudo a propriedade e os seus elementos de legitimação no final do século XIX, a partir do estudo de caso dos títulos emitidos para distribuição e ocupação de terras no projeto de colonização da Fazenda Pinheiro em Belém/PA.

DIREITOS DE PROPRIEDADE EM DISCUSSÃO:

INFLUÊNCIAS DO MELHORAMENTO DA AGRICULTURA NUMA REGIÃO BAIANA

Antonio Hertes Gomes de Santana

Doutorando Programa de Pós Graduação em História/UFRRJ

Este tópico de pesquisa tem como principal objetivo discutir o contexto de um suposto melhoramento da agricultura na região de Alagoinhas e algumas repercussões sobre os direitos de propriedade, especificamente o direito à terra. Durante a segunda metade do século XIX, sobretudo com a aplicação da Lei de Terras e a criação da Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, algumas medidas foram tomadas por autoridades para o melhoramento ou aperfeiçoamento da produção e escoamento agrícola, para a garantia de mão de obra, entre outras. Em Alagoinhas e Inhambupe, duas vilas economicamente importantes na produção de gêneros para exportação e abastecimento regional, o melhoramento da agricultura ocorreria através da implantação da primeira ferrovia baiana e outras estradas na região. O principal intuito era facilitar o transporte da produção, segundo algumas autoridades e proprietários de terras baianos. Esse empreendimento ferroviário modificaria não só a paisagem, mas principalmente as relações sociais e os entendimentos sobre os direitos de uso da terra, uma vez que beneficiaria alguns poucos proprietários. Nesse contexto de melhoramento da agricultura, as câmaras municipais propuseram posturas para redefinir espaços destinados à plantação e criação de gado, atividades que podiam ser desenvolvidas em campos abertos, mas no entorno da estação ferroviária passariam a ser mais restritas. Analisando relatórios de presidentes da província, correspondências e posturas das câmaras

municipais, além de outras fontes, observa-se que o suposto melhoramento da agricultura influenciou, portanto, o pensamento de autoridades e de proprietários no que tange os direitos de propriedade. Uma ideia de propriedade mais próxima dos interesses individuais conflitava com ações e costumes de uma grande parcela da população. Dessa forma, ainda que muitas autoridades da região de Alagoinhas estivessem empenhadas em definir novas restrições ao uso da terra e aos bens produzidos, prevaleciam conflitos de interesses entre as próprias autoridades, os proprietários e os despossuídos no que se refere aos costumes.

CAMINHO ENTRE O DIREITO CONSUETUDINÁRIO E CONSTITUCIONAL SOBRE A PROPRIEDADE DA TERRA QUILOMBOLA NO RIO GRANDE DO SUL

Áxsel Batistella de Oliveira

Doutorando Programa de Pós-Graduação em História/
UPF(Bolsista Capes)

Propomos compreender, neste estudo, a problemática acerca das dicotomias entre o direito consuetudinário e o direito constitucional sobre a propriedade da terra, com base em processos judiciais e administrativos referentes às comunidades remanescentes de quilombo que já contam com sua propriedade reconhecida no estado do Rio Grande do Sul. Portanto, nosso recorte espacial e temporal se dá a partir dos processos administrativos e judiciais finalizados e que estão disponíveis para consulta pública no Incra/RS e nas comarcas da Justiça Federal do RS, referentes a 21 comunidades com o seu território reconhecido através de decreto pre-

sidencial. Para desenvolver este estudo, utilizamos como fontes os Processos Administrativos do Incra e os Processos Judiciais de desapropriação por interesse social. Esses processos são referentes às comunidades que se encontram com os territórios reconhecidos por decreto presidencial e também as que estão com a propriedade titulada, sendo que o primeiro tipo de processo é de responsabilidade de tramitação do Incra. Já o processo judicial ocorre em varas federais para realizar a desapropriação por interesse social e só inicia sua tramitação depois de o processo administrativo ser finalizado. Assim, buscamos contextualizar e analisar os conflitos acerca da propriedade da terra referente aos quilombolas remanescentes no Rio Grande do Sul, problematizando as dicotomias entre o direito consuetudinário e o direito constitucional, de forma a compreender a formação das comunidades quilombolas reconhecidas no Rio Grande do Sul com base no processo de ocupação da terra através do costume. Temos por objetivo, também, compreender como o conceito de propriedade da terra é concebido e aplicado nos processos judiciais e administrativos do Incra e os discursos usados para legitimá-lo, analisando as implicações da concessão de terras (certificação e titulação de propriedade quilombola) pela determinação constitucional de preservação de patrimônio cultural, problematizando histórica e juridicamente a função social da propriedade. Nesse sentido, buscamos, por meio desta obra, responder aos seguintes questionamentos: como é vista e defendida a propriedade da terra por seus agentes e sujeitos (quilombolas, legislativo, estado, agricultores, Incra)? Temos a titulação coletiva como outra forma de uso da terra em contrapartida da propriedade privada? Há uma (re)territorialidade da terra dos remanescentes de quilombo?

HISTÓRIA SOCIAL DA PROPRIEDADE:

UMA DISCUSSÃO ENTRE O RURAL E O URBANO

Diego J. Baccin

Doutorando Programa de Pós-Graduação em História/UPF

Esta comunicação visa discutir os principais pressupostos teóricos acerca da história social da propriedade a partir das condições de acesso e permanência a terra para além da condição clássica de entendimento das questões fundiárias relacionadas às dinâmicas e processos rurais, acrescentando a esta configuração de circunstâncias e aspectos inerentes à propriedade em face ao solo urbano na condição de interface entre o campo e a cidade. Considerando, como aborda Maria Yedda Linhares, em *História Agrária* (obra *Domínios da História*) que os estudos desdobraram-se em três momentos. Primeiramente, a *História Agrária*, sendo entendida como sendo a história da agricultura; depois, o campo compreendido formas de apropriação e uso do solo e pelo estatuto jurídico e social dos trabalhadores rurais. Tendo da combinação das duas modalidades anteriores, a perspectiva de entendimento da *História Agrária* atrelada à teoria econômica. O que estou a considerar é um ramo de possibilidade de pesquisa dentro da *História do Mundo Rural* que privilegia temáticas de estudos que envolvem as condições de acesso e permanência a terra compondo uma discussão sobre a história social da propriedade na interface entre o rural e o urbano. A estrutura fundiária agrária brasileira foi compreendida por um conjunto de circunstâncias que legaram uma realidade fundiária compreendida a partir da “questão agrária”, que não se limita a uma problemática rural e com isso, possibilitaria compreender certas condições de formação e desenvolvimento da propriedade em solo cidadão. Diante destas condições, submeto uma comunicação que

busca compreender os seguintes aspectos: a “Questão Agrária” Brasileira vinculada a uma “Questão Urbana”, o campo teórico historiográfico do Mundo Rural na interface entre o campo e a cidade na perspectiva de uma História Social da Propriedade Urbana.

NOTAS SOBRE TRADUÇÃO, AUTORIA E PROPRIEDADE INTELECTUAL NO MUNDO LUSO-BRASILEIRO SOB AS LUZES (1750-1830)

Gabriel de Abreu M. Gaspar

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História/UFF

Ao longo do Setecentos, as novas ideias e formas de pensamento oriundas das Luzes circulavam pela Europa e outros continentes por meio da tradução. Neste contexto, as línguas vernáculas ascenderam como veículos de transmissão de textos e ideias aos novos públicos que emergiam. O mundo luso-brasileiro não permaneceu alheio a este processo e assistiu ao surgimento de uma profusão de traduções de obras dos mais diversos assuntos e temas. A publicação em língua portuguesa de livros, notícias e panfletos estrangeiros impactou diretamente a recepção, com tons próprios, das ideias ilustradas advindas de outros estados europeus, sobretudo França e Inglaterra. A partir dos paratextos editoriais, como denominou Gerard Genette os prefácios, cartas e comentários aos livros publicados no período, esta comunicação apresentará algumas dessas reflexões preliminares acerca das relações entre tradutor, autor e obra original em Portugal na Época Moderna. Nesse sentido, busca-se refletir sobre o processo de constituição da propriedade autoral e intelectual neste contexto e a permanência das noções

de privilégio, características marcantes das sociedades de Antigo Regime. Por fim, argumenta-se que, tradutores de um significativo volume de obras estrangeiras, os letrados portugueses moviam-se em dois sentidos principais. Primeiramente, estavam imbuídos dos ideais de utilidade e da noção pedagógica típica da república das letras ilustrada que buscava melhorar a sociedade em que viviam. Ao mesmo tempo, se posicionavam em meio ao mercado livreiro, suas redes de privilégio e, a partir disso, auferir seu sustento e alcançar algum ofício de letras.

O TRABALHO NA TERRA COMO UMA REPRESENTAÇÃO ONTOLÓGICA NA LUTA DOS AFOGADOS DO PASSO REAL

Pedro Vicente Stefanello Medeiros

Doutorando Programa de Pós-Graduação em História/UPF

Este texto busca analisar como o trabalho na terra se constituiu como uma representação ontológica no processo de luta dos Afogados do Passo Real. Em 1963, o Estado do Rio Grande do Sul desapropriou, a título de utilidade pública, mais de 23.000 hectares na área conhecida como Passo Real para a construção de uma barragem de acumulação e uma central hidrelétrica. Essa ação “afogou” mais de 2.000 famílias que foram desalojadas. Nesse âmbito, analisamos como os Afogados reagiram e se mobilizaram na luta pela terra, a partir da segunda metade da década de 1960 até fins da década de 1980. Em 1969, a luta dos Afogados resultou na assinatura de um Acordo de Cooperação entre os governos estadual e federal, em que a esfera federal se responsabilizaria pelo reassentamento das

famílias na terra. Entretanto, a incapacidade de reassentar todos os Afogados, a ineficácia na disponibilização de terras suficientes, a inviabilidade de funcionamento de reassentamentos por questões jurídicas, as exclusões e os embustes causados por funcionários responsáveis por instalar legalmente as famílias acirrou as contradições do processo e a luta se intensificou. Diante do recrudescimento das tensões e do novo contexto brasileiro da década de 1980, os Afogados se rearticularam produzindo uma memória e consolidando uma identidade na luta pela terra. Realizaremos nossa discussão a partir de manifestações sindicais encontradas no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Fortaleza dos Valos (STR-FV) e em documentos interceptados pelo Serviço Nacional de Informações (SNI). Estas fontes nos permitirão evidenciar como os Afogados do Passo Real significaram e legitimaram sua luta pela terra. Para tanto, lavraremos um debate articulando as reflexões marxianas acerca do trabalho e as discussões da ontologia do ser social elaboradas por Lukács.

CONCESSÕES DE TERRA, IMIGRAÇÃO E COLONIZADORAS POLONESAS:

O CASO DA SOCIEDADE DE COLONIZAÇÃO DE VARSÓVIA LTDA

Rhuan Targino Zaleski Trindade

Doutorando Programa de Pós Graduação em História /UFPR

Docente/UNICENTRO

Durante o período entreguerras, a Polônia recém independente procurou se aproximar dos imigrantes estabelecidos em

diferentes países a partir de dois processos, um de aproximação cultural, se assim podemos dizer, através do esforço de instituições associativas e consulados; e outro a partir da compra de terras para concentração do fluxo contínuo de saída de imigrantes, assim como também daqueles já instalados nos países desde muitas décadas, particularmente na América Latina e o Brasil. Nesse contexto, surgiram entidades na forma de companhias colonizadoras parcialmente privadas, mas com apoio estatal polonês, as quais garantiram concessões ou compra de terras nos países latino-americanos a fim de instalar colonos poloneses mediante processos de capitalização da terra, garantindo, ao menos nos contratos, infraestrutura e apoio aos novos imigrados. Neste processo se destaca a Sociedade de Colonização de Varsóvia Ltda, a qual, no final dos anos 1920, garantiu concessões de terra em grandes quantidades no Espírito Santo e Paraná, propondo a colonização daquelas regiões com colonos poloneses e uma série de benfeitorias para a consecução do seu desenvolvimento social e econômico. Tal processo colonizador enfrentou dificuldades políticas com a Revolução de 1930 e, sobretudo, os descumprimentos das resoluções contratuais, ademais do recrudescimento do nacionalismo brasileiro que passou a questionar as ações polonesas, as quais, no fundo, tinham ideais coloniais e imperialistas na forma de uma política emigratória. Diante destes acontecimentos, baseado nas teorias acerca das identidades nacionais e étnicas, das alteridades e da imigração, atrelado ao contexto do mundo rural e processos de capitalização agrária, que investigamos, a partir de fontes oficiais e periódicas, as ações da Sociedade de Colonização no Espírito Santo e Paraná nas décadas de 1920 e 1930.

GETÚLIO VARGAS:

PROPRIEDADE E PRODUÇÃO AGRÍCOLA NO RIO GRANDE DO SUL

Vitória Comiran

Mestranda Programa de Pós-Graduação em História/UPF
(Bolsista CAPES)

Esta apresentação busca discutir a dissertação de mestrado que se encontra em andamento, denominada “Projeto desenvolvimentista, propriedade da terra e produção agrícola no norte do RS”. O objetivo desta pesquisa é compreender de que modo a política desenvolvimentista do governo Vargas repercutiu no mundo rural no norte do Rio Grande do Sul através das fontes da Comissão de Terras e Colonização disponíveis no Arquivo Histórico Regional. Assim, procura-se discutir o conceito de desenvolvimentismo e de que modo ele foi colocado em prática nas ações da Comissão de Terras, principalmente no que diz respeito à propriedade da terra e a produção agrícola. A justificativa para a realização desta pesquisa está no fato de que torna-se importante entender como o mundo rural no norte do Rio Grande do Sul se estruturou frente à política desenvolvimentista durante a Era Vargas identificando, as mudanças e permanências das relações e estruturas socioeconômicas da República Velha. A região norte, por sua vez, foi escolhida por ser a região de atuação da Comissão de Terras e Colonização de Passo Fundo, deste modo, não relaciona-se o norte geográfico, mas o norte econômico delimitado por sua atuação. A pesquisa discute a criação de um projeto socioeconômico desenvolvimentista durante o governo varguista baseado, de acordo com Pedro Cezar Dutra Fonseca, nas bases do nacionalismo (projetos voltados à nação sem

dispensar auxílio de capital estrangeiro), industrialização (visando o crescimento econômico técnico e do setor primário) e intervencionismo pró-crescimento (intervenção do Estado objetivando a execução do projeto). (FONSECA, 2015). Deste modo, a partir da compreensão da criação deste projeto socioeconômico e suas bases, a pesquisa analisa nas fontes correspondentes á: cadernos de informações, ofícios, correspondências, documentos de despesas, recolhimento da dívida colonial e registros de títulos de que modo esta política econômica refletiu na propriedade da terra a na produção agrícola no norte do estado.

ST 11 – HISTÓRIA AGRÁRIA E A LUTA PELA TERRA NO BRASIL: DEBATES E CAMINHOS PARA A PESQUISA

Os debates em torno daquilo que se convencionou denominar questão agrária brasileira ocupam um espaço expressivo entre os objetos de estudo das ciências sociais, em especial, da História Agrária. As razões que justificam esse interesse estão relacionadas ao fato de que ela permanece uma questão não resolvida na história do nosso país. Há, entre os estudiosos dedicados às temáticas relacionadas ao campo, aqueles que neguem sua existência, mas “ela se descortina dia-a-dia”, se manifestando nas mais diversas formas, marcando presença nos noticiários e no nosso cotidiano, no discurso político e na academia. Desde o início da ocupação portuguesa, a apropriação privada das terras tem configurado um mecanismo de exclusão social, iniciando com a expropriação dos povos indígenas em benefício dos grandes fazendeiros (STÉDILE, 2010) que, próximos aos donos do poder, ao longo do tempo sempre encontraram uma forma para que as classes menos favorecidas fossem privadas do direito à terra. Ao mesmo tempo ocorreu a resistência dos povos nativos e posteriormente, dos trabalhadores escravizados e livres, camponeses ou habitantes dos núcleos urbanos que vieram a se formar. A luta envolvia também disputas jurídicas, entre senhores, posseiros e camponeses sem-terra (MOTTA, 1998). Parte constitutiva do capitalismo que se desenvolveu no país, a concentração da propriedade privada (OLIVEIRA, 2007) passou a ser questionada de forma mais veemente nas últimas décadas, acirrando os conflitos pela terra protagonizado por camponeses e latifundiários. Ao propor a presente discussão, buscamos contemplar temáticas que

abordam diversas possibilidades e discussões dentro da História Agrária, perguntar em cada momento histórico quais direitos se exerciam? Quais direitos eram contestados? Quais direitos eram reivindicados? (CONGOST 2007). Considerando que a terra é preceito fundamental da vida humana, pois é da sua natureza prover a vida (MARÉS, 2003) e, sua forma de apropriação pelo homem ao longo do tempo é um dos germes do padrão de desigualdade social já cristalizado no nosso país, debater neste Simpósio Temático as problematizações e abordagens resultantes do desenvolvimento teórico e de novas pesquisas sobre a questão agrária. Nesse diálogo, pretende-se recolocar no centro de debate os processos de luta pela terra e sua função social, o direito à propriedade e os processos judiciais de desapropriação de terras, e os múltiplos sujeitos que protagonizaram os conflitos em torno da terra.

Coordenadores:

Caroline da Silva (UPF)

Simone Lopes Dickel (UPF)

Prof. Dr. Darlan de Oliveira Reis Jr. (URCA)

**A CONSTITUIÇÃO DA PROPRIEDADE DA TERRA NA
COLÔNIA MILITAR DE CASEROS (PROVÍNCIA DE
SÃO PEDRO – 1858-1878)**

Alex Antônio Vanin

Doutorando Programa de Pós-Graduação em História/UPF
(Bolsista CAPES)

O presente trabalho tem por objetivo discutir acerca da constituição da propriedade da terra em um dos núcleos de colonização militar no norte da Província de São Pedro, na Colônia

Militar de Caseros, no que compreende entre a sua instalação e extinção, isto é, entre 1858 e 1878. Busca-se compreender como esse processo se desenvolve na sobredita colônia, averiguando suas dinâmicas, suas particularidades e o sentido atribuído à propriedade naquele contexto. E meados do século XIX efervesceram várias questões ligadas à terra, em especial, em torno da legislação agrária sobre as formas de apossamento e apropriação, de aldeamento indígena, dentre outras, as quais expressavam a necessidade do controle social e do território pelo governo imperial. Na Colônia Militar de Caseros, a terra assume papel central no desenvolvimento do projeto colonial, dividindo e categorizando sujeitos como colonos militares, civis e agregados em torno das relações com a terra, fruto de uma administração que designava e decidia acerca dos que deveriam ou não receber os títulos de propriedade. A metodologia constituiu-se na análise qualitativa da documentação referente à administração da referida colônia militar, principalmente os registros de concessão de lotes aos colonos, todos disponíveis para consulta no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRS). Identificou-se peculiaridades no processo de constituição da propriedade privada da terra nessa localidade, na qual a administração do núcleo colonial concede lotes reconhecendo méritos e condições de seus respectivos colonos, e não através de um sistema de aquisição por via da compra da terra.

DESAPROPRIAÇÃO DE TERRA POR INTERESSE SOCIAL NO RS:

O CENÁRIO AGRÁRIO ENTRE AS DÉCADAS DE 1960 E INÍCIO DOS ANOS 2000

Caroline da Silva

Doutoranda Programa de Pós-Graduação em História/UPF

Durante o período de 1960 e início dos anos 2000, o Rio Grande do Sul, foi palco de inúmeros processos de desapropriação de terra por interesse social, ou seja, imóveis rurais que foram desapropriados visto a não aplicabilidade da função social da propriedade. Com essas desapropriações, houveram a criação de assentamentos rurais nestes imóveis, (já que a desapropriação por interesse social prevê tal finalidade). Para este estudo, foram utilizados 133 Processos Administrativos INCRA e Processos Judiciais da 4ª região com o objetivo de construirmos cartograficamente e historicamente o cenário agrário destas desapropriações durante o período indicado. O presente estudo justifica-se pela relevância da temática tanto no âmbito social, frente aos atuais conflitos e movimentos sociais, quanto pela contribuição que trará ao campo de estudo da história da propriedade e do direito agrário, pois a propriedade é preceito fundamental na vida humana. A questão agrária no RS, historicamente, gerou inúmeros litígios judiciais que demonstram as contradições e impasses entre a lei e o social. O presente tema se mantém sempre atual devido aos inúmeros processos que ainda tramitam em diferentes varas judiciais, bem como os pedidos de demarcações de terras que ainda estão tramitando. Uma “batalha” agrária cheia de lacunas que está longe do fim, mas que merece a atenção e um estudo aprofundado para que possamos contribuir à compreensão histórica desse processo. Cabe ressaltar, que os dados desta pesquisa foram extraídos de uma pesquisa maior, a da dissertação de mestrado, do qual fora defendida no início do ano de 2019.

NOTAS PARA PENSAR SOBRE A PERMANÊNCIA INDÍGENA NOS VALES DOS RIOS PARDO E TAQUARI:

RIO GRANDE DO SUL, SÉCULOS XIX, XX E XXI

Ernesto Pereira Bastos Neto

Mestrando Programa de Pós-Graduação em História/
UNISINOS (Bolsista CNPq)

É possível perceber por diferentes meios que a presença contemporânea, permanente ou temporária, de grupos indígenas em cidades como Lajeado/RS, Estrela/RS e Santa Cruz do Sul/RS causa reações nem sempre positivas das autoridades locais e das comunidades residentes. Suspeita-se que tais reações se ancoram em uma inversão da lógica autóctone alóctone (SOUZA, 1998), de modo que descendentes de imigrantes europeus consideram-se herdeiros dos “pioneiros” da colonização, cujo mito de origem informa a chegada de tais colonizadores em lugares supostamente desabitados. Contrariando tal lógica, tanto a memória indígena, quanto a documentação do século XIX sugerem a sobreposição de territórios coloniais e indígenas – uns e outros vinculados a múltiplos horizontes culturais – sobreposições estas marcadas por guerras, alianças e outras formas ainda pouco estudadas de coexistência ou exclusão mútua. Partindo de narrativas contadas por anciãs da comunidade Kaingang *Jamã Ty Tãnh* (Aldeia do Coqueiro, Estrela/RS), pretendo apontar algumas aproximações entre o avanço luso-brasileiro sobre o planalto gaúcho, a implementação de colônias para imigrantes germânicos nas imediações do rio Pardo, especialmente Santa Cruz (1849), e o velamento da presença indígena nestes lugares. Inicialmente destaca-se que se por um lado há uma historiografia memorialista que acentuou a descontinuidade entre

a presença indígena e a imigração luso-brasileira e germânica para estes lugares, as memórias indígenas atuais e parte da documentação oitocentista apontam justamente para processos de intenso contato.

MEDIÇÕES DE SESMARIA OU MEDIÇÕES DE TERRAS? UMA ANÁLISE DAS MEDIÇÕES E DEMARCAÇÕES NO RIO GRANDE DE SÃO PEDRO (1768-1822)

Giovane Dutra Zuanazzi

Mestranda Programa de Pós-Graduação em História/UFRGS

Este trabalho visa analisar os processos de medição e demarcação de terras referentes ao território do chamado Rio Grande de São Pedro, disponibilizados para consulta pelo Arquivo Público do Rio Grande do Sul (APERS). O período abordado é aquele compreendido entre 1768 e 1822 – ano do primeiro registro de medição disponível e ano da independência do Brasil, respectivamente. As medições e demarcações judiciais de terra são um tipo específico de documentação, sendo produzidas, no período colonial brasileiro, frente a um requerimento de um súdito da Coroa que deveria apresentar as justificativas para a solicitação. Os processos, quando deferidos, mobilizavam diferentes atores sociais: além do próprio requerente, o juiz, o escrivão, o piloto da corda e seu ajudante, bem como vizinhos das terras a serem demarcadas. Ainda é possível, a depender do caso, encontrar depoimentos de testemunhas e uma variedade de documentos juntados. A partir desta documentação, busca-se abordar o processo e as diferentes formas de apropriação

da terra engendradas pela dominação portuguesa na região, refletindo sobre a própria dinâmica e o “sentido” da colonização. Porém, a questão central neste trabalho é, apesar de apresentar outros resultados da pesquisa desenvolvida, a discussão acerca da divisão tipológica das fontes, propondo uma nova categorização para as medições. No Brasil, a divisão mais comumente utilizada separa “medições de sesmarias” (que seriam características da colônia) e “medições de terras” (para o período posterior a 1822). Postulamos, entretanto, que a maioria das medições – ao menos para o Rio Grande de São Pedro – não era de sesmarias, mas de terras apropriadas através de outros mecanismos, mesmo para o período anterior a Independência.

REFLEXÕES SOBRE A REPRESSÃO AO TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO NO BRASIL ENTRE OS ANOS DE 1995 E 2013.

Marcelo Aleff de Oliveira Vieira

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História Social/
UFC

O presente trabalho tem por objetivo analisar o contexto de combate, por parte do Estado, às práticas criminosas de sujeição de mão de obra denominadas de trabalho escravo contemporâneo. O contexto problematizado tem limiar em 1995, momento do reconhecimento oficial do problema e implementação de políticas de repressão ao crime, até o ano de 2013, quando entram em curso cortes de verbas e recursos direcionados ao combate, e o declínio dos números de trabalhadores resgatados. Em um primeiro mo-

mento abordamos os principais instrumentos criados para suprimir as práticas criminosas de sujeição de mão de obra, dando realce para a atuação e desafios enfrentados pelo Grupo Especial de Fiscalização Móvel (GEFM). Em seguida discutimos algumas das razões para a persistência do trabalho escravo, mesmo diante de múltiplos esforços envolvendo prevenção, conscientização, flagrantes, resgates e punições. Como respaldo dialogamos com pesquisas de autores como: Figueira (2007), Roston (2020), Sakamoto (2020). Para alcançar nossos intentos fazemos análise de matérias de jornais, relatórios da Organização Internacional do Trabalho (OIT), fontes oficiais e documentações da Comissão Pastoral da Terra (CPT).

REASSENTAMENTO COMPULSÓRIO NO SUBMÉDIO SÃO FRANCISCO:

REFLEXÕES SOBRE CULTURA E IDENTIDADES A PARTIR DE UMA VISÃO SINDICALISTA

Marcos Manoel do Nascimento Silva

Mestrando Programa de Pós-Graduação em História//UFS

Os anos que compreendem as décadas de 1970 e 1980 no Brasil foram anos de muitas turbulências. Impulsionado por um regime de Ditadura Civil-Militar (1964 - 1985), a esfera política impactou também no âmbito cultural, social e econômico. Neste último, com a finalidade de modernizar, e fazer o país crescer economicamente, vários foram os investimentos estatais, o que gerou o chamado “milagre econômico”. É nessa mesma perspectiva, que investimentos foram lançados sobre o Nordeste, região considerada a mais vulnerável. Um desses investimentos, compreende a

construção da Usina Hidrelétrica Luiz Gonzaga no Submédio São Francisco, iniciada em 1979 e finalizada em 1988, com o objetivo duplo de ao mesmo tempo aproveitar o reservatório para produzir energia elétrica e aumentar e controlar, por meio de novas tecnologias, a produção agrícola. Mas essa construção, para além dos resultados almejados, com a necessidade da desterritorialização dos trabalhadores rurais dessa região, produziram impactos na vida cotidiana, e automaticamente nas identidades desses sujeitos. Uma instituição que pode perceber essas questões no florescer dos acontecimentos foi o Polo Sindical dos Trabalhadores Rurais do Submédio São Francisco PE/BA. Partindo dessa premissa, o objetivo dessa pesquisa foi de analisar como essa instituição avaliava os impactos sobre a cultura e as identidades desses trabalhadores rurais ao serem reassentados nas agrovilas construídas pela Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf) para substituir a sua moradia de origem. Para esse fim, através da análise documental, tomei como fonte o livreto sindical “Hora de Mudar é Hora de Lembrar: A luta dos trabalhadores rurais do Submédio São Francisco pela conquista do reassentamento”, elaborado para protestar, reivindicar e exigir direitos, ecoando as inquietações desses sertanejos nesse processo de reassentamento. Logo, resultando, entre outros, no medo da desvinculação do ambiente rural e de tudo aquilo que ele proporcionava a esses trabalhadores, como a renda familiar provinda da agricultura, o acesso à terra fértil e o contato com o rio São Francisco, bem como, o receio de serem submetidos a dinâmica da vida urbana.

PERSPECTIVAS SOBRE A REFORMA AGRÁRIA NO CONTEXTO DO GOLPE DE 2016

Simone Lopes Dickel

Doutoranda Programa de Pós-Graduação em História/UPF

Este trabalho objetiva fazer uma breve discussão acerca de mudanças que ocorreram recentemente na legislação agrária, especialmente no que concerne à Reforma Agrária, política pública que entre avanços e recuos ao longo da nossa história, amargou também os efeitos do processo de *impeachment*, ou golpe de 2016. A partir da análise do contexto em que surge a Medida Provisória nº 759/2016, pretende-se compreender o teor das mudanças que ela introduz e também as reações que ela despertou entre os movimentos sociais. É preciso acentuar que tais mudanças são reflexo de decisões políticas norteadas a partir de uma determinada visão acerca do desenvolvimento no campo, buscando atender aos anseios do agronegócio, excluindo do processo decisório os assentados e os movimentos sociais.

A ELOQUÊNCIA DE UM SILÊNCIO:

O PROBLEMA DA TERRA NOS DEBATES
PARLAMENTARES

Vinicius Diniz Moreira

Mestrando Programa de Pós-Graduação em História Social/USP

A presente pesquisa de mestrado em andamento, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Univer-

sidade de São Paulo, busca investigar os debates parlamentares que precederam a edição da Lei n.º 601 de 1850 – Lei de Terras, analisando os atores políticos nele envolvidos, as diversas instâncias de debate e decisão e as discussões que imprimiram a tônica do que viria ser a Lei, contemplando desde sua apresentação à Câmara dos Deputados em 10 de junho de 1843 até sua efetiva aprovação. No entanto, ao considerarmos que a política de terras era reconhecidamente um problema herdado pela nova nação, razão pela qual, inclusive, a concessão de sesmarias já havia sido suspensa em 1822, salta aos olhos tão longa indefinição legislativa sobre o problema da terra durante este período. Embora propostas tenham sido apresentadas, nenhuma delas logrou êxito em sua aprovação, aprofundando as disputas – ou, no limite, mantendo a lógica conflituosa existente – entre proprietários e posseiros. O silêncio, portanto, longe de ser um mero acaso, tencionava ser eloquente. A falta de normatização, ao contrário de gerar instabilidade nas relações com a terra, favorecia os proprietários e permitia-lhes a apropriação da terra em medida superior àquelas previstas nas antigas sesmarias, transmutando ausência de normatização em espécie de janela de oportunidade. A hipótese aqui colocada leva esta questão ao processo decisório dos debates, na qual deputados, muitos dos quais grandes proprietários de terra, poderiam enxergar no conflito e na falta de regulamentação a manutenção de um sistema que, no limite, privilegiaria a concentração da propriedade.



ACERVUS EDITORA

AV. ASPIRANTE JENNER, 1274 - LUCAS ARAÚJO - 99074-360

PASSO FUNDO - RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

TEL.: (54) 99676-9020

E-MAIL: ACERVUSEDITORA@GMAIL.COM

SITE: ACERVUSEDITORA.COM.BR